

----- MANDATO 2021-2025 -----

----- ATA DA 4^a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
----- DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES,
----- REALIZADA EM 2022-11-28 NO PALÁCIO
----- DOS MARQUESES DA PRAIA E DE
----- MONFORTE, NA MEALHADA, EM LOURES.--

--- O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião eram nove horas e trinta e oito minutos, com a presença inicial da senhora Vice-Presidente, das senhoras Vereadoras e dos senhores Vereadores: -----

----- BRUNO MIGUEL DE OLIVEIRA NUNES-----

----- GONÇALO FILIPE VINTÉM CAROÇO -----

----- NELSON CÉSAR GONÇALVES BATISTA -----

----- NUNO RICARDO CONCEIÇÃO DIAS-----

----- PAULA ALEXANDRA FLORA DA COSTA MAGALHÃES BERNARDO -----

----- TIAGO FARINHA MATIAS -----

PONTO UM - Dada a circunstância de os Srs. Vereadores Vasco António Pinhão Ramos Teles Touguinha e Paulo Jorge Piteira Leão e da Sra. Vereadora Anabela de Oliveira Feliciano e Pacheco, se encontrarem impossibilitados de comparecer à reunião, estiveram presentes os Srs., João Manuel da Silva Costa e Paulo Rui Amado e a Sra. Fernanda Maria Cardoso Santos, respetivamente, tendo a Câmara deliberado justificar as faltas dos Srs. Vereadores Vasco António Pinhão Ramos Teles Touguinha e Paulo Jorge Piteira Leão e da Sra. Vereadora Anabela de Oliveira Feliciano e Pacheco, à presente reunião.-----

----- RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA (MOD. T2) -----

--- Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2), de dois mil e vinte e dois, novembro, vinte e quatro, que registava um total de disponibilidades para

o dia seguinte no montante de seis milhões, oitocentos e dezasseis mil, oitenta e quatro euro e oitenta e cinco cêntimo.-----

--- Da Ordem do Dia previamente distribuída constavam os assuntos seguintes:

PONTO 1. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 762/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E
----- SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A
----- PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2023 E
----- OPÇÕES DO PLANO 2023-2027, DA CÂMARA MUNICIPAL DE
----- LOURES; - A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS
----- PREVISTAS NOS CAPÍTULOS III, IV, V, XII DO REGULAMENTO
----- DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LOURES-----

PONTO 2. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 763/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E
----- SUMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A
----- PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2023, DA CÂMARA
----- MUNICIPAL DE LOURES -----

PONTO 3. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 764/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E
----- SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A
----- AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS
----- PLURIANUAIS; - A ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE
----- EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À
----- REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO MUNICIPAL
----- DOS TERRAÇOS DA PONTE- SACAVÉM, E DOS EDIFÍCIOS
----- DE HABITAÇÃO MUNICIPAL NA QUINTA DAS PRETAS –
----- PRIOR VELHO-----

PONTO 4. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 765/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E

----- SUBMETER A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A
----- AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A
----- CURTO PRAZO A CELEBRAR E VIGORAR NO ANO 2023; - A
----- CONCESSÃO DE PODERES AO SR. PRESIDENTE DA
----- CÂMARA PARA DESENVOLVER O PROCESSO DE CONSULTA
----- E PARA CONSTITUIR A COMISSÃO DE ANÁLISE DAS
----- PROPOSTAS -----

PONTO 5. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 766/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E
----- SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A
----- EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL
----- À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU À SUA
----- REPROGRAMAÇÃO -----

PONTO 6. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 767/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A
----- ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE
----- ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SERVIÇO DE ÁGUAS
----- RESIDUAIS, SERVIÇO DE RESÍDUOS URBANOS E SERVIÇOS
----- PRESTADOS A VIGORAR EM 2023, DOS SERVIÇOS
----- INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS
----- MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)-----

PONTO 7. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 768/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E
----- SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O
----- MAPA DE PESSOAL PARA 2023 DOS SERVIÇOS
----- INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS
----- MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)-----

PONTO 8. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 769/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A

----- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE
----- ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS
----- DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E
----- ODIVELAS, CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 354/2022,
----- REFERENTE À COBERTURA DO RESULTADO LÍQUIDO
----- NEGATIVO DO EXERCÍCIO DE 2021 -----

PONTO 9. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 770/2022 - SUBSCRITA
----- PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA PARA APROVAR E
----- SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS
----- DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2023 DOS SERVIÇOS
----- INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS
----- MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)-----

PONTO 10. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 771/2022- SUBSCRITA
----- PELO SR. VEREADOR NELSON BATISTA, PARA APROVAR O
----- ACORDO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O
----- MUNICÍPIO DE LOURES A ROTAMUTÁVEL, UNIPESSOAL LDA.
----- E A VALORSUL- VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE
----- RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE,
----- S.A., NO ÂMBITO DO EVENTO MERCADO DE NATAL 2022-----

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO DOIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 762/2022 - SUBSCRITA
PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A PROPOSTA DE
ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2023 E OPÇÕES DO PLANO 2023-2027,
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES; - A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES
DAS TAXAS PREVISTAS NOS CAPÍTULOS III, IV, V, XII DO REGULAMENTO
DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LOURES-----

“Considerando que: -----

- A.** *Atendendo ao princípio da autonomia financeira, consagrado no artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm património e finanças próprios; podendo elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, os orçamentos e outros documentos previsionais; -----*
- B.** *Ao abrigo do princípio da anualidade, plasmado no artigo 9.º-A da Lei supra melhor identificada, os orçamentos das autarquias locais são anuais; coincidindo o ano económico com o ano civil; -----*
- C.** *Face ao princípio da unidade e universalidade, previsto no artigo 9.º-B da Lei até então invocada, os orçamentos municipais compreendem todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira e apresentam o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais, cuja natureza impeça a contabilização direta do respetivo montante total no ano em que os compromissos são assumidos; -----*
- D.** *As autarquias locais estão sujeitas na aprovação, tal como na execução, dos seus orçamentos ao princípio da estabilidade orçamental, contido no artigo 5.º das Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ou seja, à sustentabilidade financeira e a uma gestão orçamental equilibrada, devendo o orçamento prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas; -----*
- E.** *No âmbito do calendário orçamental legalmente estabelecido, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte e a sua aprovação deve ser efetuada, pelo órgão deliberativo, na sua sessão ordinária de novembro ou dezembro; -----*
- F.** *Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, compete à câmara municipal elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento e, ao abrigo*

do disposto pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I daquela mesma Lei, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, não podendo, ao abrigo do n.º 3 deste último preceito legal, a proposta ser alterada na assembleia municipal, sem prejuízo de poderem ser acolhidas em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pelo órgão deliberativo; -----

- G.** *O orçamento municipal ora proposto foi elaborado de acordo com as regras previsionais estabelecidas quer na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, supra melhor identificada, quer no ponto 3.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), quer na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 “Contabilidade e Relato Orçamental” vertida no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 1 de setembro, na sua versão atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;* -----
- H.** *Nos termos do disposto no n.º 46 do ponto 11 da NCP supra identificada, as entidades do subsetor local preparam as demonstrações orçamentais previsionais constituídas pelo orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual e pelo plano plurianual de investimentos;* -----
- I.** *Por sua vez, o n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, estipula que o orçamento municipal inclui, nomeadamente os seguintes elementos: relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta; mapa resumo das receitas e despesas; mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; articulado que contenha as medidas orientadoras da execução orçamental; proposta das Grandes Opções do Plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos, com nota explicativa que a fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua compatibilização com os objetivos*

de política orçamental, e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais relevantes da gestão; -----

- J.** *O n.º 2 do preceito legal mencionado na alínea antecedente estabelece que o orçamento municipal inclui, em anexo, os orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira, os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo pelo município, e o mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente;* -----
- K.** *A inscrição de novas rubricas de receita e de despesa é uma das contrapartidas que o POCAL apresenta para a revisão orçamental. Contudo, a inscrição orçamental é uma condição essencial à liquidação e cobrança da receita, mesmo quando não se pretenda aumentar a despesa por conta da receita a inscrever, e também à garantia da especificidade da despesa mesmo quando não se trata de inscrever novos projetos;* -----
- L.** *De acordo com a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, os orçamentos anuais destas entidades podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação, de acordo com a taxa de Inflação;* -----
- M.** *A taxa de inflação disponibilizada pelo Banco de Portugal é de 7,8% (Boletim económico do Banco de Portugal de outubro de 2022); -----*
- N.** *Nos trabalhos preparatórios, desenvolvidos no âmbito da elaboração da proposta de Orçamento Municipal para 2023 e Grandes Opções do Plano para 2023-2027 que ora se apresenta, foram auscultados, nomeadamente, os serviços municipais e as Freguesias do Concelho de Loures;* -----
- O.** *Foi cumprido o estabelecido no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, tendo sido ouvidos, sobre a proposta mencionada no ponto anterior, os partidos políticos representados no órgão deliberativo e que não fazem parte do órgão executivo, ou que nele não assumem pelouros, poderes*

delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. -----

Tenho a honra de propor:-----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal de Loures: -----

1 - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da a) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, supra melhor identificadas, a proposta de Orçamento Municipal para 2023 e Grandes Opções do Plano para 2023-2027, (...);-----

2 - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da a) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, supra melhor identificadas, o pedido de autorização para a inscrição de rubricas de receita cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução do orçamento, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda aumentar o seu valor global, e para a inscrição de rubrica de despesa, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma e não se pretenda criar um novo projeto no Plano Anual ou de Investimentos, podendo, contudo, estar associada à criação e/ou especificação de ações em projetos aprovados; -----

3 – Nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, supra melhor identificada, a aprovação da atualização dos valores das taxas previstas nos Capítulos III, IV, com exceção do artigo 58.º, V, com exceção dos artigos 66.º e 73.º, e XII - seção II - artigo 130.º todos do Regulamento de Taxas Municipais em vigor, à taxa de inflação de 7,8%, conforme anexo que faz parte integrante da presente proposta. (...)"-----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, quero fazer uma breve apresentação deste importante documento que é o orçamento e opções do plano. Peço aos senhores Vereadores, com responsabilidades em

cada uma das diferentes áreas, que possam falar dos seus pelouros, se assim entenderem. -----

Dou nota que este orçamento para dois mil e vinte e três apresenta um aumento de oito por cento, face ao orçamento inicial de dois mil e vinte e dois, fixando-se, assim, no montante de duzentos e seis milhões de euros. -----

Do lado da receita, temos as despesas correntes com cento e oitenta e um milhões de euros e as de capital com vinte e quatro ponto cinco milhões de euros, sendo que nas despesas correntes os impostos diretos e as transferências correntes são as que assumem o maior peso. Nas despesas de capital são as transferências de capital e os passivos financeiros que assumem esse maior peso. -----

Do lado da despesa temos as despesas correntes com cento e cinquenta e seis milhões de euros e as de capital com cinquenta milhões de euros. Nas despesas correntes, as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços são as que assumem maior peso, e nas despesas de capital a aquisição de bens de capital e os passivos financeiros são os que assumem esse maior peso. -----

Neste sentido, realçar o saldo corrente de vinte e cinco ponto cinco milhões de euros, em resultado do montante das receitas correntes, versos despesas correntes, apresentando, igualmente, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, bem como de todos os indicadores de rácio, quer do lado da receita, quer do lado da despesa. -----

Este orçamento para dois mil e vinte e três e opções do plano de dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e sete, é o segundo orçamento da responsabilidade do atual Executivo da Câmara Municipal. Diga-se, de forma justa, o primeiro que permitiu a este Executivo colocar as suas prioridades e opções, em resultado dos compromissos assumidos para com a sua população. -----

Este orçamento para dois mil e vinte e três foi elaborado numa conjuntura adversa e atípica, em resultado desta crise energética, que colocou a europa e Portugal, em particular, com indicadores recordes de inflação, o que dificultou, em muito, a elaboração do presente orçamento do lado da despesa, com um difícil exercício de acomodar na despesa aumentos de milhões de euros nos custos energéticos, como a eletricidade, combustíveis e gás.-----

Também o preço da construção civil aumentou de forma muito acentuada, quer no lançamento de novos investimentos, com aumentos de quase o dobro relativamente aos preços praticados há um ou dois anos atrás, mas, também, nas obras já em execução, com a revisão extraordinária de preços que, em média, aumentou trinta a quarenta por cento, por via do recente diploma legislativo. -----

Assim, tivemos que acomodar do lado da despesa milhões de euros de aumento dos preços da construção civil, do aumento dos custos da energia, mas, também, aumentos mais que justos nas progressões das carreiras e os respetivos aumentos dos salários. -----

Pese embora estas dificuldades, quisemos elaborar um orçamento para dois mil e vinte e três responsável e equilibrado, não olhando nunca para o lado da receita como forma de compensação, mas olhando sempre para despesa, cortando nas gorduras administrativas, bem como por via de um exercício muito difícil, que é priorizar o que já era prioritário. -----

Nesse sentido, este documento é revelador das claras opções do atual Executivo, que espelha bem a ambição de recuperar o concelho e de acomodar a nova realidade sócio económica, sem deixar de colocar no centro Loures e a sua população. -----

Assim, importa realçar vários fatores: primeiro, a carga fiscal. Diminui a arrecadação da receita fiscal em cerca de seiscentos mil euros, por via da recente decisão em reduzir o IMI e o IRS, num claro alívio fiscal às famílias do concelho de Loures. -----

Depois, temos os investimentos que há muito eram esperados pela população do concelho e que, pese embora estas dificuldades, o orçamento para dois mil e vinte e três inicia o seu processo de concretização. Quer por via de orçamento próprio, quer por via do Plano de Recuperação e Resiliência e de fundos comunitários, ou mesmo, e sempre que se justifique, recorrendo a empréstimos bancários, sempre tendo em conta a capacidade de endividamento do Município. -----

Na saúde temos a concretização de novos centros de saúde, como o do Catujal que já está em construção, mas também o início da construção de

novos centros de saúde, como, por exemplo, o de Santo Antão do Tojal, o da Bobadela e o de Camarate. -----

Na educação, com a requalificação e beneficiação de um conjunto de escolas, como a escola básica da Covina, mas também escolas novas, como a da Portela da Azóia, ou a número cinco em Camarate. Também, por via das recentes negociações do Município com o Governo, a inclusão de oito escolas básicas dois/três e secundárias no lote das escolas a requalificar por via de financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência ou do Portugal 2030, onde se destacam duas escolas do concelho de Loures, incluídas num lote nacional de prioridade um, a iniciar a curto prazo, nomeadamente, a escola Maria Velleda, em Santo António dos Cavaleiros e a escola Gaspar Correia, na Portela. Nestas oito escolas o orçamento para dois mil e vinte e três contempla todos os projetos que já estão lançados, para que estejam em condições de avançar o mais rapidamente possível, quer seja pela via do Plano de Recuperação e Resiliência, quer pelo Portugal 2030. -----

Ainda na educação, o início do programa de cobertura de polidesportivos em equipamentos escolares, bem como o inovador programa de construção de coberturas nas zonas de circulação, entre o portão da escola e o edifício, mas também, por exemplo, a requalificação da escola Mário de Sá Carneiro. -----

Na mobilidade e acessibilidades destaco a reabilitação da rua Avelar Brotero, na estrada nacional oito; a recuperação do muro exterior nos edifícios da rua Domingos José de Morais, em Sacavém, no valor de mais de um milhão e meio de euros; a saída da A1 em São João da Talha; a variante a Loures; a requalificação da Praça da República e Jardim em Sacavém; a requalificação da rua Vinte e Cinco de Abril na Portela da Azóia e espaços envolventes à igreja; o início de um conjunto de asfaltamentos e alcatroamentos, no valor de um milhão e meio de euros, em diversas vias e ruas do nosso concelho; a construção de novos parques infantis; o início da construção do novo parque urbano e auditório na Portela; o início da construção do novo Estádio Municipal em Loures, no Infantado; o início da construção de um novo CRO – Centro de Recolha Oficial de animais, no parque urbano de Santa Iria da Azóia; a colocação de novos sintéticos, sendo que em dois mil e vinte e três serão já os do Catujal e do Tojal. -----

Para além destes importantes investimentos, há muito esperados pela população do concelho, realço ainda outras opções, claramente indicativas da nova visão do atual Executivo Municipal. Por exemplo, na Proteção Civil, onde se prevê, neste orçamento para dois mil e vinte e três, transferir mais de três milhões de euros para as nossas corporações de bombeiros, contrastando com os dois milhões de euros de dois mil e vinte e um, da responsabilidade da Gestão da Coligação Democrática Unitária. De realçar que existiam apenas três equipas de intervenção permanente, há um ano quando tomámos posse, nas sete corporações. Passado um ano, temos sete equipas de intervenção permanente, uma em cada corporação de bombeiros e, em dois mil e vinte e três, passarão para catorze. Ou seja, duas equipas de intervenção permanente em cada uma das sete corporações dos nossos bombeiros. -----

Também, em dois mil e vinte e três, por via de protocolo que iremos celebrar com os nossos bombeiros, será permitido, pela primeira vez, abastecerem-se de forma gratuita nas bombas de combustível da Câmara Municipal, num montante já fixado e acordado entre todos. -----

De realçar que para além destas transferências financeiras apoiamos, em dois mil e vinte e dois, em trinta e quatro mil euros o quartel de Sacavém na colocação de um portão elétrico, bem como a requalificação do quartel dos bombeiros de Loures, em mais de cento e cinquenta mil euros. Está igualmente previsto, para dois mil e vinte e três, a requalificação do quartel dos bombeiros do Zambujal, bem como o pagamento integral de um conjunto de monoblocos, para que possam ter a sua escola de formação e, por via disso, captar receita muito importante. -----

Ainda na mobilidade e acessibilidades, não podemos esquecer que em dois mil e vinte e três queremos realçar a conclusão do projeto do estudo de tráfego, a entregar ao Instituto de Mobilidade e Transportes, para o início da construção da saída de Sacavém à Segunda Circular. Mas, também, a possível conclusão do caminho ribeirinho que liga Santa Iria da Azóia à Expo. -----

De realçar o início da Carris Metropolitana, em dois mil e vinte e três, num investimento de três ponto seis milhões de euros do Município, para um aumento da oferta e das carreiras, numa clara aposta de mais e melhor transporte público. -----

Áreas como a cultura, o desporto, a juventude, a igualdade, o desenvolvimento social, os recursos humanos, a habitação, a saúde, o ambiente, o apoio às nossas empresas, o turismo, as nossas bibliotecas e os nossos museus, a nossa polícia municipal, as nossas AUGUI's e a importância da continuação do apoio às Juntas de Freguesia do nosso concelho, são, sem dúvida, outras áreas em que este orçamento para dois mil e vinte e três prevê avanços, e peço a cada um dos senhores Vereadores que faça uma breve apresentação das suas áreas. -----

Termino com algo muito importante para dois mil e vinte e três, a Jornada Mundial da Juventude. Para além do evento em si e a oportunidade única de promoção do nosso concelho, dois mil e vinte e três será, também, o ano em que apresentaremos o projeto para todo aquele espaço, num claro parque verde com equipamentos, lazer e, acima de tudo, a devolução de todo aquele espaço requalificado a toda a população do concelho de Loures. -----

Quero, da minha parte, fazer um agradecimento a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, dirigentes, em particular ao Departamento financeiro, que se envolveram de forma direta na elaboração deste documento. Agradecer o vosso espírito construtivo, o profissionalismo, a competência e o esforço, porque dessa forma foi possível apresentarmos este orçamento equilibrado, justo, porque são vocês os executores destas políticas que contribuem muito para a qualidade de vida e bem-estar da nossa população e de quem cá trabalha. Portanto, o meu muito obrigado a todos aqueles que contribuíram de forma construtiva na elaboração deste importante documento, numa fase difícil que vamos atravessar. -----

A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, passo a fazer uma breve apresentação das áreas que me estão confiadas, em traços gerais. ----- Começo pela matéria de recursos humanos, considerando que há um acréscimo de cerca de oito milhões de euros nesta área. Este acréscimo de verba para o Departamento de Recursos Humanos tem a ver com as valorizações salariais que iremos acompanhar já a partir do próximo ano e, também, com o aumento do subsídio de refeição, com o ajustamento do valor das horas extraordinárias, com os valores decorrentes do posicionamento

remuneratório e, igualmente, com as novas admissões para o universo dos trabalhadores da Câmara Municipal. -----

Entrando nas áreas de atividade, começo por falar da igualdade e desenvolvimento social. Neste domínio gostaria de dizer que é nossa aposta fazer, num caso a construção, e no outro a atualização dos instrumentos estratégicos de diagnóstico e de planeamento para melhorarmos a nossa intervenção, nomeadamente, ao nível do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, neste caso é a sua atualização e a construção do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação. -----

Por força do Decreto-Lei cinquenta e cinco, de dois mil e vinte, está em curso o processo de competências no domínio da ação social. Esta assunção de competências terá um forte impacto no nosso serviço, na preparação e na criação de novas respostas sociais que possam ir ao encontro daquilo que é expetável para um bom acolhimento destas novas competências, de modo a conseguirmos responder àquilo que serão as exigências neste domínio. -----

Está previsto, igualmente, no orçamento, aquilo a que nos obrigámos na última reunião de Câmara, no apoio às instituições particulares de solidariedade social que viram aprovadas as suas candidaturas, no âmbito das linhas de financiamento, com a comparticipação financeira do Município de vinte por cento, face ao orçamento total. -----

Ainda, neste domínio da igualdade e desenvolvimento social estão candidaturas aprovadas, no âmbito do plano metropolitano de operações integradas em comunidades desfavorecidas, nomeadamente, em projetos de operação integrada local em Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, Camarate, Unhos e Apelação, com impacto no orçamento desta orgânica e que envolve cerca de noventa entidades parceiras. -----

Um destaque muito particular ao Departamento de Habitação, uma vez que é a primeira vez que temos um orçamento municipal com a orgânica do Departamento de Habitação. O direito à habitação assume uma área estratégica e fundamental na política pública municipal, com forte impacto na promoção e desenvolvimento da vida em comunidade e num estímulo de coesão territorial. O Município, pela sua relação de proximidade com os

cidadãos, assume um papel imprescindível e determinante na implementação de políticas de habitação para quem delas mais necessita. -----

As nossas opções inscrevem-se em vários domínios. No domínio da construção e reabilitação do edificado municipal, aproveitando o instrumento criado com o Plano de Recuperação e Resiliência. Temos um número muito significativo de procedimentos concursais para reabilitação, estão previstos cinco para o ano de dois mil e vinte e três, o que exigirá da parte dos serviços a continuidade do seu empenho para esta concretização. Estão também planeados a elaboração de seis projetos que assumirão, nos anos seguintes, particular importância. -----

Neste domínio, tal como temos vindo a dizer, a estratégia local de habitação vai ser revisitada e, por isso, teremos um novo instrumento, que será a Carta Municipal de Habitação, que nos permitirá fazer os ajustamentos necessários e a implementação de outras necessidades a este nível. -----

Assume idêntica presença no orçamento, para dois mil e vinte e três, o programa de apoio ao financiamento à habitação jovem, um programa que já viu a sua dotação ser reforçada em dois mil e vinte e dois. Neste sentido, em dois mil e vinte e três serão afetos meio milhão de euros, o que, claramente, deixa a noção do interesse e do empenho deste Município nesta aposta de fixação dos jovens no nosso concelho. -----

Entrando no Departamento de Cultura, Desporto, Juventude e Saúde, na área da cultura continuaremos a assumir a cultura como um dos pilares de desenvolvimento sustentável do nosso concelho. É nosso objetivo contribuir para a construção de uma comunidade mais ativa e com acesso a uma oferta cultural mais diversificada. A descentralização geográfica é um dos principais eixos de atuação neste domínio, com enfoque numa programação cultural para e com as Freguesias, numa lógica que temos vindo a estabelecer ao longo do ano de dois mil e vinte e dois, que será reforçada no ano de dois mil e vinte e três. -----

Na área da juventude, uma área à qual damos particular importância no seio da preparação deste objetivo, estabelecemos a nossa linha de atuação assente em quatro eixos: associativismo juvenil, participação e cidadania, na formação

e capacitação, no desenvolvimento psicossocial, saúde e bem-estar e, também, na área da cultura e criatividade. -----

No domínio do desporto, iremos preparar a primeira edição dos jogos da União, sabendo que este será um projeto que vai ser agregador com todos os clubes e, sobretudo, com as Freguesias, criando um sentimento de identidade e de pertença a cada um dos nossos territórios. Também a implementação de um programa desporto com valores e com o desenvolvimento de atividades desportivas junto das comunidades mais desfavorecidas, com enfoque nos valores que são transmitidos através do desporto. A criação de novos centros municipais de formação desportiva no atletismo, no andebol e no voleibol. A criação do clube vida ativa, com a aproximação da atividade física a todos os setores da população, com o intuito de aumentar a adesão dos Municípios às práticas e ações de promoção de uma vida ativa. Daremos continuidade ao nosso programa de requalificação de pisos sintéticos, nomeadamente, a substituição do piso do campo do Atlético Clube do Tojal e do Primeiro de Maio no Catujal. -----

Ainda, na área da ação municipal no âmbito desportivo, continuaremos com a política de discriminação positiva no desporto na formação, no desporto feminino e no desporto adaptado. -----

No que diz respeito à área da saúde, esta é uma área que requereu, da nossa parte, uma visão mais alargada e mais abrangente. Para além das questões de que o senhor Presidente já aqui deu nota, no que diz respeito à melhoria das condições físicas dos centros de saúde, gostava de destacar a importância que daremos ao desenvolvimento de projetos que nos tornarão ainda mais próximos no domínio da resposta a um problema que existe no nosso concelho, relacionado com o número de utentes sem médico de família, passando a Câmara a ser parte na resolução deste problema. Assim, estabeleceremos um compromisso com a Administração Regional de Saúde e com uma instituição no desenvolvimento de um projeto que se chama “*Bata Branca*”. -----

Na área da saúde mental comunitária assumiremos o compromisso, não só na criação de uma resposta na zona norte, bem como na zona oriental do nosso concelho. -----

Nas ações de promoção e educação para a saúde, estamos a perspetivar um trabalho mais abrangente para melhorarmos a nossa atuação, de forma bem concertada. -----

No que à Jornada Mundial da Juventude diz respeito, o senhor Presidente já dez a apresentação. Portanto, nesta fase, creio que acrecentei aquilo que era oportuno. -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Presidente, nas áreas que me estão tuteladas e que tenho a honra de ter responsabilidades na sua gestão, quero dar algumas notas que são fundamentais. -----

No que diz respeito ao planeamento e gestão urbanística, áreas fundamentais de promoção para a coesão, sustentabilidade e valorização dos territórios, de forma a garantir a qualificação ambiental e fomentar o desenvolvimento social e económico no nosso concelho. Quero destacar o processo de adequação do Plano Diretor Municipal e a alteração da Lei de Bases da política pública de solos do ordenamento do território e urbanismo, que entre outras mudou a classificação dos solos, restringindo a solo rústico ou urbano. Portanto, acabou com os solos urbanizáveis, ou terremos expetantes. Este processo será concluído no primeiro semestre de dois mil e vinte e três. -----

Segue-se, e esta também é a proposta que temos, a elaboração do relatório de Estado do Ordenamento do Território, que consubstancia um documento obrigatório a realizar antes do início de procedimento de revisão de Plano Diretor Municipal e queremos, desde já, avançar com o mesmo. -----

Ainda em termos de gestão territorial, pretende-se aprovar um conjunto de unidades de execução que permitem fixar compromissos para o desenvolvimento das áreas de atividades económicas, habitação, ensino e desenvolvimento tecnológico, que aguardavam o seu desenvolvimento desde a aprovação do atual Plano Diretor Municipal, em dois mil e quinze. -----

Estima-se, ainda, avançar com a execução dos Planos de Pormenor da Quinta dos Remédios e da Quinta do Carmo, bem como promover a alteração do Plano de Pormenor do Bairro da Petrogal e da Quinta do Correio Mor. -----

Na área da reconversão urbanística salienta-se uma aposta fundamental e prioritária, deste Executivo, no que diz respeito à emissão de alvarás para as

áreas urbanas de génesis ilegal que ainda não têm os seus alvarás emitidos e que dependem de um processo de reconversão, também das áreas insuscetíveis de reconversão urbanística, em todas as vertentes e leito de cheia. A Câmara irá contra com a colaboração do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, caso seja aprovado nesta Câmara Municipal para, de um modo transversal e transparente, reforçar a sua capacidade e competência técnica e científica nesta mesma avaliação. -----

Pretende-se agilizar e simplificar os procedimentos processuais, bem como elevar a qualidade, eficácia, simplificação dos serviços e da informação prestada aos municípios pelos serviços municipais no setor do urbanismo. -----

Confiando agora e sempre na competência das Juntas e Uniões de Freguesia, em garantir uma resposta mais célere, eficiente e eficaz, bem como em contribuir para a requalificação e valorização dos territórios, comprometemos um reforço significativo no valor das verbas a transferir para as Freguesias. Esse reforço já foi aprovado no ano passado, mas, este ano e neste orçamento representa um acréscimo de quatro ponto cinco milhões de euros na capacidade de investimento das Juntas de Freguesia do nosso concelho, disponibilizado esses meios e recursos para cumprir, de facto, as atribuições e competências transferidas ao abrigo dos contratos interadministrativos. -----

Estamos, igualmente, apostados em tornar Loures um concelho resiliente, sustentável e assente em elevados padrões de proteção e valorização dos sistemas ambientais, como políticas energéticas integradas nos domínios da ação climática, eficiência energética, sustentabilidade hídrica e da promoção da economia circular, onde a educação ambiental e a participação ativa das comunidades são fatores determinantes que pretendemos promover e desenvolver. -----

Por seu lado, as tecnologias de informação e comunicação têm vindo a assumir uma importância crescente na evolução constante na sociedade e nas organizações. A Câmara Municipal pretende acompanhar este fenómeno reforçando-o e modernizando os sistemas e equipamentos informáticos e de comunicações, de modo ajustado às necessidades e exigências, por forma a que a autarquia possa elevar os seus padrões de segurança, fiabilidade e qualidade. -----

A gestão administrativa constitui um setor fundamental para o funcionamento e cooperação interdepartamental da Câmara Municipal, numa lógica de relação integrada e complementar com diversas unidades orgânicas, por forma a que a autarquia possa ter um bom desempenho e cumprir as suas competências e atribuições, onde o processo de transferência de competências da Administração Central, para os Municípios, constitui um desafio acrescido que certamente irá ser concretizado com sucesso. -----

Senhor Presidente, estas são as notas mais generalistas relativamente às áreas que tutelo. -----

A VEREADORA, SENHORA PAULA MAGALHÃES: Senhor Presidente, neste orçamento temos presente, relativamente ao Departamento de Logística, Transportes e Oficinas, assegurado todas as rubricas necessárias para dar continuidade ao apoio às viaturas do parque automóvel que está envelhecido, mas está contemplado, neste orçamento, o apoio à sua manutenção. Temos contemplada, também, a aquisição ou substituição de dois dos nossos autocarros mais antigos que, em dois mil e vinte e quatro deixarão de poder transportar crianças. -----

Este é um orçamento que vem dar, desta forma, continuidade ao projeto já iniciado em dois mil e vinte e dois. -----

Estão também acautelados os combustíveis que serão, de alguma forma, uma das nossas maiores verbas explanadas neste orçamento. Este será o nosso desafio. -----

Quanto à Polícia Municipal, este orçamento tem presente os recursos necessários para dar continuidade a este projeto de crescimento e teremos, em dois mil e vinte e três, a integração de mais dezasseis agentes e para a sua integração estão contempladas todas as necessidades, para que possam desempenhar as suas funções. Teremos, também, a possibilidade de poder abrir, novamente, um concurso, para que se possa verificar a mesma continuidade em dois mil e vinte e quatro. -----

O VEREADOR, SENHOR NELSON BATISTA: Senhor Presidente, começo por dar algumas notas nas áreas que se encontram sobre a minha competência e

dizer que é um prazer enorme ser responsáveis pelo Departamento de Ambiente e pela Divisão de Economia e Inovação. -----

Começando pelo Departamento de Ambiente, como referiu o senhor Presidente este é o segundo orçamento, mas, teoricamente, é o primeiro orçamento com o total conhecimento das áreas que estamos a tutelar e com a responsabilidade que temos do mesmo. -----

Portanto, com base nisto é um orçamento equilibrado. Vai de encontro às necessidades da população e, no que respeita à Divisão de Economia e Inovação e também das empresas, pretende dar resposta e enquadrar este Município para que o mesmo se encontre no centro e possa ser um Município de referência. -----

O que pretendemos no Departamento de Ambiente, como podem verificar, é intensificar a limpeza das linhas de água e manter as que já estão limpas dando continuidade a este processo. O que pretendemos é fazer mais quilómetros, manter o que está já feito, e dar uma proteção e interesse bastante significativo às nossas linhas de água, para que no futuro possamos ter um Município sem problemas de maior, nunca prometendo que não possam existir cheias, mas tentando fazer com que elas não aconteçam nos próximos anos. -----

No que respeita à remodelação dos parques, menciono aqui a remodelação do Parque de Cabeço de Montachique, do Parque Urbano de Santa Iria de Azóia e do Parque Adão Barata, nomeadamente, com a questão da inclusão de parques infantis inclusivos e a requalificação alguns equipamentos. No que respeita ao sistema de rega, iremos proceder a algumas remodelações nestes mesmos sistemas. -----

Agora temos, também, a responsabilidade da questão do arvoredo no Município. Estamos a preparar um regulamento, porque nesta questão temos algumas preocupações em algumas Freguesias, no Município, a que vamos dar resposta o mais brevemente possível. -----

Relativamente aos cemitérios, quero dar relevância à questão das pavimentações que já iniciámos em Camarate e, no decorrer do próximo ano, vamos fazê-la em Loures, mas também dignificar os cemitérios com novas pinturas e com acessibilidades mais dignas, para que os mesmos possam estar

preparados e abertos às nossas populações. Destaco, também, o investimento para a Quinta da Areeira, para o ano de dois mil e vinte e três. ----- Na Divisão de Economia e Inovação pretendemos fazer aquilo que fizemos desde o primeiro dia, com uma linha direta em contato com a parte do urbanismo, de modo a que quando estamos à procura de captação de novos investimentos os possamos ter o mais rápido e célere possível, porque tempo é dinheiro e as empresas não têm, de maneira nenhuma, muito tempo para resolver problemas, de se implementarem e sedear no nosso concelho. Essa também é uma prioridade. Queremos que as empresas estejam sedeadas no nosso concelho, porque muitas delas, como sabemos, não estão aqui sedeadas. Portanto, essa tem sido uma preocupação nas visitas que temos feito e que vamos intensificar nos próximos anos, para que possamos ter mais empresas sedeadas no nosso concelho e os respetivos impostos e postos de trabalho sejam uma mais-valia para o nosso Município. Este acompanhamento tem produzido efeitos, mas também pretendemos intensificar o apoio às empresas que já se encontram aqui sedeadas. Não podemos, de maneira nenhuma deixar de contatar com essas empresas, porque elas são o elo mais forte e produzem postos de trabalho no nosso Município. ----- Não me vou alongar mais sobre esta matéria e fico à vossa disposição para complementar ou dar outras informações sobre este orçamento. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, começo por agradecer a apresentação que foi feita pelo atual Executivo Municipal e dizer que esta apresentação teve o dom de esclarecer uma dúvida que tínhamos. Ou seja, tudo aquilo que é referido no preâmbulo inicial do orçamento não bate certo com a prática do atual Executivo, nem bate certo com o orçamento que nos é apresentado. ----- A apresentação feita, em particular a apresentação feita pelo senhor Presidente, veio confirmar aquilo que entendemos que é este orçamento. Um orçamento que não passa de um exercício de propaganda, que vai ser utilizado durante o ano de dois mil e vinte e três e com muitas limitações que se irão encontrar ao longo do próximo ano. Portanto, será o pilar da propaganda da Câmara

Municipal, que já começou nesta reunião com a intervenção do senhor Presidente. -----

Quero deixar algumas notas sobre o que está neste orçamento e o que está definido como prioridades do orçamento de construção do preâmbulo, em que se referem, no fundamental, três questões. O primeiro referente às questões de eficiência onde se refere um corte nas gorduras administrativas pela contenção de despesas, quando aquilo que temos é um aumento, face ao orçamento deste ano, dos gastos com os serviços e prestações de serviços. É isso que temos neste orçamento e não uma diminuição. A isto tem que se acrescentar a prática do Partido Socialista neste mandato, que é não ter qualquer hesitação em contratar serviços externos para substituir serviços da Câmara. Aconteceu em várias iniciativas como, por exemplo, no Passeio Sénior, na revisão da macroestrutura e outros, onde se gastaram várias centenas de milhares de euros em prestações de serviço que poderiam ter sido acauteladas e garantidas como, aliás, foi no passado, pela estrutura municipal. -----

Portanto, não bate a prática do Partido Socialista com aquilo que querem, ou dizem defender no preâmbulo deste orçamento. -----

Referem-se, depois, à reestruturação organizativa, que é de tal forma eficiente, que logo à partida, aumenta os custos com recursos humanos que podem ascender a um vírgula quatro milhões de euros. É essa a eficiência deste orçamento e dessa nova estrutura organizativa, já para não falar nas roturas estruturais que foram criadas e na criação de cada vez mais espaços internos independentes, que em nada ajudam à organização interna da Câmara Municipal. -----

Fala-se, depois, em fulgor cultural, quando o Centro Cultural é “chutado” para as calendas e continuamos a não encontrar neste orçamento esse fulgor cultural para dois mil e vinte e três. No entanto, é isso que está escrito no preâmbulo que nos é apresentado. -----

Fala-se em coesão social nas opções do atual Executivo do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, mas não diminuíram o IMI, tanto quanto era possível. No entanto, continuam a diminuir o IRS que apenas abrange uma pequena parte da população e, evidentemente, todos aqueles que têm poucos rendimentos não terão qualquer reembolso, ou terão reembolsos na ordem de

cêntimos ou de poucos euros e aqueles que têm rendimentos mais elevados verão, esses sim, a devolução do IRS em maior valor. -----

Portanto, esta é a coesão social deste Executivo, acompanhado por um aumento da água para todos de sete vírgula quatro por cento. São estas as opções erradas que fazem este orçamento, como é referido pela atual de maioria, de inteligente. Eu utilizaria outro adjetivo. -----

Depois, referem-se ao aumento da qualidade de vida e fazem uma listagem de tudo aquilo que está presente neste orçamento. Aí a propaganda é enorme, acrescentada, ainda mais, por esta intervenção do senhor Presidente da Câmara. Para além de se referir a obras que estão previstas no orçamento para dois mil e vinte e três, sendo que algumas delas não irão ocorrer, porque é um orçamento que não vai poder ser concretizado e apenas vai continuar a “empurrar com a barriga” prioridades que não deviam ser adiadas. Mas, para além daquilo que está em orçamento, o senhor Presidente veio referir obras que nem sequer estão previstas para dois mil e vinte e três. Portanto, acrescenta ainda mais propaganda ao documento de propaganda que nos é entregue. -----

Fala-se, também, em rigor. O rigor de cinquenta milhões de euros de verbas a definir, mas que em nenhum local se percebe como é que isso vai ser feito, como é que este Executivo vai, no próximo ano, passar a definitivos estes cinquenta milhões de euros. De que forma? Era preciso que isso fosse claro e que essa informação fosse dada a esta Câmara Municipal. De que forma é que pretendem que isso aconteça? Não estamos a falar de cinco ou dez milhões de euros, estamos a falar de cinquenta milhões de euros. Já no ano passado isso aconteceu, este ano tiveram um pouco mais de cuidado, face àquilo que apresentaram no ano passado, mas ainda pouco cuidado. Era muito bom que o atual Executivo pudesse explicar de que forma é que pretende obter este dinheiro que está em falta no orçamento, já para não falar nos oitenta e sete milhões de euros de dois mil e vinte e quatro, ou nos oitenta e nove milhões de euros de dois mil e vinte e cinco, que são diferenças entre a receita e a despesa que está prevista para esses anos. Uma diferença que já alcança quase os cem milhões de euros. -----

Fazem questão de referir, também, que este é um orçamento sem empolamentos, ao contrário do que aconteceu em dois mil e vinte e dois, desta vez tiveram um pouco mais de cuidado. Mas, mesmo assim, estamos a falar de um empolamento de cerca de vinte milhões de euros. Ou seja, são cerca de vinte milhões de euros que este orçamento tem em rubricas que não vão ser concretizadas. Portanto, são cerca de dez por cento do orçamento só em verbas empoladas para o ano de dois mil e vinte e três. -----

Por isso, aquilo que dizemos, claramente, numa primeira intervenção sobre o que está proposto, é que nos apresentam um orçamento que é mais do mesmo do ano de dois mil e vinte e dois, no sentido de que se continua a prometer tudo a todos. É mais do mesmo no sentido em que não vai ser possível avançar com tudo o que está neste orçamento, vai-se continuar a empurrar prioridades para anos futuros. Isso é a maior preocupação que temos, que é o facto de perceber quais são as prioridades do atual Executivo. Ainda não conseguimos perceber quais são, mas iremos perceber ao longo do ano de dois mil e vinte e três, quando houver ações que avançarão e outras que não terão condições de avançar. Aí sim, será possível perceber quais são as prioridades do atual Executivo. -----

Seja como for temos algumas questões que gostaríamos de colocar e começo por referir a área dos bombeiros. Congratulamo-nos com esta nova postura do Partido Socialista, neste mandato, de continuar a aumentar o apoio aos bombeiros, tal como a Coligação Democrática Unitária teve de fazer quando chegou à Câmara, já que o Partido Socialista, nos últimos anos dos mandatos do Presidente Carlos Teixeira, cortou nos apoios aos bombeiros. Portanto, foi preciso vir a Coligação Democrática Unitária e começar a repor esses valores que tinham sido cortados e aumentar outros. Agora o Partido Socialista, e bem, mantém esse apoio essencial para os bombeiros do nosso concelho. O senhor Presidente refere um acordo com as associações de bombeiros para utilização de gasóleo municipal, mas não disse qual é o acordo. É possível informar esta Câmara sobre as quantidades afetas a este acordo? -----

Quanto aos recursos humanos, temos um aumento muito significativo para dois mil e vinte e três. Relembro aqui as palavras do senhor Presidente da Câmara de Loures, Ricardo Leão, quando estava muito preocupado, no início do

mandato, com o aumento que tinha havido com despesas com pessoal e que não podia ser. Foram declarações numa altura em que se diz tudo, o que se deve e que não deve, e agora o senhor Presidente *“mordeu o isco”*. Não estamos contra o aumento da verba que está em orçamento, porque este aumento reflete o aumento de trabalhadores da Câmara em dois mil e vinte e dois, em particular devido à vinda de trabalhadores que estavam nas escolas. Reflete, também, outros aumentos que deviam ser maiores, no nosso entender, relacionados com os aumentos dos salários, porque os aumentos que estão propostos para os trabalhadores na administração pública, no essencial, não repõem o poder de compra perdido. Portanto, pensamos que até se devia ir mais longe. -----

Aquilo que não acompanhamos é o facto de terem tomado a decisão de aumentar os gastos com as chefias do Município, em mais de um milhão de euros, mas não terem a verba necessária e suficiente para que todos os trabalhadores abrangidos pela opção gestionária possam dessa forma progredir na sua carreira. Com isso não estamos de acordo. Aliás, pedimos os critérios associados a este orçamento, infelizmente não foi possível serem entregues, mas sabemos que na última opção gestionária desta Câmara Municipal, de forma a abranger todos os trabalhadores que cumpriram os critérios, tivemos de utilizar uma verba de cerca de setecentos mil euros. Ora, aquilo que é proposto neste orçamento municipal são trezentos e cinquenta mil euros. Ou seja, metade daquilo que foi gasto na última opção gestionária. Portanto, aquilo que vamos ter, a manter-se esta proposta, é um grande número de trabalhadores que não serão abrangidos e que poderiam ser e ver, desta forma, a sua injusta situação ao longo de muitos anos de falta de progressão ser menorizada. -----

Isto é tanto mais grave quando a lei refere, claramente, que o valor que pode ser utilizado na opção gestionária é aquele que ficar no primeiro orçamento municipal. Portanto, é este e não poderá este Município, mais à frente, dizer que não são trezentos e cinquenta mil euros e são quatrocentos, ou quinhentos mil euros. Por isso esta decisão que viermos hoje a tomar é uma decisão definitiva, que não podemos acompanhar. Assim como não acompanhamos a poupança que este Município decidiu fazer, à custa dos trabalhadores, ao

aumentar as refeições no refeitório a partir do dia um de janeiro. Pensamos que numa altura de dificuldade social, que se vai agravar durante o ano de dois mil e vinte e três, era aconselhável que essa decisão não fosse posta em prática, porque ela representa muito pouco para os cofres do Município, mas representa muito para muitos trabalhadores deste Município e dos SIMAR. -----

O VEREADOR, SENHOR BRUNO NUNES: Senhor Presidente, este é um orçamento de um completo embaraço deste Executivo, que acaba por ser um pouco exotérico, porque aprovamos agora um documento que é uma previsão e, ao longo do ano, à moda do que tem sido prática nesta casa, vamos corrigindo o documento quase de quinze em quinze dias fazendo alterações constantes. -----

Mas este é um orçamento de embaraço por diversas razões. Estamos a falar do maior orçamento de sempre, são duzentos e seis milhões de euros e tem o embaraço de “safar” o Governo do Partido Socialista e “safar”, também, a irresponsabilidade com que a Associação Nacional de Municípios geriu a sua negociação ao longo do Orçamento de Estado com o próprio Governo. -----

Durante o próximo ano aquilo que temos neste orçamento, que será à partida aprovado pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, são vários milhões de despesa para resolver a “trapalhada” da descentralização. A primeira parte vem na necessidade de contratação de pessoal, e o quadro de pessoal aumentou perto de oito milhões de euros. Ou seja, passamos a ter um quadro de pessoal com quase sessenta milhões de euros, o que é completamente incomportável. É a lógica do mais Estado, menos privado e cada vez carregar mais a Câmara Municipal com quadros, muitos deles técnicos superiores em que não se percebe bem a necessidade de contratação para o quadro de pessoal. Isto vem muito da responsabilidade da descentralização e da forma como está a ser feita, porque estão a colocar os Municípios como tarefeiros do Governo, a resolver as responsabilidades do Governo, sem que os Municípios tenham quadro de pessoal suficiente para resolver esta situação. Mas vai mais longe, porque obriga o Município, seja através de capitais próprios, seja através de empréstimo, a recorrer a financiamento que, em muitos casos, poderão ir além do próprio mandato, para

resolver obras em edificado público que passa para a responsabilidade do Município sem que venha em condições, com cálculos das transferências de verbas feitas de acordo com a média dos últimos anos e do investimento dos últimos anos, quando nos últimos anos o Governo não fez o investimento devido nos edifícios. Portanto, a “batata quente” passa para a Câmara Municipal. -----

Isto acaba por levantar uma questão de quase uma dupla tributação e um duplo pagamento por parte do cidadão, porque já contribui através do Orçamento de Estado e paga uma segunda vez através do orçamento municipal, quando a responsabilidade originária estava na esfera do Governo e não o fez. É um orçamento que vem obrigar a vários empréstimos, que serão prolongados no tempo e que passarão este mandato. -----

O Governo transferiu estas competências, mas há muita responsabilidade da Associação Nacional de Municípios, a qual o Município de Loures integra e o senhor Presidente faz parte do corpo diretivo, e penso que chegou a altura de ponderar se devemos manter a presença na Associação Nacional de Municípios, pelo menos com a lógica hoje em dia apresentada, em que a Associação Nacional de Municípios defende mais o Governo junto dos Municípios do que os Municípios junto do Governo. Por exemplo, uma das formas de compensação que poderia ter sido negociada por parte dos Municípios, nesta fase da descentralização, poderia ter sido o IVA da iluminação pública. Portanto, toda a parte energética, os seus valores e os custos exacerbados que vêm com esta rubrica poderiam ter sido reduzidos. ---- Surpreende-me, também, que neste orçamento continue a não aparecer absolutamente nada sobre a videovigilância, que era uma bandeira que o Partido Social Democrata tinha antes das eleições, espero que não a tenha vendido na negociação que fez para entrar no Executivo, mas também não aparece absolutamente nada em relação ao Metropolitano. O Metropolitano continua a ficar fora destas contas, e há uma situação que as pessoas têm de perceber e de saber que é o seguinte: o Partido Chega, em Orçamento de Estado, colocou uma proposta para que a responsabilidade de todos os custos inerentes ao Metropolitano de Loures fossem da responsabilidade do Governo. Na votação desta proposta o Partido Socialista na Assembleia da República

votou contra e o Partido Social Democrata absteve-se em conjunto com o Partido Comunista Português. Resumindo, podemos dizer aqui no Município que queremos o Metropolitano, mas depois no local onde tem de ser resolvida a verba para o Metropolitano vir para Loures, o posicionamento dos Partidos que dividem comigo a reunião de Câmara foi esta. -----

Fala-se também da questão do direito à habitação e da necessidade de aumentar o parque habitacional, mas é muito pouco aquilo que está definido para a habitação jovem e continua a ser muito o que aparece para habitação municipal, quando existem questões em relação à habitação municipal que são claras. Continua a não vir espelhada a forma como a vamos resolver a dívida da habitação municipal para com o Município, aproximadamente vinte milhões de euros em rendas que não são pagas. Para além disso, existe um protocolo assinado este ano com uma associação para mediação e recuperação, que custa ao Município mais de cem mil euros por ano, mas acontece que a recuperação de dívida foi zero. Ou seja, não houve qualquer recuperação de dívida através da mediação. -----

É um orçamento sobejamente mau, é um orçamento que não pensa nem valoriza as pessoas e que está baseada, acima de tudo, em propaganda e, por isso, obviamente, votarei contra. -----

O VEREADOR, SENHOR TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, quero colocar algumas questões em concreto sobre o ponto de situação de processos de obras e começo por questões na área da mobilidade e ambiente: qual o ponto de situação do Plano de Mobilidade e Transportes de Loures, que já tinha sido iniciado? -----

Verificámos que os projeto de “*Loures Cliclável*” em que um conjunto de ciclovias tinham financiamento, nomeadamente, as ligações a Odivelas e a Lisboa estão adiadas. Gostaria de saber se há alguma razão em concreto, se estão relacionadas com os projetos do Metro, ou se é a conciliação desses projetos com este de maior monta. -----

Também verificámos que relativamente à várzea e à zona norte do concelho desapareceram as menções a estas duas importantes zonas do concelho,

naturalmente que é uma opção, mas gostaríamos de ter a certeza dessas prioridades. -----

Questiono, também, o ponto de situação do projeto do Parque da Água, que tinha sido iniciado e que tem o financiamento assegurado pela Águas do Tejo Atlântico. -----

Relativamente aos novos parques, o senhor Presidente falou do Parque Tejo Trancão e gostaria de saber o ponto de situação do mesmo. Se é feito em parceria com Lisboa, se já está executado o seu programa preliminar e quando é que se lança o concurso do projeto. -----

Sobre o Parque de Montachique está inscrita uma verba, ainda que não definida, de setecentos mil euros, o senhor Vereador Nelson Batista referiu-se ao mesmo, e para os anos subsequentes existem também algumas verbas. Assim, gostaríamos de saber, em concreto, que projeto é que se pretende fazer no Parque de Montachique com os setecentos mil euros que estão previstos para o próximo ano. -----

Questiono, também, relativamente a uma promessa eleitoral do senhor Presidente e do Executivo Municipal do Partido Socialista, sobre o financiamento dos utilizadores da CREL, se isso fica adiado, ou se cai por terra uma das propostas que tinha sido anunciada aquando das eleições. -----

Relativamente a algumas obras municipais, questiono sobre o troço dezassete da Via de Cintura, se calhar por falha minha, mas não vi nenhuma menção do mesmo, nem para os anos subsequentes. Relembro que é uma via que tinha um conjunto de financiamentos associados que podem ser alavancados por operações urbanísticas, inclusive já tem o projeto de execução pronto. Questiono se o mesmo deixou de ser uma prioridade, se não se pretende construir, se foi algum lapso, ou se fui eu que não vi, esta importante via de ligação que fecha radial de Loures até ao MARL. Pretende concluir-la, ou não? - Sobre os edifícios Romeu e Julieta, bem sei que está em andamento o projeto de execução, mas não vemos nenhuma menção sobre a construção dos mesmos, nem relativamente à função que se pretende dar, ou se poderá ser uma opção para habitação. Também não encontrei nada no orçamento sobre este assunto. -----

Também gostaria de saber, relativamente ao Gatil Municipal se está previsto ou se está em projeto, nos anos subsequentes, na reconversão do Centro Veterinário Municipal. -----

A VEREADORA, SENHORA FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, irei colocar algumas questões relativas à atividade sócio cultural. Não posso deixar de fazer uma pequena observação prévia, porque estava com alguma expectativa para perceber o que se pretende para alguns dos nossos equipamentos culturais, nomeadamente as bibliotecas e museus que enfermam de diversos problemas, mas também de uma grande atividade, bem como no setor do turismo, já que era considerado uma prioridade para o Executivo Municipal. No entanto, talvez devido à ausência do senhor Vereador Vasco Touguinha, não tivemos qualquer informação sobre essa matéria. -----

Em relação à atividade sócio cultural, quero fazer um pequeno preâmbulo. Lamentamos muito o caminho iniciado há um ano atrás com o desmantelamento da área da cultura ao sabor de conveniências políticas e de acordos políticos que foram feitos. No nosso entender, esta situação revela desde logo uma falta de visão clara para esta área, que consideramos fundamental, e o relegar para segundo plano de parte dessa atividade, que tem um papel importantíssimo enquanto motor de desenvolvimento local. Refiro-me, muito especificamente, à separação das bibliotecas e museus dos restantes equipamentos culturais, interrompendo uma gestão continuada e agregadora de recursos. -----

Este desmantelamento provocou, no nosso entender, a desarticulação de uma ação integrada nesta área, entre projetos, equipamentos, diversos serviços do Município como, por exemplo, a Educação onde já estava trilhado um caminho bastante importante, que permitia que houvesse uma articulação efetiva de serviços com intervenção em áreas comuns fora de portas dos serviços municipais junto das entidades deste concelho. -----

Passado este preâmbulo, coloco algumas questões concretas: alguns equipamentos culturais municipais têm uma degradação acentuada já há alguns anos. É o caso do Museu Municipal de Loures, do Museu da Cerâmica e num grau muitíssimo menor, mas também com algumas questões, da

Biblioteca Municipal José Saramago. São equipamentos já com alguns anos e que têm problemas graves. -----

No caso do Museu da Cerâmica, temos o triste espetáculo com baldes em vários sítios a apanhar a água que entra, com o Museu a fechar com demasiada frequência quando chove, devido a estes problemas. Mas no orçamento municipal as intervenções nestes dois equipamentos, em particular, são adiadas para dois mil e vinte e quatro e passamos mais um ano sem qualquer intervenção. São equipamentos que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata consideravam, na Freguesia e com documentos aprovados na Assembleia de Freguesia, como sendo prioritários e exigindo uma intervenção importante e urgente como no caso do Museu da Cerâmica. Assim, gostaríamos de saber o que pretende o Executivo Municipal para intervenção nestes dois equipamentos em particular. -----

Não percebemos este adiamento, uma vez que é considerada importante a intervenção nestes equipamentos. Estes equipamentos já poderiam ter sido intervencionados no anterior mandato, com o empréstimo que a Coligação Democrática Unitária propôs, mas que foi rejeitado nesta Câmara Municipal pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata e que inviabilizou essa intervenção. -----

Uma outra questão prende-se com a Biblioteca Municipal José Saramago, que tem um projeto que estava em reformulação para os espaços interiores. Estamos a falar de um equipamento que vai fazer vinte e um anos na próxima quarta-feira que abriu ao público, que tem os mesmos espaços interiores que tinha há vinte e um anos e que necessita, claramente, de uma actualização do equipamento para o tornar ainda mais atrativo. Existia um compromisso, por parte do senhor Presidente, que se iria tentar arranjar a verba necessária para esta situação, mas não vimos essa verba prevista nas rubricas consignadas às Bibliotecas Municipais. Assim, gostaríamos de saber qual o ponto de situação e se há, ou não, essa intervenção e para quando. Esta intervenção estava agregada a uma possível intervenção do Departamento de Obras Municipal nos espaços exteriores, sobretudo a nível do passadiço que tem alguns problemas que necessitam de ser resolvidos. -----

Relativamente ao Centro Cultural de Loures, já terminou o prazo para o lançamento do processo que deveria dar início ao projeto, depois de ter sido escolhido o estudo vencedor já há algum tempo, penso que no ano passado. Mas só em dois mil e vinte e quatro é que surge uma verba para este efeito, e para possível avanço do Centro Cultural de Loures, tendo o senhor Presidente referido na sua intervenção de apresentação do orçamento que o Centro Cultural de Loures seria um equipamento que este Executivo pretenderia construir. -----

Consideramos que o Centro Cultural de Loures é um equipamento âncora, um equipamento necessário para o nosso concelho, para o desenvolvimento cultural que permitiria, utilizando o novo slogan da Câmara, colocar Loures no centro da atividade cultural da Área Metropolitana de Lisboa. Somos dos poucos concelhos, na Área Metropolitana de Lisboa, que não tem um equipamento que nos permita realizar determinado tipo de atividades culturais com alguma dimensão. Relembro que há concelhos bem mais pequenos que o nosso, concelhos do interior, em que a atividade cultural atrai não só pessoas, mas ao atrair pessoas traz desenvolvimento económico para o próprio concelho. Relembro apenas o exemplo de Idanha-a-Nova, mas muitos mais poderíamos mencionar. -----

Por fim, gostaria de colocar duas questões, uma relativa ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, porque não verificámos que tenha havido qualquer aumento de verba, invertendo uma tendência iniciada com os Executivos da Coligação Democrática Unitária. Estamos a falar do movimento associativo de atividade socio cultural e desportiva, que são quem está efetivamente no terreno, quem realiza atividades desportivas e socio culturais para largas camadas da população, porque o Município não consegue chegar, nem tem essa competência para tudo. Foi uma efetiva prioridade dos mandatos da Coligação Democrática Unitária, ao contrário do que verificámos quando tomámos posse em dois mil e treze, mas, no nosso entender, não parece ser uma clara aposta do Partido Socialista. Portanto, solicito alguns esclarecimentos, porque ao contrário do que tem sido tendência não há aqui um aumento. -----

Não basta esta novela, não completamente explicada do Partido Socialista, relativa às dívidas do movimento associativo ao Município pela utilização de equipamentos Municipais. Não bastam dois anos de pandemia que afetaram fortemente a atividade dos clubes, ameaçando nalguns casos o seu encerramento de portas porque deixaram de ter condições, perderam atletas, perderam dirigentes e perderam público. Não basta a crise económica, esta espiral inflacionista que faz com que os próprios clubes se vejam afetados, não basta a ausência de apoio do Governo e o Município também não aumentar este apoio é algo que gostaríamos de questionar quais as razões. ----- Por fim, a última questão diz respeito ao Estádio Municipal. O Estádio Municipal tem uma verba a definir, apenas em dois mil e vinte e três, não tem nenhuma verba mais concreta para a sua execução e gostaríamos de saber qual o ponto de situação, quer do projeto, quer da sua construção. Ou seja, o que pretende fazer o Executivo Municipal e onde é que pretende ir buscar esta verba, de quatrocentos mil euros, que está a definir em dois mil e vinte e três. -----

O VEREADOR, SENHOR PAULO RUI AMADO: Senhor Presidente, uma questão relativamente à reabilitação e revitalização urbana, mais concretamente na reconversão dos bairros de génesis ilegal. Quero dizer que acompanhamos esta proposta do Executivo, que vem na continuidade de Executivos anteriores de darem prioridade à questão da emissão dos alvarás, mas todos sabemos que a emissão do alvará não é o fim do processo. A reconversão, a reabilitação e a qualificação dessas áreas são importantes, mas só a emissão do alvará não é suficiente para que isso aconteça. Temo-nos deparado nos últimos tempos, tendo em conta as dificuldades económicas, financeiras e o envelhecimento da população dos proprietários desses bairros, com as dificuldades que existem na angariação de meios financeiros para concluir, muitas vezes, as obras necessárias para a emissão desses alvarás. Isso faz com que haja dificuldades e a emissão seja prolongada no tempo, até as comissões de administração conseguirem as verbas necessárias para a requalificação e qualificação das obras de infraestruturas em falta. Temos ouvido várias vezes o senhor Presidente da Câmara, em algumas intervenções, dizer que isso seria uma questão ultrapassável, porque o

Município iria avançar com as obras e depois os proprietários pagariam à Câmara essas obras. -----

Ora, analisando este documento, este orçamento que nos é apresentado hoje para apreciar e votar, verificamos que a única verba que está inscrita nesta matéria é para o bairro da Portela da Azóia, para a reconversão de iniciativa municipal, que já vinha a decorrer ao longo destes últimos anos, que tem uma verba inscrita de trezentos mil euros definidos, mais um milhão duzentos e trinta mil euros por definir. Pensamos que é uma verba extremamente curta para a necessidade de reconversão de iniciativa municipal, em particular neste bairro. Assim, a questão que se coloca, havendo esta prioridade na emissão dos alvarás, como é que o Município vai resolver o problema da falta de infraestruturas e de alguns equipamentos nestes bairros com este orçamento que nos é apresentado? Já existe uma listagem dos bairros onde isso vai acontecer? Que tipo de obras é que vão ser realizadas para a requalificação desses espaços? -----

A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Relativamente à intervenção do senhor Vereador Gonçalo Caroço, penso que há algum equívoco nalgumas das suas afirmações, nomeadamente, na opção de que este Executivo Municipal tem de contratar serviços externos, quando tem capacidade de o fazer internamente, e mistura alguns exemplos como a organização do Passeio Sénior. -----

Deixe-me que lhe diga o seguinte: em relação ao Passeio Sénior não gastámos nem mais nem menos do que nos anos anteriores. A questão foi agregar num único processo aquilo que era feito de forma espartilhada, nomeadamente, o aluguer dos autocarros, a questão do brinde, a aquisição do fornecimento da refeição e a prestação da segurança. Quanto ao resto os trabalhadores do Município fizeram o acompanhamento como é prática nesta Câmara, e bem, porque essa é uma tarefa que é assegurada pelos recursos humanos da Câmara, como ninguém, com grande empenho e dedicação ao longo do mês de setembro. -----

Quanto aos recursos humanos, relativamente à opção gestionária, quero lembrar o senhor Vereador que no passado, quando o senhor Vereador teve responsabilidades em matéria de recursos humanos, o senhor nem sequer

lançou mão da oportunidade de ter opção gestionária. Refiro-me aos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, em que os senhores já tinham essa oportunidade, a Lei do Orçamento Geral do Estado já a tinha voltado a permitir, e o que é que fizeram? Nada! Agora, estão muito preocupados porque o Partido Socialista alocou, efetivamente, a verba de trezentos e cinquenta mil euros para a opção gestionária que, a juntar à obrigatoriedade de cento e cinquenta mil euros, faz com que em alteração do posicionamento remuneratório para o ano de dois mil e vinte e três estejamos a falar de meio milhão de euros. É muito, é pouco, esta discussão levar-nos-ia a tecer um conjunto de considerações. No entanto, sabemos que é um ano em que existem, também, outras alterações que estão previstas e que o Município acompanhará, como é óbvio e evidente, e que levará ao acréscimo que já tive oportunidade de referir. Quanto à questão que o senhor Vereador traz novamente à liça e que convém esclarecer, até porque já está aprovada, relativamente às refeições do refeitório municipal, quero dizer-lhe que vamos cumprir o que está previsto na Lei e que os senhores já deviam ter acompanhado há muitos anos a esta parte. Infelizmente não o fizeram e teve que ser o Partido Socialista a trazer a questão do cumprimento legal. -----

Senhor Vereador Bruno Nunes, por certo não teve oportunidade de identificar as diferentes áreas e as diferentes perspetivas que temos para a política municipal em matéria de habitação, e que sublinhei na minha intervenção. O Partido Socialista, ao contrário daquilo que vinha do passado, não vai calcular só habitação para aqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade, vulgo programa primeiro direito, vulgo habitação municipal na sua componente tradicional. O Partido Socialista já demonstrou em dois mil e vinte e dois, e continuará a demonstrar em dois mil e vinte e três, que faz apostas noutros programas de habitação, nomeadamente, ao abrigo de programas de habitação de arrendamento acessível, bem como o programa de habitação para os jovens que, em dois mil e vinte e três, terá uma verba inscrita de meio milhão de euros. Ainda assim, superior àquela que está em dois mil e vinte e dois. -----

Também quero esclarecer o senhor Vereador que a dívida de habitação social não são vinte milhões de euros, mas sim quinze milhões de euros. É muito? É

muito, muito. Mas, como o senhor Vereador sabe, temos vindo a trabalhar numa estratégia de recuperação, que não é uma estratégia de “*estalar de dedos*”, nem de “*chegar, ver e vencer*”. Não! É uma estratégia que exige um grande amadurecimento, que exige uma grande cautela do ponto de vista jurídico e que, já garanti e continuo a garantir ao senhor Vereador e aos demais, muito em breve a apresentaremos a reunião de Câmara, com todo o suporte jurídico, para que nos traga o máximo conforto. -----

Esclarecer, também, o senhor Vereador, que não leu em momento nenhum no protocolo formalizado com a entidade, neste caso com a Techari, que estaria envolvida na recuperação de dívida, não há nenhuma alínea nesse sentido. Levava o senhor Vereador a revisitar esse protocolo, que fala em mediação em várias áreas de trabalho, mas não está em lado nenhum escrito a recuperação de dívida. -----

No que diz respeito à intervenção da senhora Vereadora Fernanda Santos, estou certa que o senhor Presidente naquilo que às obras em equipamentos diz respeito terá oportunidade de dar alguma informação. No entanto, quero transmitir, no que respeita ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo duas notas. Por um lado, no passado, os senhores não reviram as verbas inscritas neste Regulamento todos os anos. A nossa opção para dois mil e vinte e três, foi a de manter as dotações dos regulamentos. Mas, paralelamente, ter outros programas para desafiarmos os agentes culturais e desportivos a poderem lançar mão deles, nomeadamente, o Clube Vida Ativa, que é um projeto, como introduzi na minha intervenção, que visa desafiar os agentes desportivos a juntarem-se a nós neste grande propósito. Para além de outras rubricas que estão dotadas, da nossa parte, e que visam os destinatários diretos que são os agentes desportivos e culturais, com o enfoque particular naquilo que diz respeito à formação e, também, às questões de segurança. Queremos dar passos nesta matéria já em dois mil e vinte e três, com maior repercussão nos orçamentos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, mas já com algum incremento em dois mil e vinte e três. ----- Por último, mas não menos importante nesta minha reflexão e que devia ter feito na primeira intervenção, quero dizer que é com grande honra que este Executivo Municipal apresenta, pela primeira vez, um orçamento municipal

alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável. É uma referência que gostava de deixar, e de fazer um enorme agradecimento a toda a equipa da Câmara Municipal que aceitou este desafio do Executivo para fazer este alinhamento, porque todos os dezassete objetivos têm projetos e ações inscritas para a sua concretização. -----

Quando dizemos “*pensar global e agir local*”, os nossos atos têm que corresponder e, do nosso ponto de vista, esta preparação do orçamento com este alinhamento é disso bastante exemplo. -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Presidente, relativamente à questão colocada pelo senhor Vereador Paulo Rui Amado, quero dizer que é importante redefinir, mas quando o senhor Vereador solicita a listagem dos bairros onde vamos intervir, é uma questão quase recíproca, porque tivemos de fazer esse levantamento para podermos avançar com um projeto de investimentos necessários numa série de AUGI's do concelho. -----

Quando se refere às rubricas que estão criadas, de facto, estão definidos trezentos mil euros para a Portela da Azóia e um ponto dois milhões de euros a definir. Se analisarmos o orçamento com maior rigor temos, também, um investimento de meio milhão de euros para a colocação de PT's na Portela da Azóia, uma vez que serão necessários mais sete. Mas não podemos imputar esse pagamento aos proprietários porque, objetivamente, algumas das unidades de reconversão já estão devidamente legalizadas e já fizeram os seus pagamentos. Portanto, este vai ser um reforço assumido pelo Município de mais meio milhão de euros. -----

Do levantamento que fizemos, e que continuamos a fazer, temos uma rubrica para esse levantamento que será depois apresentado a esta Câmara de mais um milhão cento e cinquenta mil euros no orçamento a definir, por forma a podermos avançar com o projeto que temos desenvolvido que é dotar, também, as comissões de moradores e as comissões de administração conjunta da possibilidade de, nesta fase, poderem avançar com os investimentos. Aquilo que não podemos ter são pagamentos efetuados pelos moradores às comissões, ou neste caso da Portela da Azóia à Câmara Municipal, e não lançar as obras de urbanização, quando deviam ter sido

lançadas. Isto é, quando os proprietários pagaram, como aconteceu, por exemplo, na UGT7 em que os valores foram pagos em dois mil e dezoito e primeiro que arrancassem as obras demorou imenso tempo, com um procedimento que só foi feito em junho de dois mil e vinte e um. É disto que estamos a falar. -----

Agora, o Município, por não terem arrancado com as obras necessárias a tempo, e a Câmara já tinha recebido as verbas, vamos ter de arcar com todos os custos inerentes à escalada de preços. Mas vamos fazê-lo. -----

No que diz respeito ao projeto, que o senhor Presidente referiu que íamos fazer, não quer dizer que vamos proceder ao pagamento indiscriminadamente. Não. Aquilo que vamos fazer, e que temos projetado fazer para avançar durante o próximo ano, é avançar com as obras de urbanização, sendo que esse valor será diluído por cada um dos proprietários no proporcional à sua licença de habitação, para avançarmos de forma mais firme e eficaz nos projetos de urbanização. -----

Não podemos esquecer que as AUGI's são um processo e um projeto global, em que todos devem estar imbuídos deste espírito, considerando que trinta por cento da nossa população vive em áreas urbanas de génese ilegal. Este é um projeto e uma obrigação desta Câmara em resolver o máximo possível, porque eu não ia querer continuar a viver num concelho onde todos os mandatos se promete resolver e não ficar resolvido. Portanto, o nosso objetivo é ter até final do mandato, pelo menos, mais de dezoito alvarás emitidos. Ao contrário dos últimos oito anos em que tivemos nove alvarás emitidos. É disto que estamos a falar e é isso que vamos conseguir fazer, com o apoio não só dos moradores, como também do Executivo Municipal. -----

A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, ainda no que diz respeito a uma questão colocada pelo senhor Vereador Gonçalo Caroço, no que concerne aos critérios para atribuição da opção gestionária, como tem sido prática em anos anteriores, a verba será distribuída pelas três carreiras profissionais e será cumprido o artigo cento e cinquenta e oito da Lei do Trabalho em Funções Públicas, onde estão estabelecidos os critérios a aplicar neste caso. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora Fernanda Santos, que não se fique com a ideia que o senhor Vereador Vasco Touguinha não está por outra razão qualquer, a não ser porque está no seu pleno gozo de férias. Portanto, não é nada mais do que isso. -----

O VEREADOR, SENHOR NELSON BATISTA: Senhor Presidente, também ia avançar com essa informação. -----

Começando pela questão em relação à videovigilância colocada pelo senhor Vereador do Chega, o senhor Vereador Bruno Nunes, quero dizer-lhe que no passado essa era uma preocupação, no presente continua a ser uma preocupação e no futuro continuará a ser uma preocupação e que há total sintonia entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, para que seja uma realidade no concelho de Loures. Portanto, essa resposta será dada a muito curto prazo. -----

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Vereador Tiago Matias em relação ao Parque de Cabeço de Montachique, aquilo que pretendemos é a reconversão do edifício do antigo restaurante para sala Multiusos e cafetaria, e vamos fazer, também, obras na mini ETAR. São estas obras que pretendemos avançar em Cabeço de Montachique. -----

Quanto à preocupação relacionada com o gatil, dizer o que se pretende com o novo CRO é que seja canil e gatil. Que não existam dúvidas nesta matéria. ----

Senhora Vereadora Fernanda Santos, o senhor Presidente já respondeu à questão da ausência do senhor Vereador Vasco Touguinha. Quero dizer-lhe que, em relação à preocupação manifestada com a separação das bibliotecas e dos museus da área da cultura, não se preocupe porque há uma sintonia perfeita entre o senhor Vereador Vasco Touguinha e a senhora Vice-Presidente nessa matéria e em nada ficarão prejudicadas estas áreas e, como temos vindo a dizer, há uma colaboração estreita em ambas as matérias. -----

Manifestou, também, preocupação relacionada com os museus, mas é uma preocupação que nós anteriormente já manifestámos, porque, realmente, houve uma grande falta de intervenção, de preparação, ou se calhar de um olhar clínico sobre estas matéria, porque nunca se perspetivaram obras e chegamos a este ponto, nesta altura. Portanto, o que temos previsto é uma

empreitada genérica de reparações em equipamentos municipais, onde estes equipamentos serão contemplados, de modo a que se possam minimizar estes acontecimentos, que podiam ter sido feitas anteriormente. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador Gonçalo Caroço, relativamente à questão da redução do IMI e do IRS, que o atual Executivo Municipal iniciou há um ano atrás e que a redução do IMI já vinha do passado, esta situação foi esclarecida na última reunião de Câmara onde estes assuntos vieram a decisão. Esta redução do IMI vem em linha com aquilo que tinham sido as reduções anteriores, por parte da gestão da Coligação Democrática Unitária. Por isso não vimos onde está a coerência do discurso de agora, com as decisões da Coligação Democrática Unitária no passado, quando o podia ter feito e não o fez. Portanto, estamos em linha com aquilo que é a média da redução do IMI, em particular com aquilo que foram os anos de gestão da Coligação Democrática Unitária.

O mesmo não se pode dizer do IRS, porque como o senhor Vereador bem sabe, a redução do IRS é a primeira vez que acontece. Assim, a resposta que lhe dei na última reunião de Câmara é a mesma que lhe dou hoje. Ou seja, esta redução de cinco por cento para quatro noventa no primeiro ano e, agora, de quatro noventa para quatro oitenta, é bem melhor do que se fosse a Coligação Democrática Unitária que estivesse a gerir o Município. Se fosse a Coligação Democrática Unitária a governar a Câmara o IRS manter-se-ia no máximo, por palavras do próprio Vereador, porque pouco ou muito, uma coisa é certa, é mais do que aquilo que seria com a gestão da Coligação Democrática Unitária. -----

Relativamente às obras para dois mil e vinte e três, quero dizer o seguinte: o senhor Vereador Gonçalo Caroço devia estar embevecido com as minhas palavras e não compreendeu, porque acho que fui claro nas opções que o atual Executivo está a lançar para dois mil e vinte e três porque, como sabemos, este documento é o orçamento para dois mil e vinte e três e as grandes opções do plano para os anos seguintes. É assim que se faz. -----

Uma coisa o senhor Vereador pode ter a certeza, é que os compromissos que assumimos com a população vão ser concretizados e, daqui a três anos, a

população fará o seu juízo, se valeu ou não a pena acreditar neste Executivo Municipal. Teremos oportunidade de fazer esse balanço nessa altura, sendo que o juízo final é sempre da população. -----

O embevecimento do senhor Vereador às minhas palavras foi tanto que não ouviu nada do que eu disse, porque as opções estão lá e são clarinhas. Mas vou ter oportunidade para as mencionar, novamente, com todo o gosto. -----

Todo este investimento a que me referi no início, e digo-lhe que são investimentos há muito esperados pela população do concelho, mas adiados durante oito anos de gestão da Coligação Democrática Unitária. Tive o cuidado de dizer que são investimentos cuja verba que está inscrita no orçamento para dois mil e vinte e três, que será alvo de reforço na coluna que está a definir para definido, por via de três soluções. Algumas delas por via do Plano de Recuperação e Resiliência e de fundos comunitários, através do PT 20/30. Como compreenderá temos projetos que já estão na rua, e estamos a aguardar que durante o ano de dois mil e vinte e três saiam um conjunto de avisos destes dois instrumentos, para os incluir automaticamente na coluna definida. --- Há, também, a questão do saldo de gerência, que vai servir para incluir muito daquilo que foi aqui referido na coluna definida e há, depois, aquilo que assumi na minha intervenção inicial, mas que o senhor Vereador não quis ou não ouviu, de que vamos recorrer a empréstimos bancários se for necessário, dentro daquilo que é a capacidade de endividamento do Município. -----

Ainda bem que o senhor Vereador coloca este assunto, porque vamos à capacidade de endividamento da Câmara, não colocando essa capacidade em risco, minimamente, mas vamos utilizá-la naquilo que não for financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, pelo PT 20/30, ou que o saldo de gerência não inclua e não contemple na coluna definida, iremos executar empréstimos bancários, de modo a não adiar um conjunto de investimentos e intervenções importantes para o nosso concelho. Portanto, se for necessário cá estaremos para assumir isto, porque não podemos atrasar mais este concelho como a Coligação Democrática Unitária fez nos últimos oito anos. -----

Relativamente à matéria de que aquilo que fiz na minha intervenção foi uma propaganda. Bem, vindo da Coligação Democrática Unitária, propaganda é o nome correto. Senhor Vereador, uma coisa lhe posso dizer com toda a

frontalidade, é que a propaganda não vai cair no ridículo, como aconteceu com a Coligação Democrática Unitária quando fez propaganda a um passadiço, em dois mil e dezassete, inclusivamente com um vídeo, e só agora é que se iniciou. Portanto, passou dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, dois mil e vinte e passou praticamente dois mil e vinte e um e só agora é que está a andar em ritmo confortável. -----

Por isso, essa propaganda ridícula que os senhores fizeram, no passado, essa podem ter a certeza que não a irei fazer. Apresentar vídeos de inauguração de algo, que só passados quatro anos é que tem início, isso podem ter a certeza que não faço. Quando falarem de propaganda olhem primeiro para aquilo que fizeram durante oito anos de gestão da Coligação Democrática Unitária que a população, de facto, não esqueceu. -----

Quanto à questão do empolamento das rubricas, gostava de saber quais são as rubricas que estão empoladas. Senhor Vereador, eu já fiz muitos orçamentos municipais e, atualmente, à luz das novas regras orçamentais da contabilidade pública, como bem sabe, grande parte dos orçamentos municipais são feitos com a regra dos vinte e quatro meses da receita arrecadada e há, de facto, rubricas que fogem a essa regra da média dos vinte e quatro meses. Mas não deveriam fugir. Portanto, se está a referir-se àquilo que normalmente se usa, da venda de bens e serviços, posso dizer-lhe, por exemplo, que está em linha com aquilo que vocês fizeram em dois mil e vinte e um. Completamente em linha com o que fizeram em dois mil e vinte e um. -----

Se me está a falar da questão das rendas da habitação, também está inteiramente em linha com aquilo que apresentaram no orçamento de dois mil e vinte e um. Se são estas as rúbricas, então tem de olhar, primeiro, para aquilo que vocês fizeram no orçamento de dois mil e vinte e um. Está a fazer uma autocritica? -----

Relativamente à questão dos bombeiros, diz o senhor Vereador Gonçalo Caroço *“ainda bem que estão a continuar com apoio da Coligação Democrática Unitária aos bombeiros”*. Continuar? É preciso ter topete. Quando chegámos à Câmara, em outubro de dois mil e vinte e um, não é vergonhoso o que acontecia com as equipas de intervenção permanente, dito por todos os comandantes das corporações de bombeiros? O Governo, em dois mil e vinte e

um, lançou a possibilidade de se criarem as equipas de intervenção permanente, e bem, porque hoje o voluntariado nos bombeiros é algo que está escasso e difícil, de modo a aumentar a capacidade de proteção da população, em particular a proteção do concelho de Loures, porque é importante que os bombeiros possam ter profissionais a tempo inteiro para garantir o socorro e a segurança da nossa população. Por isso é que as equipas de intervenção permanente apareceram. Quando o Governo, em dois mil e vinte e um, lançou o repto aos Municípios dizendo que participava com cinquenta por cento e os Municípios os outros cinquenta, houve um conjunto de Municípios por este país fora que assim fizeram. No entanto, aqui, em Loures, a gestão da Coligação Democrática Unitária o que disse às associações de bombeiros é que só tinham verba para três destas equipas. Assim, deu-se o ridículo das sete corporações de bombeiros terem que sortear, entre elas, a atribuição das equipas de intervenção permanente. A verdade foi esta, dita por todos os comandantes de todas as direções das associações. -----

Portanto, este continuar do apoio aos bombeiros da Coligação Democrática Unitária foi de tal ordem que as corporações de bombeiros tiveram que fazer um sorteio para ver quais eram os três felizardos, porque a Câmara Municipal de Loures não tinha verbas para as sete corporações. Por isso este continuar é um pouco estranho, porque o que fizemos não foi um continuar, mas sim repor a justiça e a prioridade naquilo que deve ser o apoio aos bombeiros. Qual continuar? Onde é que existe o continuar? -----

O que fizemos foi colocar imediatamente as sete corporações de bombeiros com equipas de intervenção permanente e, para dois mil e vinte e três, não serão sete, mas sim catorze as equipas de intervenção permanente. Ou seja, duas equipas por cada corporação de bombeiros, colocando-os no nível máximo dos concelhos no país, ao nível das equipas de intervenção permanente. Isto é, de facto, valorizar o apoio aos bombeiros, sem ter que os submeter a um sorteio, desculpem o termo, ridículo. -----

Como é que podem dizer que é a continuação do apoio, quando o orçamento para os bombeiros, em dois mil e vinte e um quando chegámos à Câmara era de dois milhões de euros, e o orçamento para dois mil e vinte e três já

contempla três milhões de euros. Isto é que é valorizar a importância que têm os bombeiros no nosso concelho. -----

Mas diz o senhor Vereador Gonçalo Caroço, relativamente aos bombeiros, que estamos a continuar o apoio. Continuar? Por acaso hoje não está presente o senhor Presidente da Direcção dos Bombeiros de Sacavém, porque se estivesse confrontava-o, porque anda há anos para colocar um portão no quartel dos bombeiros que tem sido alvo de roubo e de intrusão, sendo que esse pedido já estava na Câmara há um tempo considerável, mas não vi a Coligação Democrática Unitária dizer que ia prestar esse apoio. Foi preciso ser este Executivo, este ano, a dar esse apoio de trinta e quatro mil euros para a colocação desse portão elétrico. Onde é que está o continuar? -----

Também fomos nós que este ano tivemos que requalificar o quartel dos bombeiros de Loures, há anos que precisava dessa manutenção e dessa requalificação, no valor de cento e cinquenta mil euros. Isto para além dos apoios que referi. -----

Agora sim, no continuar do apoio por parte deste Executivo vamos requalificar, para o ano, o quartel dos bombeiros do Zambujal e a colocação de monoblocos a pedido e por proposta da corporação dos bombeiros do Zambujal, para que possam ter, finalmente, uma escola de formação que lhes permita dar formação às suas bombeiras e aos seus bombeiros, mas, também, dessa forma, angariar receita junto da formação às empresas. -----

Penso que sobre bombeiros estamos esclarecidos. -----

Quanto à questão dos combustíveis, tive o cuidado de dizer, numa reunião que com os presidentes das corporações dos bombeiros, que havia a possibilidade de ocorrer, até um determinado montante, o abastecimento de combustível nas bombas das oficinas em Loures. Vamos fazer todos os possíveis para que durante o mês de janeiro possamos apresentar à Câmara um protocolo, teremos oportunidade durante o próximo mês de janeiro de fazer essa discussão, mas é já do conhecimento de todas as corporações de bombeiros do nosso concelho esta intenção. -----

Quanto à questão do senhor Vereador Bruno Nunes, quando se refere ao Orçamento de Estado e do não apoio a um conjunto de medidas aos Municípios, penso que o senhor Vereador já me conhece há muito tempo e

aquilo que tenho dito nas reuniões da direção da Associação Nacional de Municípios tenho-o dito aqui e em várias entrevistas que tenho dado. De facto, é incompreensível como é que o Governo não acompanha, por exemplo, duas medidas que são de maior justiça, que são a redução do IVA, quer nas refeições escolares, quer na iluminação pública. É algo que não consigo compreender. Aliás, o que os Municípios estão a fazer para a Administração Central há muito tempo é um financiamento, porque, como sabe, os Municípios não são reembolsados do IVA. Portanto, o que estamos a fazer é um financiamento, através do IVA, porque não vai ser reembolsado, mas estamos a fazer um duplo financiamento, devido aos aumentos obscenos do custo energético, particularmente, da eletricidade. Por exemplo, no nosso caso, se pagássemos o IVA reduzido a nossa poupança, só relativamente ao aumento que se vai verificar, era de um milhão e meio de euros, que nos fazem muita falta. -----

Não se consegue compreender como é que existe, e bem, para a função da agricultura o gasóleo verde, porque é uma área de prioridade máxima, mas questiono, a recolha dos resíduos sólidos não é também ela uma função de primeira prioridade, de urgência máxima de serviço público? Acho que é. O transporte escolar também não é? Penso que nestes dois serviços, muito em particular, devia existir um combustível colorido para que os Municípios pudessem confrontar esta crise energética de uma outra forma. Só me refiro a estas duas porque são aquelas que são de elementar justiça e que, infelizmente, o Orçamento de Estado não acompanha e digo-o com toda a frontalidade. -----

Quanto ao senhor Vereador Tiago Matias, agradeço as questões concretas que colocou, ao contrário da anterior intervenção que pouco ou nada questionou. -- Quanto à questão do Plano de Mobilidade e Transportes, de facto, o conselho consultivo já reunião, já recebemos as propostas que estão em análise, e teremos oportunidade de o discutir de uma forma mais aprofundada. -----

Quanto à questão das ciclovias a que se referiu, estamos a fazer uma nova análise, até por via da questão do LIOS– Linha Intermodal Sustentável, que teremos oportunidade de analisar mais aprofundadamente, bem como a questão do Metro. -----

Quanto à questão da Águas Tejo Atlântico a que se referiu, eu mencionei numa reunião de Câmara que a opção que o atual Executivo Municipal tinha para a contrapartida dos quatro/cinco milhões de euros era diferente daquela que a anterior gestão tinha. A nossa opção, em reunião que tive com a administração da ATA, foi no sentido de termos duas frentes. Uma frente seria através de um pipeline que saía da fábrica de Frielas até ao Infantado, com a construção de um adutor. Este seria por um lado um projeto piloto que abastecia todo o espaço verde do Infantado com água reutilizável e, por outro lado, abastecia com essa mesma água reutilizada o futuro Estádio Municipal. Este é um dos projetos que colocámos em cima da mesa. -----

O outro projeto está relacionado com outro pipeline que sai da estação de Beirolas para o futuro Parque Tejo Trancão, também com abastecimento de água reutilizada, do parque verde que se irá construir no pós Jornada Mundial da Juventude. -----

Quero dizer-lhe que tivemos uma reunião onde também participei com a senhora Presidente da ERSAR, porque é esta entidade que tem de dar habilitação final destes investimentos, juntamente com o conselho de administração da ATA e alguns técnicos do Município. Esta reunião foi bastante produtiva, não saiu dali um parecer final, mas foi uma conversa em que houve todo o interesse e a ERSAR não levantou grandes objeções a estes dois investimentos. Portanto, a reunião decorreu há pouco tempo, estamos em fase de receção desse parecer final, mas da reunião que tivemos não antevejo nenhum entrave por parte da ERSAR a esses dois investimentos. Penso que são dois investimentos muito importantes e pioneiros, para aquilo que deve ser hoje, mais do que nunca, uma melhor utilização da água. Não faz sentido fazer a rega de espaços verdes com água igual à que bebemos em casa e ao mesmo preço. Isso é financeiramente mau e é, ambientalmente, muito reprovável. -----

Nesse sentido, iremos fazer um esforço para dotar o parque verde do Infantado com este novo projeto de abastecimento de água reutilizada, bem como a construção do Estádio Municipal e o Parque Tejo Trancão a seguir à Jornada Mundial da Juventude, sendo este através de conduta da estação de Beirolas. -

Quanto à questão da CREL e do nosso compromisso, o mandato são quatro anos, há mais vida para além de dois mil e vinte e três e estaremos aqui, em futuros orçamentos, para fazer a análise do cumprimento, ou não, deste nosso compromisso. Mas desde já agradeço a leitura atenta que tem tido do nosso programa eleitoral. -----

Quanto à via dezassete a que se referiu, como sabe havia o projeto do separador central que já está finalizado, agora é a fase de análise de quantificação dos custos para depois tomar decisões relativamente à mesma. --

Quanto ao Centro de Recolha Oficial estamos em fase de recolha do projeto. Quanto aos edifícios Romeu e Julieta, quero dizer que só o projeto custa à volta de quinhentos mil euros, e que está incluído na rubrica genéricos. -----

Relativamente à questão da senhora Vereadora Fernanda Santos sobre o centro cultural, é uma questão importante, mas questiono onde é que estiveram durante oito anos. Se era assim tão determinante e tão importante a construção do centro cultural, onde é que andaram durante oito anos em que estiveram à frente dos destinos do Município? -----

Relativamente à grande preocupação das obras do museu da Cerâmica, da necessidade urgente de infraestruturação, diz a senhora Vereadora que não o fizeram porque chumbámos o empréstimo. Muito bem. É uma justificação. Mas o que lhe posso dizer em relação a esta matéria é o seguinte: de facto, consideramos que esta é uma questão prioritária. No entanto, no projeto e aquilo que estava planeado fazer-se não existiam grandes respostas para colocar o Museu durante o período em que estará parado, nomeadamente, a questão dos trabalhadores que ali estão. Portanto, o ano de dois mil e vinte e três será para acautelar essa situação que não estava incluída no projeto, nomeadamente, onde é que vamos colocar todos os trabalhadores do Museu, bem como o conjunto de serviços que o espaço presta. Mas estou convicto que durante o ano de dois mil e vinte e quatro possamos fazer essa intervenção no Museu da Cerâmica de Sacavém já com estas respostas, que neste momento não temos porque não estavam trabalhadas. -----

Quanto ao Estádio Municipal, bem como a maioria dos projetos e dos investimentos a que me referi na minha primeira intervenção, onde o Estádio Municipal se insere, a nossa previsão é iniciarmos o lançamento de concurso

público durante o próximo ano. Este, em concreto, está em avaliação prévia o projeto de concessão/construção, que terá que ter, obviamente, o visto do Tribunal de Contas. Este e outros investimentos são aqueles a que já me referi dizendo que temos todas as condições para fazer o lançamento do concurso durante o próximo ano e iniciar a obra, em muitos casos, no final do próximo ano, por via do reforço da rubrica a definir que resulta do Plano de Recuperação e Resiliência ou dos fundos comunitários, neste caso não se insere em nenhuma destas hipóteses, ou do saldo de gerência onde também não se insere. Portanto, resulta, naturalmente, daquilo que vai ser a contração de um empréstimo bancário para este fim. -----

Assim, quer este, quer todos os investimentos a que me referi na minha primeira intervenção, serão alvo de correções por via destas três formas, o que nos leva a assumir que durante o próximo ano iremos lançar os respetivos concursos públicos e muitas delas, a grande maioria, iniciar-se-ão ainda durante o ano de dois mil e vinte e três, em termos de obra física. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, agradeço as respostas dadas, mas independentemente de outras questões que tenho, quero deixar os seguintes comentários: o primeiro está relacionado com a caracterização que o senhor Presidente fez da intervenção da Coligação Democrática Unitária, em particular da minha intervenção, dizendo que poucas perguntas foram feitas. Pois, senhor Presidente, isto não é propriamente um inquérito. É um espaço político, onde as opiniões que são expressas aqui têm o valor político que lhe deve ser dado. -----

Portanto, estou em crer que o senhor Presidente preferiria que não fizéssemos qualquer comentário sobre o orçamento apresentado, que não disséssemos as nossas opiniões e que não puséssemos a nu as contradições entre o discurso e a prática do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Estamos em crer que o senhor Presidente preferiria que assim fosse. Mas entendemos que não é assim e, como somos nós que ainda definimos a nossa forma de intervenção, decidimos que era preciso denunciar aquilo que deve ser denunciado neste orçamento, e colocar questões no sentido de esclarecer algumas dúvidas que temos. -----

Ouvi muito bem o senhor Presidente, o senhor Presidente é que talvez não me tenha ouvido bem, que foi que o orçamento que está apresentado não permite perceber quais são, de facto, as prioridades do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, porque é um orçamento onde estão colocadas todas, ou praticamente todas, as ações que a Coligação Democrática Unitária também defende em muitos casos, faltando algumas. Mas o ano de dois mil e vinte e três é que vai definir quais são, de facto, as prioridades do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, porque ao ser confrontado com a impossibilidade de cumprir aquilo que está aqui a ser propagandeado hoje, vai ter que tomar decisões. São essas decisões que vamos acompanhar durante o ano de dois mil e vinte e três e perceber o que ficará, de novo, empurrado para dois mil e vinte e quatro e para os anos seguintes e o que terá andamento em dois mil e vinte e três. Portanto, esta não é uma pergunta, é uma afirmação de que será a prática que nos irá dizer a todos quais são, de facto, as prioridades do Partido Socialista e do Partido Social Democrata para dois mil e vinte e três, porque não é isso que está espelhado neste orçamento. -----

Senhor Presidente há uma pergunta que não teve resposta, mas espero que possa vir a ter resposta nos próximos dias, ou semanas, que é saber quais destes projetos que estão previstos avançar em dois mil e vinte e três têm previsto financiamento por parte do Plano de Recuperação e Resiliência, ou de fundos comunitários. É uma questão que deixamos e que esperamos que o senhor Presidente possa dar resposta, porque isso já nos ajudava a esclarecer uma parte dos cinquenta milhões de euros que estão em falta. -----

Também já percebemos que o Estádio Municipal, no entender do Partido Socialista, deve ser submetido a um empréstimo bancário. Mas, a partir do momento em que nos esclareçam quais são os projetos com fundos comunitários, isso ajudava-nos a perceber de que forma é que vão resolver esta discrepância de valores. -----

Não posso deixar de referir quanto ao passadiço que felizmente ele avançou, mesmo contra a vontade do Partido Socialista que tudo fez para que ele não pudesse avançar e por isso conseguiu atrasá-lo. É um facto. Mas a nossa persistência fez com que ele não ficasse na gaveta e, mesmo contra a vontade

do Partido Socialista, o passadiço avançou e esperemos que o Partido Socialista o consiga concretizar. -----

Quanto às rubricas empoladas, o senhor Presidente já confirmou algumas delas, havendo outras, incluindo uma nova rubrica que está crida neste orçamento que serve, também, para empolar o orçamento de dois mil e vinte e três. -----

Quanto à questão dos bombeiros, o Partido Socialista quando deixa a Câmara, em dois mil e treze, deixa-a depois de vários anos de cortes nos bombeiros. Uma informação dada pelo próprio Município refere que, em dois mil e dez, a verba transferida para os bombeiros foi de dois milhões e cem mil euros. Em dois mil e onze a verba transferida baixa para um milhão e novecentos mil euros, em dois mil e doze baixa para um milhão e setecentos mil euros e, em dois mil e treze, baixa para um milhão e quinhentos mil euros. Foram estes os últimos anos de gestão do Partido Socialista no que se refere aos bombeiros do nosso concelho. Quando a Coligação Democrática Unitária chegou à Câmara, mesmo com as dificuldades financeiras que existiam, houve algumas áreas às quais dissemos que não se podia manter com o subfinanciamento, e uma dessas áreas foi a área dos bombeiros. Foi por isso que ao longo dos anos de mandato da Coligação Democrática Unitária fomos aumentando, todos os anos, o apoio aos bombeiros, tendo chegado ao ano de dois mil e vinte e um com o valor de dois milhões duzentos e cinquenta mil euros. Portanto, quando dizemos que o Partido Socialista, e bem, inverteu a política do mandato de dois mil e treze de Carlos Teixeira e aumentou a verbas para os bombeiros, em consonância com aquilo que a Coligação Democrática Unitária já fazia, é a verdade. A Coligação Democrática Unitária inverteu o subfinanciamento dos bombeiros do nosso concelho, que o Partido Socialista decidiu manter, ao contrário daquilo que fez em dois mil e treze. -----

O senhor Presidente não respondeu quanto ao valor que está estipulado para o apoio ao gasóleo, suponho que não esteja ainda completamente definido, mas cá estaremos para perceber qual será o apoio que está previsto para o próximo ano. -----

Algumas questões que gostaríamos de ver respondidas, em particular na área da educação. É que estão previstas diminuições de verba no projeto de

adaptação ao meio aquático, gostaríamos de perceber que consequências é que isso terá para o projeto, e que outros projetos que o Município tem nas escolas vão terminar. Gostaríamos de saber, também, se o Município vai manter o apoio com o material escolar e com as fichas escolares no início do ano letivo, conforme tem sido prática nos últimos anos. Também, se é no próximo ano que vai ser iniciada a implementação do pequeno-almoço a outros níveis de ensino, para lá do primeiro ciclo. Se é em dois mil e vinte e três que se vai iniciar o alargamento da isenção do escalão B para outros níveis de ensino, que a Coligação Democrática Unitária implementou no seu mandato para o primeiro ciclo e para o pré-escolar. -----

Gostaríamos de saber, também, qual a razão para o adiamento da obra da Escola Mário de Sá Carneiro para dois mil e vinte e quatro, bem como as obras da Escola de Frielas, da Escola do Zambujal e das obras do logradouro da Escola Número Dois de Camarate. Tínhamos pedido alguma orientação do Município, já que a Carta Educativa não estará ainda pronta para percebermos alguns destes adiamentos e algumas das prioridades que foram agora estipuladas no orçamento, mas como tal não foi possível coloco estas questões concretas quanto ao porquê destas obras estarem previstas para o ano de dois mil e vinte e quatro e não para o ano de dois mil e vinte e três. -----

Quanto à questão da habitação aquilo que vemos neste orçamento é, essencialmente, a nível do Programa 1º Direito, a concretização daquilo que está na estratégia local de habitação, com algumas diferenças, mas no essencial é a concretização do que está na estratégia Local de Habitação. No entanto, queremos relembrar o Município que a estratégia vai muito para além do Programa 1º Direito. Existe já pensamento crítico sobre outras respostas que estão ligadas com o Plano de Recuperação e Resiliência e com o Programa 1º Direito e que esperamos que, rapidamente, a maioria do Partido Socialista e do Partido Social Democrata nos diga quais serão, ou de que forma, pretende ter uma política habitacional integrada para o nosso concelho.

Uma outra questão relacionada com a rubrica dos empréstimos é que se cifra, neste momento, em cerca de trinta e oito vírgula quatro milhões de euros, sendo que em dois mil e vinte e três este valor é de apenas dez vírgula cinco milhões de euros. Portanto, na rubrica dos passivos financeiros, empréstimos,

atualmente, em dois mil e vinte e dois, é de cerca de trinta e oito milhões de euros e, em dois mil e vinte e três, este valor passa para dez milhões de euros. Assim, gostaríamos de saber o porquê desta diferença, se os empréstimos vão ser consumidos este ano e porque é que existe esta diminuição de cerca de vinte e oito milhões de euros na rubrica passivos financeiros, empréstimos. ----

Quanto às questões e às respostas dadas pela senhora Vice-Presidente, começa já a ser usual a falta de rigor propositado, por parte da senhora Vice-Presidente nalgumas das respostas que dá, de forma a tentar esconder as políticas que quer operar aqui no Município para os trabalhadores. -----

Vale a pena recordar que no biénio de dois mil e dezassete/dois mil e dezoito, e não no biénio de dois mil e dezoito/dois mil e dezanove como erradamente a senhora Vice-Presidente referiu na sua intervenção, os trabalhadores foram abrangidos pela opção gestionária no valor de cento e vinte e nove mil euros. Os trabalhadores viram essa possibilidade assegurada para esse biénio, ao contrário daquilo que a senhora Vice-Presidente referiu aqui nesta reunião de Câmara. É preciso esclarecer, também, que mesmo com um Orçamento de Estado apresentado nesse ano depois do orçamento municipal ter sido votado, o que impossibilitou, na prática, que fosse contemplado nesse ano o valor da opção gestionária, isso não impediu que os trabalhadores que cumpriam os critérios pudessem ser abrangidos nesse biénio. Assim, os trabalhadores que podiam ser abrangidos no biénio de dois mil e dezassete/dois mil e dezoito, foram-no com cento e vinte e nove mil euros e, em dois mil e dezanove/dois mil e vinte, foram abrangidos com um valor muito superior. -----

Portanto, confirma-se que nem todos os trabalhadores que possam ser abrangidos pela opção gestionária vão ser contemplados já que a verba é, claramente, insuficiente para isso. -----

Quanto às refeições no refeitório, não existia qualquer incumprimento legal. Aliás, basta ver os pareceres dos serviços desta Câmara para perceber que não havia qualquer incumprimento legal e que a Lei estava a ser cumprida. Aquilo que o Partido Socialista decidiu, neste mandato, foi aumentar os encargos com as refeições para os trabalhadores o que, no nosso entender, é errado e deve ser revertido antes do início do próximo ano. -----

A VEREADORA, SENHORA FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, em primeiro lugar quero agradecer as respostas dadas quer pelo senhor, quer pela senhora Vice-Presidente. -----

Senhora Vice-Presidente, na minha intervenção anterior não coloquei esta questão, mas gostaria de saber, não a consegui identificar no orçamento, pode ser falha minha, se o projeto “*Brincar com a música*” vai continuar, uma vez que é algo importante dirigido às famílias. É a divulgação da música dirigida às famílias e para bebés, em colaboração com as bibliotecas municipais que tem sempre uma enorme adesão e teríamos sempre público para este efeito e é um dos bons projetos que existe no Município. -----

Senhor Presidente, relativamente ao Centro Cultural de Loures, sendo um equipamento âncora, não é algo que seja pensado, haja um estalar de dedos e seja construído. Foi algo que foi pensado durante os mandatos da CDU, que foi equacionado, em primeiro lugar, pelos serviços que têm a seu cargo pensar estas questões de forma mais abrangente, foi lançado um concurso de ideias que teve um projeto de ideias vencedor e faltava a sua concretização num projeto de arquitetura que pudesse ser executado. É esse projeto que não vemos avançar, que é adiado para dois mil e vinte e quatro e é neste sentido que coloquei a questão. Portanto, a CDU tem trabalho feito nessa matéria, trabalho esse do qual nos orgulhamos, sempre em estreita colaboração com os serviços municipais. -----

Depois, não posso deixar de dar aqui duas notas: a primeira, a ausência do senhor Vereador Vasco Touguinha, uma vez que os pelouros que tem a seu cargo foram os únicos sobre os quais não tivemos aqui nenhuma apresentação por parte do Executivo Municipal com pelouros atribuídos. Foi nesse sentido que fiz a minha observação e, obviamente, tem direito a férias como qualquer um de nós, deve gozá-las, aproveitar para descansar e ter mais forças para levar os seus pelouros adiante. -----

A segunda nota é sobre o Museu da Cerâmica. O senhor Vereador Nelson Batista disse que não havia projetos, mas o senhor Presidente acabou de dizer que havia projeto e confirmou aquilo que eu aqui referi. Portanto, é capaz de haver aqui alguma falta de informação, porque se não houvesse projeto não havia uma intenção de contração de empréstimo. Nunca nesta Câmara,

enquanto tivemos responsabilidades executivas, lançaríamos para o Executivo Municipal uma proposta de empréstimo se este não estivesse consubstanciado em projetos específicos e com existência real e palpável. Aquilo que nos preocupa é a degradação, porque o que acontece com as nossas casas acontece com qualquer edifício municipal, uma vez que cada ano que passa e o edifício não tem intervenção vai-se degradando ainda mais. No caso do Museu da Cerâmica é gritante e aflitiva a situação que se passa, até para os próprios trabalhadores que ali estão e, no próximo ano, temos a Jornada Mundial da Juventude que aqui é tão propalada e que se vai passar quase ali ao lado. -----

O Museu da Cerâmica é um dos equipamentos municipais mais facilmente acessível para todos os que vão à Jornada Mundial da Juventude, que o poderão visitar. Também faz parte do Caminho de Santiago que, uma vez que estamos a falar do movimento católico, tem uma importância fundamental. Felizmente a Jornada Mundial da Juventude é em agosto, pode ser que não chova nessa altura e que não seja necessário colocar aquela exposição semipermanente de baldes, que acontece sempre que chove, e que não seja necessário fechar o Museu. -----

Não houve uma intervenção no Museu da Cerâmica porque os senhores, nesta Câmara Municipal, no mandato anterior, PS e PSD, não quiseram e não nos deixaram fazer essa intervenção. Se essa intervenção tivesse acontecido, hoje não estávamos a ter esta conversa sobre o Museu da Cerâmica e lamentamos, mais uma vez, que este assunto seja um “empurrar com a barriga”, para dois mil e vinte e quatro, de intervenções em equipamentos municipais estruturantes, nomeadamente, para a intervenção cultural neste concelho. -----

O VEREADOR, SENHOR BRUNO NUNES: Senhor Presidente, em relação ao que referiu o senhor Vereador Nelson Batista, quando diz que o Partido Social Democrata não esqueceu a videovigilância, a questão é que estas opções do plano são para dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e seis e até dois mil e vinte e sete. Quando diz que era uma preocupação no passado, uma preocupação atual e para o futuro, deduzo que o futuro, não se sabe bem quando, mas será um dia. Portanto, um dia, não

se sabe bem quando, o Partido Social Democrata verá inscrito nas opções do plano e no orçamento municipal aquilo que é uma preocupação. Podemos dizer que estamos preocupados, mas se depois não se coloca nenhuma verba, nem se tenta negociar o que quer que seja, obviamente, que será uma preocupação e não passa disso. -----

Senhora Vice-Presidente, eu percebo aquilo que me disse em relação à habitação municipal, mas penso que teria ficado melhor cortar a meio a sua intervenção. Quando diz que nós não tivemos oportunidade de analisar todas as rubricas, por causa da questão da habitação jovem, quero dizer-lhe que tivemos e, de facto, a habitação jovem tem um aumento em relação ao que estava inscrito no orçamento anterior de cerca de meio milhão de euros. Também, quando diz que a dívida municipal não são vinte milhões de euros, mas que serão à volta dos quinze milhões, certamente que não está a contabilizar as dívidas que existem aos SIMAR, nem aquilo que é o novo investimento para a habitação municipal, não só para recuperação do edificado. Podíamos ir ao mandato anterior, quando o Município fez obras de intervenção na Quinta da Fonte, sendo que a única coisa que se fez foi pintar o edifício por fora, mudar as caixas do correio e as portas de entrada, mas depois, dentro de casa, as pessoas continuaram a viver na miséria. -----

Portanto, nós não somos contra a habitação municipal, nós somos contra a habitação mal gerida e mal entregue. Há muita gente que precisa de habitação municipal e, felizmente, a maioria das pessoas que estão nos bairros precisam da casa, trabalham e não é com esses que temos problemas, temos problemas é com os outros. -----

Depois, a senhora Vice-Presidente refere uma situação que é interessante quando diz: “os mediadores não foram contratados para este efeito”. Ora, no contrato com a Associação Nacional e Internacional Cigana, um acordo anual de cem mil euros, noventa e três mil euros mais IVA, para mediação de conflitos e colocaram-se nas escolas, nos recreios, para mediar conflitos e dizem que tem corrido muito bem. Mas de três em três meses devia vir a reunião de Câmara um relatório que os senhores se comprometeram a trazer para informar as atividades que são desenvolvidas por esta Associação. ultimamente não tenho tido acesso a estes relatórios, mas o que consta no

contrato é “*mediação da relação senhorio/arrendatário*”. Ora, acredito que na mediação senhorio/arrendatário existe, também, a questão das dívidas para tentar resolver o problema, caso contrário gostava que me explicasse, exatamente, o que é esta mediação entre o senhorio e o arrendatário. -----
Mas podíamos ir mais longe, porque nas declarações que foram tidas pelo senhor Presidente da Câmara, na altura em que se falou sobre este assunto, disse, e passo a citar: “*isto também pode ser partilhado, mas não são os mediadores que vão ajudar nos bairros, no entanto irão ao encontro daquilo que será o bom senso e aquilo que o CHEGA defende, que é acabar com esta promiscuidade de falta de pagamento de rendas nos bairros*”. Está aqui e, se quiser, posso pedir que seja distribuído, porque foram declarações do Executivo e não foram minhas. -----

Portanto, aquilo que quero perceber, de uma vez por todas, é se esta situação faz ou não sentido, e se vai ou não ao encontro das necessidades do Município. -----

Esta situação não está relacionada com xenofobia, racismo e de exclusão social, tem a ver é com o facto de nós percebermos que grande parte, uma percentagem elevadíssima do orçamento municipal, está focada para estas áreas, mas vimos outras questões que deviam ser opção e não o são. A questão de mais meio milhão de euros no orçamento relativo à habitação jovem é muito pouco, comparado com estes favores que se estão a fazer e com esta situação, porque é uma franja significativa do orçamento que é colocada neste princípio. -----

Em relação ao Programa 1º Direito, o que é que está a ser feito em concreto? Como é que está a situação do Bairro da Torre? Podemos responsabilizar o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, mas a questão é concreta. Portanto, aquilo que queremos saber são casos concretos e não vale a pena dizer que eu não tive tempo para ler, porque li. Por isso achei que a sua intervenção podia ter ficado a meio que seria mais útil. -----

O VEREADOR, SENHOR TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, ficamos contentes por saber que o projeto da Frente Ribeirinha está a andar e, felizmente, ao final de um ano é uma boa notícia. -----

No entanto, não posso deixar de reiterar que as condições políticas que tivemos que são diferentes das que vocês estão a ter. Isso é uma realidade incontornável. Mas, misturar opções políticas e dizer que só não fizemos porque não quisemos, é demais. Penso que já chega de demagogia barata. Ouvi-lo hoje dizer que irá ao limite do endividamento da Câmara, para cumprir os projetos necessários, mas em dois mil e dezanove, exatamente com este projeto da Frente Ribeirinha rejeitaram um empréstimo. Agora, dá nota de que irá utilizar todos, ou quase todos os limites do endividamento para cumprir projetos, o que é realmente uma grande diferença da ação política que nós tínhamos e que vossas excelências têm agora. Essa é uma grande diferença senhor Presidente, porque dizer de uma forma política demagógica e barata que não fizemos porque não quisemos, quando o senhor sabe, tão bem quanto eu, que nessa data, em dois mil e dezanove, foi chumbado esse empréstimo e que estávamos muito abaixo dos limites do endividamento. -----
Portanto, ficamos contentes com essa proposta, e ficamos contentes porque muitos dos projetos que estamos hoje a deliberar foram projetos que a Coligação Democrática Unitária executou, com ou sem separador. Deixe-me dizer-lhe que até lhe fica mal falar no separador, o que é certo é que o senhor Presidente não respondeu à questão. O troço dezassete é para fazer este mandato, ou não? Isso, que é importante, não respondeu, apenas disse que o projeto estava feito. -----
Sobre os edifícios Romeu e Julieta o projeto de execução são trezentos e cinquenta mil euros e não meio milhão de euros, e não nos respondeu se vai ser executado em política de habitação. -----
Sobre o projeto da Águas Tejo Atlântico gostava que o senhor Presidente fosse mais claro, porque tudo aquilo que disse estava previsto no anterior projeto da Coligação Democrática Unitária. Quer relativamente ao abastecimento para rega dos espaços verdes, quer do abastecimento do futuro parque que se queria construir, até para os agricultores da várzea e que o senhor Presidente não referiu. Portanto, tudo o que referiu estava previsto. O que eu gostava que nos entregasse, e ainda não foi entregue, é o motivo pela qual a ERSAR chumbou o nosso antigo projeto. Apesar de ter sido pedido não recebemos esse parecer negativo sobre a apresentação do programa preliminar que

tínhamos feito e os fundamentos para tal, pelo que ficamos espantados. Ficamos contentes se vier a ser aprovado um novo projeto, que a ERSAR dê parecer positivo, mas gostaríamos de saber o que foi alterado e quais foram as motivações que fizeram a ERSAR alterar o seu parecer. Mas, de qualquer forma, nem de um, nem de outro, conhecemos o parecer. Nem o parecer sobre o projeto que a Coligação Democrática Unitária cá deixou, entenda-se o programa preliminar, nem o parecer do novo projeto que o novo Executivo Municipal, legitimamente, tem para executar. Portanto, gostaríamos de conhecer não só projeto, o programa preliminar, mas também o parecer que a ERSAR vier a proferir. -----

Senhor Presidente, sobre os projetos, efetivamente, podemos falar de muitas coisas. Já passamos o tempo em que tínhamos os projetos importantes para o Município através de outdoors que depois nunca se vinham a concretizar, felizmente que o Partido Socialista aprendeu com isso e já ultrapassámos esse tempo. Ainda estamos só no primeiro ano de mandato, mas iremos acompanhar todos os prazos que aqui foram transmitidos relativamente a vários projetos. Mas uma coisa lhe posso dizer, é que felizmente tem muitos projetos e muitas ideias prontos para executar e para levar o endividamento do Município aos limites que considerarem necessários, não deixaremos é de estar atentos à gestão dessas verbas, de modo a não chegarmos ao ponto a que chegámos, em dois mil e treze, quando tomámos posse. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, projetos? Vamos ver se nos entendemos, de uma vez por todas, e falar verdade para que não haja aqui nenhuma dúvida. -----

Nós estamos a analisar o orçamento para dois mil e vinte e três, que é da nossa responsabilidade e que assumimos com as nossas opções. Nesse sentido, sendo as nossas opções, pergunto ao senhor Vereador o seguinte: foram vocês que fizeram o projeto da nova escola da Portela da Azóia? Existia projeto? Não. Não deixaram nenhum projeto e estamos a fazê-lo. ----- Deixaram projeto da Escola Número Cinco de Camarate? Estava pago? O senhor está a rir-se, mas não devia porque isto são questões concretas e falar é muito fácil. -----

O projeto da Escola Maria Veleda também foram vocês que o fizeram? Não. Somos nós que o estamos a fazer. -----

O projeto da Escola Gaspar Correia estava feito? Não. O seu discurso não bate certo com a realidade. -----

Relativamente à saída da A1, deixaram cá projeto? Não. Vamos nós iniciar esse projeto, porque a Coligação Democrática Unitária não deixou projeto. -----

Quanto à questão da requalificação da Praça da República e do jardim aquilo que os senhores tinham era um boneco. Isso é que é propaganda vender às pessoas uma ilusão na altura das eleições. O que havia era um boneco. -----

Também tinham projeto de requalificação da rua Vinte e Cinco de Abril e espaços envolventes à igreja, na Portela da Azóia? Esse projeto também é vosso? Não. -----

Tinha algum projeto lançado para alcatroamento das vias? Vias que durante oito anos não viram um centímetro de alcatrão? Não, estamos agora a fazê-lo, no valor de um milhão e meio de euros. -----

Também foram vocês que fizeram o projeto para os relvados sintéticos? Estava tudo previsto? Estavam previstos o do Tojal e o do Catujal? -----

A obra de construção do novo parque urbano e do auditório na Portela norte, também estava prevista? Não. Esta é uma opção nossa, tal como todas as outras que referi e cujos projetos não existiam. -----

Também existia projeto para o Estádio Municipal? O senhor Vereador tem a “lata” de dizer que havia projeto para a sua execução? O boneco que vocês tinham para o Estádio Municipal não cabia no terreno que tinham disponibilizado. Isto foi dito pelo ex Diretor do Departamento do Urbanismo, numa reunião que tivemos com o Grupo Sportivo de Loures. O tal vídeo em três dimensões que vocês fizeram propagandisticamente, em agosto quanto o Grupo Sportivo de Loures fez anos? Querem maior propaganda que esta, a um mês e meio das eleições autárquicas, lançar um vídeo sem projeto? -----

Mas podemos ir a outras questões. -----

Este executivo tem como prioridade a saída de Sacavém à 2^a Circular, mas este projeto foi abandonado por vossas excelências. Aliás, nas últimas reuniões da Assembleia Municipal, no mandato anterior, foi dito por deputados municipais da Coligação Democrática Unitária que vivem em Sacavém, está

em Ata, que essa era uma matéria que não estava na agenda política da Coligação Democrática Unitária, porque não era relevante. Portanto, para esta obra estamos agora a fazer o projeto do estudo de tráfego, para enviar para o Instituto de Mobilidade e Transporte e, se houver parecer positivo, faremos o projeto. -----

Quando o senhor Vereador diz que havia projetos para todas as obras, não havia e estamos nós, agora, a fazer a maior parte deles. -----

O senhor Vereador não coloque palavras na minha boca do que eu não disse, porque eu nunca disse que íamos ao limite do endividamento do Município. Escusa de fazer esse jogo de palavras. O que eu disse é que íamos usar a nossa capacidade de endividamento, com regras e com segurança se fosse necessário. Volto a repetir, de modo a ser claro, que há três fontes de financiamento naquelas rubricas que estão por definir e que serão colocadas em definir por via do Plano de Recuperação e Resiliência, do PT2030, do saldo de gerência aquando da sua inclusão, ou através de empréstimo, onde usaremos a capacidade de endividamento. Mas, por exemplo, o futuro empréstimo bancário para a Jornada Mundial da Juventude não conta para a capacidade de endividamento e o que está hoje na Ordem do Dia para aprovação também não. Portanto, não vamos usar, nem de perto nem de longe, o limite da capacidade de endividamento. Isso não é verdade e convém que a verdade seja reposta. -----

O senhor Vereador disse que não respondeu à questão do troço dezassete, mas respondeu. Disse que o íamos quantificar e, depois, tomaremos a decisão e informaremos esta Câmara. -----

Quanto ao Parque Tejo, se já estava tudo feito porque é que está a pedir os projetos? Se estavam feitos teve acesso a eles, porque é que está a pedir os projetos da Águas Tejo Atlântico e da ERSAR? Afinal não estavam prontos? Senhor Vereador, a questão é que a vossa proposta era a lagoa de afinação, mas esse investimento da lagoa de afinação foi abandonado por nós e o projeto para se criar um pipeline da estação de Frielas até ao Infantado, para abastecimento da reutilização da água no Infantado e no Estádio Municipal é novo. A ERSAR não tinha conhecimento deste projeto, por isso é que o está a analisar. -----

Relativamente à questão do pipeline que sai da estação de Beirolas até ao Parque Tejo Trancão é, também, um projeto novo, até porque só há pouco tempo é que se soube que a Jornada Mundial da Juventude era neste local. Portanto, é um projeto que é do conhecimento da Águas Tejo Atlântico e da ERSAR pela primeira vez. Foi por decisão do atual Executivo Municipal que se abandonaram as lagoas de afinação no Infantado e, em vez destes cinco milhões serem aplicados nesse investimento, preferimos que sejam aplicados nestes dois projetos: o pipeline de Frielas até ao Infantado para o abastecimento de água reutilizada e onde se insere também o Estádio Municipal e o pipeline da Estação de Beirolas até ao futuro Parque Tejo Trancão a seguir à Jornada Mundial da Juventude. -----

O senhor Vereador pode dizer o que entender, mas esta foi a opção deste Executivo Municipal, da qual a Coligação Democrática Unitária não tem nenhuma responsabilidade sobre esta matéria. -----

Quanto à questão do parecer, eu próprio já solicitei à Administração da Águas Tejo Atlântico e da ERSAR, que transmitam essa informação por escrito. -----

Relativamente ao que referi anteriormente sobre este projeto ser novo, esse facto confirma-se, porque estão agora a analisá-lo para ver se ele se insere dentro daquilo que é o objeto de negócio da Águas Tejo Atlântico, de modo a não sair daquilo que é a contratualização para a utilização desses talos cinco milhões de euros. Portanto, é um projeto novo e a Coligação Democrática Unitária não tem nenhuma responsabilidade sobre ele. É uma opção nossa. ---

Quanto à questão do senhor Vereador Gonçalo Caroço, a Escola Número Dois de Camarate será para dois mil e vinte e quatro. Relativamente à Escola Mário de Sá Carneiro estamos em condições, mal o projeto termine, de lançar o concurso público ainda durante o próximo ano e previsivelmente a obra terá início no final do ano, à semelhança de todos os outros projetos que referi. Portanto, assim que o projeto terminar da Escola Mário de Sá Carneiro, será lançado o concurso público, que são seis meses, e se tudo correr bem estaremos em condições, no final do próximo ano, de iniciar a obra de forma física. -----

Senhor Vereador, não percebi a questão dos passivos financeiros terem passado de trinta milhões para dez milhões, porque o mapa dos passivos

financeiros é claro. Mas recebi agora a informação em relação à questão do mapa das amortizações que foram feitas até trinta e um de dezembro, que foram à volta de quatro milhões e cem mil euros. -----

A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, quero prestar alguns esclarecimentos adicionais relativamente à questão colocada pela senhora Vereadora Fernanda Santos quanto ao projeto *“Brincar com a música”*. Ele está na nossa programação, nomeadamente, no programa *“Música em Si Menor”* e iremos dar-lhe continuidade. -----

Senhor Presidente, se me permite, vou utilizar a expressão de *“comentário”* em vez de esclarecimento quanto às questões aqui referidas pelo senhor Vereador Gonçalo Caroço, pelo senhor Vereador Bruno Nunes e pelo senhor Vereador Tiago Matias, no que há habitação diz respeito. -----

Senhores Vereadores convém, de uma vez por todas, em primeiro lugar, perceber que aquilo que o Executivo Municipal anterior deixou a esta gestão foi um contrato celebrado com o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana para o Programa 1º Direito. Quando o senhor Vereador Gonçalo Caroço pergunta o que é que vemos mais no orçamento, não vemos mais nada a não ser o Programa 1º Direito, porque é isso que temos que cumprir. É o contrato que está executado, é esse programa que tem financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência e é ele que vamos, naturalmente, executar. Tenho pena que não tenhamos encontrado, tal como o senhor Vereador Tiago Matias diz que deixou tantos projetos, que em matéria de habitação não tenham deixado nenhum projeto para a reabilitação de património municipal. Neste momento, estamos com cinco projetos terminados, para lançar mão dos procedimentos concursais, mas para a construção de nova habitação social também não havia nem um projeto. Aliás, está inscrito no protocolo do Programa 1º Direito um conjunto de soluções, mas não existem terrenos para a concretização dessas mesmas soluções. Portanto, os senhores é que estão a fazer demagogia, ou tentaram fazer algo que não tem substrato absolutamente nenhum nesta matéria. -----

Senhores Vereadores, costumo dizer em reunião de Câmara que se há tema que os senhores não deviam falar é sobre habitação, porque acho que é

aquela pasta que vos passou completamente ao lado em tudo. Ou seja, a única coisa que fizeram, pouco antes do final do mandato e porque todas as Câmaras aqui à volta o estavam a fazer, foi assinar o documento com o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com números atirados de qualquer maneira, porque não existe nenhum levantamento rigoroso. -----

Portanto, senhores Vereadores, no que há habitação diz respeito vamos ter todos muita atenção e espero que esta não seja uma matéria fraturante, mas sim de união porque, pelos vistos, queremos todos o mesmo. Queremos todas novas políticas de habitação municipal para os diferentes segmentos da população, mas aqueles que tiveram responsabilidades na matéria até há um ano a esta parte não digam que deixaram aqui uma “varinha mágica”, porque não deixaram nada. Absolutamente nada, nem do ponto de vista do planeamento, nem do ponto de vista da gestão dos processos na habitação e a única coisa que deixaram foi o tal documento assinado. -----

O senhor Vereador Tiago Matias não tinha responsabilidades nesta área, mas terei todo o gosto em fazer-lhe uma visita guiada a estes processos e vai chegar à conclusão que aquilo que estou a dizer é a mais pura da verdade. Pode ter a certeza que, no que diz respeito à reabilitação, não tinham nenhum processo preparado a que pudéssemos lançar mão e quanto à construção de novos bairros municipais, idem. Portanto, digam lá o que é que os senhores fizeram. -----

O senhor Vereador Gonçalo Caroço que deixou pensamento crítico. Onde? Onde é que está o pensamento crítico? Ando há um ano à procura dele. Mas vai ter pensamento crítico. Vamos socorrer-nos do mesmo pensamento crítico, do “know how” que existe dentro desta Câmara, com a ligação entre as duas equipas, a da habitação e do planeamento urbanístico. Mas, se tivermos que recorrer a consultadoria externa, para a elaboração da Carta Municipal de Habitação, cá estaremos para o fazer. -----

Quando o senhor Vereador Tiago Matias diz que há uma diferença de ação política, pois há senhor Vereador. Acredite que há uma grande diferença de ação política entre a gestão da Coligação Democrática Unitária e a gestão do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Nós estamos neste momento a dar passos largos para a concretização e os senhores estiveram anos, e

anos e anos, ao sabor da maré. Sabe como é que estava a maré? A maré estava calminha, muito calminha, então em alguns dossiers foi uma tranquilidade que está a “*olhos vistos*”. Não conseguimos recuperar tudo porque estamos em exercício de funções, como os senhores sabem, há catorze meses e não conseguimos ter tudo aquilo que desejávamos. Em termos de orçamento municipal este vai ser o primeiro da nossa inteira responsabilidade e cá estaremos, no final deste exercício, para verificar quem é que tomou as melhores opções.

O VEREADOR, SENHOR NELSON BATISTA: Senhor Presidente, apenas para responder à senhora Vereadora Fernanda Santos recomendando que ouça a minha intervenção, porque eu não disse anteriormente que não havia projetos. O que eu disse anteriormente foi que, tal como em nossas casas, a conservação e manutenção deve ser feita. Foi isso que eu disse. Ou seja, que devia ter havido conservação e manutenção, assim como prevemos que exista, também, no futuro. Portanto, não falei, de forma alguma que não havia projetos. Que fique bem clara esta situação.

Senhor Vereador Bruno Nunes, relativamente à sua questão, neste momento já não é uma preocupação e será uma concretização, não tenho dúvidas nenhumas sobre isso.

O VEREADOR, SENHOR BRUNO NUNES: Senhor Presidente, no dia vinte e quatro de maio, é a data do último relatório a que tive acesso, já passaram três meses, despacho pelo senhor Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência. Este é o último relatório de execução trimestral a que tive acesso. Este relatório, para que não fiquem dúvidas tem, a determinada altura, no ponto intitulado “*Habitação*” o seguinte: “*(...) Sensibilização para a necessidade de regularização da documentação das rendas em falta, promovendo a recuperação de dívida e respetivo pagamento (...)*”. Portanto, quando me diz que o protocolo com esta associação nada tem a ver com a recuperação de dívida, então temos um problema, ou o relatório está mal, ou eu não sei ler. ---- Eu nem sequer vou pegar no resto do relatório, porque há situações que me dariam vontade de rir, diz-se ainda: “*(...) ações articuladas com a escola e com*

os alunos promovendo a importância da escolaridade obrigatória, assiduidade alertando para o absentismo e abandono escolar (...)", quando sabemos, por parte da CPCJ, que a incidência que existe pela obrigatoriedade, as crianças do sexo feminino são retiradas das escolas por quem está a fazer esta mediação é, no mínimo, ridículo. -----

Mas como estamos a falar apenas da questão da habitação, está no relatório que esta associação faz recuperação de dívida e respetivo pagamento. Não sou eu que o digo, é o relatório que dá origem ao pagamento dos noventa e três mil euros, por ano, mais IVA. -----

O VEREADOR, SENHOR TIAGO MATIAS: Senhor presidente, quero dar nota que, efetivamente, podemos fazer todo o jogo político que quiser, mas relativamente à "lata" devolvo-lhe a "lata", porque com a "lata" que o senhor Presidente tem acho que dava para montar um ferro velho, e vou dizer-lhe porquê. Vou-lhe dar nota dos projetos que aqui deixámos, muitos iniciados e outros já prontos. Pode tomar nota que é para não se esquecer. -----

Edifício Quatro de Outubro, projeto de execução pronto. -----

Escola Básica da Mealhada, projeto de execução pronto. -----

Escola Básica de Frielas, projeto de execução pronto. -----

Escola Básica Número Cinco de Camarate, projeto iniciado por nós, CDU. -----

Unidade de Saúde Familiar de Camarate, projeto iniciado por nós. -----

Unidade de Saúde Familiar do Tojal, projeto de execução praticamente terminado por nós. -----

Praça da República, projeto de ideias feito por nós. -----

Quero dizer ao senhor Presidente que ainda está só há um ano no Departamento de Obras Municipais, mas quero dar-lhe nota que é de uma falta de respeito, não só pelas equipas que prepararam todos os concursos de ideias, mas chamar aos resultados dos mesmos "bonecos", é um desrespeito não só pelas nossas equipas, como pelos projetistas autores que vão materializar esse estudo prévio, que o senhor vai pagar, que se irá traduzir em projeto de execução. É de uma demagogia, de uma falta de oportunidade e de respeito pelos autores do "boneco" e pelos arquitetos que tiveram a inspiração de fazer aqueles projetos, ridícula. -----

Museu da Cerâmica, projeto de execução pronto. -----
Museu Cultural de Loures, projeto de ideias pronto. -----
Estádio Municipal do Infantado, projeto base, ou estudo prévio, pronto. -----
Sobre o Estádio Municipal quero dizer-lhe o seguinte: tinha o estudo prévio, ou o projeto base, como entender, pronto, com pareceres. Desafio-o a ver os pareceres das entidades já aprovados e a distribuí-los a todos os Vereadores e aos técnicos, quer o estudo prévio, quer o projeto aprovado pelas entidades. Sabe quem é que deu os pareceres positivos, à data, do IPDJ, da ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil e das restantes entidades, desafio-o a trazê-lo aqui a esta reunião de Câmara para que todos conheçam esse projeto. Agora, se o senhor Presidente quer fazer de outra forma, faça-o. É de sua livre iniciativa. Decidiu fazer um projeto de concessão/construção e deitar para o lixo tudo o que havia com os pareceres das entidades. Pode fazê-lo, mas não venha denegrir o estudo prévio que está aprovado pelos técnicos municipais, com os pareceres das entidades. Sabe quem é que deu os pareceres? Quer que lhe diga? Se o senhor quer mandar tudo para o lixo é de sua iniciativa, mas traga aqui esse trabalho, em vez de denegrir o trabalho que os técnicos fizeram e que aprovaram esse estudo. Vem aqui referir a conversa que teve um Diretor, mas, em vez disso, traga o que foi aqui aprovado. -----
Continuando. Projeto Loures Ciclável, sim, fomos nós que o fizemos.-----
Projeto da A1, já na última reunião disse ao senhor Presidente que se tiver a capacidade de trazer a esta Câmara todos os estudos que foram feitos, essenciais para o desenvolvimento do projeto, traga-os aqui. -----
Nova ponte de Palhais, projeto de execução pronto. -----
Variante a Bucelas, estudo prévio pronto. -----
Via T7 em execução, projeto pronto. -----
Troço dezassete, projeto pronto. -----
Quer mais? -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: O senhor Vereador pode dizer o que entender, eu estou aqui há um ano, mas vamos fazer muito mais que aquilo que vocês fizeram em oito anos. Disso não tenham a menor dúvida. -----

Disse o senhor Vereador que já tinha o projeto da Escola de Frielas pronto. Questiono: o projeto estava pronto para lançarmos o concurso público? Não. Sabe porquê? Que iniciativas é que fez para proceder às expropriações necessárias à concretização da escola? O projeto estava pronto para lançar o concurso? Não estava. -----

Relativamente ao Estádio Municipal, pareceres? O senhor Vereador, porventura, não viu o parecer dos SIMAR. Onde é que estava a construção do adutor? Onde? O que vocês cá deixaram estava em condições de lançarmos o concurso e fazer a obra? Não. Até porque a implementação do vosso estudo prévio, que não é um projeto, porque uma coisa é um projeto aprovado para lançamento de concurso público, mas não foi um projeto que deixaram. Deixaram um estudo para um estádio em que, e virá à próxima reunião de Câmara, a sua implementação não cabia no terreno municipal que estava disponível para a construção do estádio. Havia uma parcela que não era nossa. Não abane a cabeça a dizer que não, porque sim. -----

Também posso trazer o parecer dos SIMAR, porque nem o adutor estava previsto. É curioso. -----

Senhor Vereador, que fique claro, não há projeto da A1. Há um conjunto de estudos, tal como nós estamos a iniciar os estudos da Segunda Circular para os apresentar ao Instituto de Mobilidade e Transportes, para que este dê parecer e possamos, então, elaborar o projeto. O estudo vai ser feito, agora, na sequência do protocolo que vamos assinar com a Brisa, para então iniciar o projeto. Portanto, não havia projeto para a A1. Vamos falar verdade? -----

O senhor Vereador referiu-se aqui a um conjunto de projetos, dos quais alguns não são nossa opção. É legítimo, porque as nossas opções são nossas. Era só o que faltava nós seguirmos as vossas opções. -----

É nossa opção a construção do Parque Urbano da Portela Norte. Não é vosso, nem nunca foi uma opção vossa. É nossa. -----

Relativamente à saída da A1 também não havia projeto e vamos nós, agora, iniciar o projeto. -----

Quanto à construção da nova escola da Portela da Azóia, não era uma opção vossa, não tinham projeto e vamos nós, agora, fazer o projeto. -----

Quanto à requalificação das oito escolas básicas e secundárias do nosso concelho, sendo que duas são prioritárias, a Escola Gaspar Correia e a Escola Maria Veleda, os projetos foram agora lançados por nós, porque não existiam projetos. -----

Relativamente à Praça da República havia algum projeto para podermos lançar o concurso público? Não havia. Portanto, vamos lá falar verdade. Podemos falar de estudos prévios, mas projetos prontos para se lançar o concurso público não havia. -----

Agora estamos a lançar um conjunto de projetos, uns já estão na rua, outros estão em fase de adjudicação para lançamento de concursos públicos e para lançamento dessas obras. -----

Senhor Vereador Gonçalo Caroço, já percebi a sua questão quanto aos trinta milhões de euros, mas se não ficar confortado com a resposta posso pedir aos serviços uma melhor explicação. A informação que tenho é que os trinta milhões são, na totalidade, empréstimos novos que foram contemplados em dois mil e vinte e dois, a cem por cento, que na receita iremos corrigir na última alteração orçamental. Os novos empréstimos são doze ponto oito milhões de euros, mais o empréstimo da permuta de seis ponto cinco milhões de euros, o empréstimo para a Frente Ribeirinha que é de quatro milhões de euros e os empréstimos dos SIMAR, bem como os seis milhões de euros do empréstimo a curto prazo. Esta é a informação que tenho, mas se a dúvida persistir posso pedir aos serviços para prestarem uma resposta mais técnica relativamente a essa matéria. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, se possível agradeço um melhor esclarecimento, de modo a percebermos qual é a opção. Se os serviços optaram por diluir o empréstimo ao longo dos anos, e por isso o valor é inferior em dois mil e vinte e três que aquele que está em dois mil e vinte e dois, ou se há outra questão. Estamos a referir-nos a empréstimos de médio e longo prazo, não estamos a falar de empréstimos de curto prazo.--- Quanto à questão da habitação, eu percebo este entusiasmo da senhora Vice-Presidente, mas já lá vai um ano e continuamos à espera. Posso enviar-lhe, novamente, o nosso pensamento sobre a habitação para Loures, para além do

Programa 1º Direito. Posso enviar novamente, mas é um documento que está na Câmara. Cá estaremos para analisar, quando nos for apresentada a Carta Municipal de Habitação do concelho de Loures, quais são as soluções integradas que o atual Executivo quer para Loures. Nós tínhamos ideias e programas para que pudessem ser aplicados, em conjunto, com os financiamentos do Programa 1º Direito e do Plano de Recuperação e Resiliência, porque as coisas não podem, nem devem estar desligadas.----- Quanto ao pensamento do atual Executivo, não sabemos qual é e vamos aguardar mais algum tempo para o conhecer. O que é facto é que já lá vai um ano. -----

Mas de uma coisa nos orgulhamos, é que, independentemente do nível em que estavam alguns dos projetos, nós deixámos, em Loures, um pensamento para o futuro sobre esta matéria, que não existia. Aquilo que existia era zero, não existia nada. Loures era um deserto completo, em termos de pensamento de habitação para o futuro. Era um zero. Agora há, quer concorde, quer não concorde. Mas há e, além de haver, foi feito tendo em conta as condições que existiam a nível da Administração Central, e toda a discussão que aconteceu do Plano de Recuperação e Resiliência, a nível da habitação, aconteceu no final do mandato anterior e tivemos de trabalhar nessas circunstâncias. -----

Os senhores quando chegaram tinham o programa 1º Direito para avançar, devem avançar o máximo possível com ele, e integrar isso na Carta Municipal de Habitação que vier a ser criada, porque há condições para isso. Mas cá estaremos para ver quais são as opções dos senhores neste momento, porque ainda não as conhecemos e continuamos à espera de as conhecer. -----

É preciso não ter vergonha nenhuma para vir falar em reabilitação de bairros. Uma matéria em o Partido Socialista nada fez nada, durante anos, fez zero, e vem agora aqui dizer que a Coligação Democrática Unitária não deixou nada? Então todos os bairros que foram reabilitados por nós, todos os projetos que estavam em construção, todos os estudos que estavam a ser feitos que possibilitaram a concretização destas candidaturas não foi nada? Nada foi aquilo que os senhores durante o tempo que cá estiveram fizeram, que foi zero na reabilitação do edificado. -----

Portanto, concretizem as reabilitações que estavam previstas, concretizem o trabalho que está previsto na estratégia local de habitação para não se perderem os fundos que existem e que estão disponíveis para continuar a reabilitação do edificado do nosso concelho. -----

Quanto à questão da nova rubrica que lhe referi que tem onze vírgula nove milhões de euros, denominada “*Recuperação de Dívida*”, é a rubrica zero oito, zero um, noventa e nove, zero seis. Agradeço que possa ser clarificado que verba se prevê ser recebida nesta rubrica. -----

Ouvi o senhor Presidente com muita atenção sobre os projetos que existiam e não existiam, não respondeu foi a algumas questões que coloquei e que vou voltar a colocar. Portanto, porque é que existe uma diminuição de verba no programa de apoio à adaptação ao meio aquático e que consequências é que isso terá para o programa. Que outros projetos vão terminar? Se vão manter o apoio com o material escolar no início do ano letivo e das fichas escolares. Se vai ser iniciada a implementação a outros níveis de ensino para além do primeiro ciclo e do pré-escolar que a Coligação Democrática Unitária iniciou. Se vai ser implementada a isenção do escalão B iniciada pela Coligação Democrática Unitária para outros níveis de ensino, para além do primeiro ciclo e do pré-escolar. Porque é que o senhor Presidente refere que a obra da Escola Mário Sá Carneiro poderá começar em dois mil e vinte e três, mas ela só tem verba para dois mil e vinte e quatro. O que significa que existe um adiamento desta obra. -----

Também, em relação à escola de Frielas, passado um ano de gestão do Partido Socialista, ela é empurrada para dois mil e vinte e quatro, bem como a do Zambujal e a da Mealhada só em dois mil e vinte e cinco. -----

Estas são questões que colocámos. Gostaríamos de saber o porquê da decisão do adiamento destas obras, e se não as consideram prioritárias e por isso as adiaram para dois mil e vinte e quatro. Isso é importante que fique esclarecido. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, quanto à Escola Mário de Sá Carneiro vai ser lançado concurso para o ano e estará em condições de se iniciar a obra ainda em dois mil e vinte e três. -----

Por exemplo, para a escola de Frielas, veio muito recentemente o projeto de execução à reunião de Câmara, há um ou dois meses atrás. Portanto, é preciso fazer as expropriações que não estavam previstas. -----

Quanto à questão dos apoios para as refeições escolares tudo o que a Coligação Democrática Unitária tinha mantém-se. Se vai ser adaptado para os outros graus de ensino, essa é uma análise que estamos a fazer. Mas tudo o que existia do tempo da Coligação Democrática Unitária mantém-se. -----

A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, no que diz respeito ao relatório da Associação Techari, o senhor Vereador Bruno Nunes leu um excerto do relatório e convém sublinhar o seguinte, porque é uma questão de interpretação: o que está no relatório foi que a Associação fez parte do processo de recolha de documentação, um procedimento que levámos a cabo e que está intrinsecamente relacionado com a aprovação do Regulamento de Habitação, e a Associação fez a sensibilização aos arrendatários para cumprimento dessa obrigação. Dando nota, é isso que está espelhado nesse relatório, que o não cumprimento tem consequências na questão da relação locatícia com os agregados. O senhor Vereador pode interpretar como quiser, mas se fizer a leitura e a interpretação integral do que está no relatório, acho que consegue presumir isto. -----

Senhor Vereador Gonçalo Caroço, eu gosto muito de falar sobre o assunto habitação, mas orgulho e habitação é algo que não liga muito bem, vindo dessa bancada. Aquilo que o senhor Vereador fez no passado foi uma "*lavagem de cara*" no bairro de Santo António, na Quinta da Vitória e na Quinta da Fonte, utilizando em concreto, nalguns dos casos, fundos comunitários. Nem sequer tiveram em linha de conta a melhoria das condições técnicas daquele edificado, nem tão pouco teve em linha de conta algo que este Executivo já disse que ia fazer, que é a ligação com o cumprimento dos deveres enquanto arrendatários. Portanto, neste momento vamos levar a cabo processos de requalificação dos fogos municipais, quer dentro das habitações de quem está a cumprir as suas obrigações, quer por fora. -----

Quando o senhor Vereador diz, relativamente a minha intervenção, que eu devia ter vergonha relativamente à forma com que faço a abordagem, acho que

vergonha deviam ter os senhores em tocar neste assunto, mais uma vez, porque neste domínio não há nada em que os senhores nos possam dar lições. Quanto ao tal pensamento que cá deixaram, como já lhe disse, temos andado à procura dele e não o temos encontrado, mas em breve teremos oportunidade de o trazer aqui. Aquilo que o senhor fez foi o compromisso com o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana para o Programa 1º Direito. Mas sobre a estratégia municipal de habitação nada tem assinado, nem está feita. Por isso o que este Município vai ter é uma Carta Municipal de Habitação, que é o instrumento de planeamento que permite ligar todas as políticas municipais.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador Gonçalo Caroço, a questão sobre a rubrica “*Recuperação de Dívida*” está relacionada com a recuperação de dívida da Gabimóvel.

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, não foi respondida a questão que coloquei, relativa à adaptação ao meio aquático, se há, ou não, alguma alteração concreta já que a verba diminui. Quanto à escola do Zambujal, o senhor Presidente também não respondeu a essa questão.----- Por último, relativamente ao pensamento da Coligação Democrática Unitária sobre a habitação, irei enviá-lo para a senhora Vice-Presidente porque, pelos vistos, não o conhece, mas ele existe. Já o enviei ao senhor Presidente, mas também o vou enviar para a senhora Vice-Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, relativamente à escola do Zambujal estamos a iniciar uma análise da intervenção que temos de fazer naquela escola, até porque queremos o mais rapidamente possível colocar a cobertura do polidesportivo nos lotes escolares. Foi esta a escola selecionada e, em tempo oportuno, faremos uma análise mais cuidada sobre quando é que essa intervenção é feita.

Quanto ao projeto de adaptação ao meio aquático, a diminuição não chega a ser de cem mil euros relativamente àquilo que estava previsto. Mas houve uma parte deste projeto que foi incluída naquilo que são as comunidades desfavorecidas e, por isso, não há qualquer tipo de redução do investimento,

nem tão pouco, espero eu, do número de crianças que utilizam este plano de água. Portanto, não há nenhuma política, nem nenhuma decisão, relativamente a uma diminuição daquilo que é o projeto de adaptação ao meio aquático e que tradicionalmente era feito no passado. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ABSTIVERAM-SE A SRA. VEREADORA E OS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. VOTOU CONTRA O SR. VEREADOR DO CHEGA.-----

--- **O Vereador, senhor Bruno Nunes, solicitou que o relatório de execução trimestral da Associação Techari (informação nº. 20/GAP, de 2022.05.24, registo E/71322/2022) fique arquivado, em suporte papel, junto às propostas, em pasta anexa ao Livro de Atas.** -----

----- DECLARAÇÕES DE VOTO -----

O VEREADOR, SENHOR NELSON BATISTA: O Orçamento de dois mil e vinte e três e as grandes opções do plano de dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e sete contemplam um esforço do Executivo que permitirá concretizar algumas das disponibilidades desta gestão municipal. Tendo sido vertidas nas grandes opções do plano pretensões dos eleitos do Partido Social Democrata, tais como: -----

Requalificação da Estrada Nacional Oito; saída da A1 em São João da Talha; Variante de Loures; o novo canil municipal; asfaltamento em todas as freguesias e o novo Estádio Municipal. -----

Os objetivos do Partido Social Democrata e dos seus eleitos não se esgotam neste orçamento, nem nas grandes opções do plano agora apresentadas e que contam com o nosso voto favorável. -----

Um voto em prol da população que nos elegeu e assim continuaremos a trabalhar, no sentido de materializar aquilo que nos propusemos aquando das eleições de dois mil e vinte e um. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Orçamento da Câmara Municipal de Loures para 2023 e Opções do Plano 2023 a 2027 -----

Da propaganda ao irrealismo que sairá caro a Loures -----

O orçamento que nos é apresentado por PS e PSD segue um caminho de irrealismo que já encontrámos no orçamento de 2022 tal como vem reconhecido no preâmbulo do documento em análise. -----

O orçamento não é ao contrário do afirmado, pensado para as famílias do concelho. As opções fiscais e tarifárias do atual executivo, e refletidas neste e noutras documentos de gestão municipal, assim o traduzem. Um orçamento que ao diminuir o IRS, que beneficia de forma significativa apenas as famílias de maiores rendimentos, que não vai tão longe como o necessário na diminuição do IMI e impõe um aumento do tarifário da água de 7,4%, que irá afetar toda a população, não é um orçamento, claramente, feito a pensar nas famílias, ou pelo menos de uma grande maioria das famílias, que no atual contexto económico e social mais irão precisar de apoio municipal. Opções erradas já denunciadas, pela CDU aquando da aprovação da política fiscal.-----

Um orçamento que traduz a forma errada como o governo PS, descentralizou para os municípios um conjunto de novas competências e sem os necessários recursos financeiros, obrigando a desviar recursos financeiros municipais para cobrir o deficit dessas transferências. Aliás, situação idêntica à aceitação de algumas competências assumidas, pelo executivo PS, em 2009. Este Orçamento contempla já um deficit de pelo menos 4 milhões de €, recursos financeiros que muito necessário seriam para cobrir, por exemplo, o deficit da exploração do abastecimento de água e, assim, evitar que fossem as populações a ter que pagar os aumentos insustentáveis da água propostos por este executivo, à população.-----

Mas aquilo que este orçamento nos demonstra igualmente é a incapacidade do atual executivo em negociar com a Administração Central e o assumir pelo

município de responsabilidades, que vão onerar o orçamento municipal e a população de Loures em vários milhões de € que por sua vez serão poupadados pelo Governo. -----

Este Orçamento e GOP apresentado não passa de um documento de propaganda onde não se identificam prioridades, nem se definem estratégias, não passando de uma explanação de obras e intervenções que dificilmente terão concretização no prazo estipulado. Iremos assim, assistir à continuação do adiamento de projetos importantes para Loures. A CDU espera que o PS, pelo menos consiga iniciar projetos que a CDU deixou em Loures, mas que, até ao momento ainda não saíram do papel. -----

Importa sublinhar que o Orçamento e GOP, para 2023 tem mais de 50 milhões de € de ações sem financiamento definido, e que o diferencial entre receita e despesa já inscrita, para os anos de 2024 e 2025 de cerca de 87 milhões € e de 89 milhões €, respetivamente, o que torna este documento irrealista ou arrasta o município para uma situação de endividamento insustentável. -----

Na área dos recursos humanos verifica-se um aumento muito significativo das despesas. E esse aumento não é, com certeza, só resultado das atualizações salariais ou do acréscimo do número de trabalhadores. Este aumento reflete igualmente opções tomadas por este executivo, nomeadamente na aprovação de uma estrutura orgânica que aumenta os custos com pessoal dirigente em cerca de 1,4 milhões. Incompreensível e inaceitável é que estejam apenas previstos 350.000€ para a opção gestionária, o que implicará que uma percentagem significativa de trabalhadores não possa ter acesso a este mecanismo de progressão. O acréscimo de custo com a estrutura que o atual executivo PS/PSD decidiu ao implementar novas chefias era mais que suficiente para colocar nesta rúbrica a verba necessária para que todos os trabalhadores que cumprissem os critérios estabelecidos na lei, pudessem progredir na carreira. -----

À medida que a gestão do PS e PSD avança no atual mandato iremos assistir a uma tentativa desesperada de ter a verba necessária para pagarem as promessas que fizeram para ganhar as eleições. Tal teve como consequência um empolamento de receitas em 2022 e agora em 2023, ao mesmo tempo que assistimos a cortes na atividade, em muitas áreas de atribuição municipal.-----

É da responsabilidade do PS e PSD gerir o Município. A CDU continua e continuará empenhada em ajudar o concelho a desenvolver-se de forma sustentável, afirmando que a resposta às necessidades da população tem e terá que ser o único critério que deverá presidir às decisões da Câmara Municipal de Loures. Este orçamento tem contidas muitas das ações que a CDU sempre defendeu. A questão é que opções irá tomar esta maioria em 2023 com o orçamento que nos é apresentado? Esperemos que essas opções tenham apenas como critério as reais prioridades que a população necessita no concelho e não outros critérios que deveriam ser estranhos à gestão Municipal.

Por essa razão os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Loures decidiram abster-se nesta proposta comprometendo-se a acompanhar de forma muito próxima a sua concretização não hesitando na denúncia da ausência de resposta da câmara sempre que tal vier a acontecer.

A população e os trabalhadores do Município e dos SIMAR podem continuar a contar com a CDU.

O VEREADOR, SENHOR BRUNO NUNES: A minha primeira intervenção constitui declaração de voto neste ponto.

PONTO TRÊS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 763/2022 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2023, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

“Considerando que:

- A. *O Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão de recursos humanos, regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;*

- B. A proposta de Mapa de Pessoal tem em conta as atividades a desenvolver pelas unidades orgânicas previstas e os recursos financeiros disponíveis;---
- C. De acordo com o artigo 29.º da referida Lei, o Mapa de Pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários à prossecução das atribuições do município, bem como, em anexo, os perfis de competências transversais aos cargos dirigentes e às carreiras gerais;---
- D. A caracterização dos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal obedece ao disposto no referido artigo;---
- E. A distribuição dos postos de trabalho, segundo as diferentes modalidades de vinculação, encontra-se expressa da seguinte forma:---

Vínculo de Emprego Público	Não Ocupados	Ocupados	Total
Designação em Comissão de Serviço	82	10	92
Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado	783	2909	3692
Contrato de Trabalho por Tempo determinado/determinável	1	2	3
Total	866	2921	3787

Tenho a honra de propor:---

Que a Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação do Mapa de Pessoal para 2023, em anexo à presente proposta e da qual faz parte integrante. (...)" -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ABSTIVERAM-SE A SRA. VEREADORA E OS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. VOTOU CONTRA O SR. VEREADOR DO CHEGA.-----

PONTO QUATRO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 764/2022 -
SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E
SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A
AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; - A
ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E
LONGO PRAZO DESTINADO À REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE
HABITAÇÃO MUNICIPAL DOS TERRAÇOS DA PONTE- SACAVÉM, E DOS
EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO MUNICIPAL NA QUINTA DAS PRETAS – PRIOR
VELHO -----

“Considerando que: -----

- A.** *Na 7.ª sessão extraordinária de Assembleia Municipal de Loures, realizada no dia 26 de maio de 2022, foi autorizado, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que os investimentos constantes da proposta de deliberação n.º 193/2022 fossem financiados por um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de € 4.871.902,00€ (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil e novecentos e dois euros), sendo 3.720.000,00€ (três milhões e setecentos e vinte mil euros) destinados à reabilitação dos edifícios de habitação municipal dos Terraços da Ponte – Sacavém – intervenção lotes 66 a 85 (1.ª fase) e 1.151.902,00€ (um milhão, cento e cinquenta e um mil e novecentos e dois euros) destinado à reabilitação dos edifícios de habitação municipal da Quinta das Pretas – Prior Velho, enquadrado dentro dos limites da dívida total do Município definidos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (vd. proposta de deliberação n.º 193/2022 junta como anexo I);-----*
- B.** *Foram consultadas, através de convite, enviado via e-mail, em 14 de junho de 2022, 7 (sete) instituições bancárias – Banco Santander Totta, S.A.; CGD - Caixa Geral de Depósitos, S.A.; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures; BPI - Banco Português de Investimento, S.A.; Novo Banco, S.A.; Banco Comercial Português, S.A. - Millennium BCP e Banco Montepio – com a finalidade de contratação do empréstimo supra identificado, destacando-se*

as seguintes condições, constantes no referido convite (vd. convite junto como anexo II):-----

- Montante: Até 4.871.902,00€ (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil e novecentos e dois euros). Sendo: -----
 - 3.720.000,00€ (três milhões e setecentos e vinte mil euros) destinados à reabilitação dos edifícios de habitação municipal dos Terraços da Ponte – Sacavém – intervenção lotes 66^a 85 (1.^a fase); -
 - 1.151.902,00€ (um milhão, cento e cinquenta e um mil e novecentos e dois euros) destinado à reabilitação dos edifícios de habitação municipal da Quinta das Pretas – Prior Velho;-----
- Prazo global: 25 anos;-----
- Prazo de utilização: 24 meses, com início após visto do Tribunal de Contas; -----
- Prazo de amortização: 276 meses. A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização (n.^º 10 do artigo 51.^º da Lei n.^º 73/2013, de 3 de setembro); -----
- Taxa de juro: Composta por uma componente fixa correspondente ao spread da proposta e por uma componente variável correspondente à Euribor a 6 meses. Sendo o valor máximo do spread 1,5%; -----
- Reembolso do capital: Prestações semestrais, postecipadas e sucessivas constantes de capital, acrescidas de juros; -----
- Comissões: Isento (haverá lugar somente à aplicação da comissão em situação de incumprimento contratual pelo Município); -----
- Critério de adjudicação: A taxa de juro, incluindo o spread, mais baixa. -----

C. Das instituições bancárias convidadas o Novo Banco, S.A., o Banco Santander Totta, S.A. e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures não apresentaram proposta;-----

D. A Comissão de Análise das propostas (vd. informação n.^º 36/DPFA/RL de 2022.06.03, com o registo n.^º E/77864/2022 – junta como anexo III), em 05 de julho de 2022, propôs a exclusão das propostas do Banco Comercial

Português, S.A., Millennium BCP e do Banco Montepio, visto que o spread apresentado era superior a 1,5% e que a adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de 4.871.902,00€ (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil e novecentos e dois euros), fosse efetuada à CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A., nas condições que se destacam (vd. ata da reunião da Comissão de Análise datada de 2022.07.05 – junta como anexo IV):-----

- *Montante: Até ao limite máximo de 4.871.902,00€ (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil e novecentos e dois euros); -----*
- *Prazo global: 25 anos;-----*
- *Prazo de utilização: 24 meses, a contar da emissão do visto do Tribunal de Contas; -----*
- *Reembolso do capital: Prestações semestrais, postecipadas e sucessivas constantes de capital, acrescidas de juros; -----*
- *Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,59%; -*
- *Prazo de amortização: 276 meses. A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 24 meses; -----*
- *Comissões: Isento. -----*

E. *Procedeu-se à audiência escrita dos interessados - CGD - Caixa Geral de Depósitos, S.A.; BPI - Banco Português de Investimento, S.A.; Banco Comercial Português, S.A. - Millennium BCP e Banco Montepio nos termos do Código do Procedimento Administrativo; -----*

F. *No âmbito da audiência de interessados, nenhuma das instituições bancárias colocou objeções ao projeto de decisão remetido; -----*

G. *A Comissão de Análise das propostas propôs a adjudicação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A., nas condições descritas na ata da reunião da mencionada Comissão, realizada em 18 de novembro de 2022, destacando-se (vd. ata da reunião da Comissão de Análise datada de 2022.11.18 – junta como anexo V):-----*

- *Montante: Até ao limite máximo de 4.871.902,00€ (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil e novecentos e dois euros); -----*
- *Prazo global: 25 anos;-----*

- *Prazo de utilização: 24 meses, a partir da data de emissão do visto do Tribunal de Contas;* -----
- *Prazo de amortização: 276 meses. A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização/carência de 24 meses;* -----
- *Reembolso do capital: Prestações semestrais, postecipadas e sucessivas constantes de capital, acrescidas de juros;* -----
- *Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,59%;* -----
- *Pagamento de juros: Semestral e postecipadamente;* -----
- *Comissões: Isento.* -----

H. *O empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 4.871.902,00€ (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil e novecentos e dois euros), enquadrar-se dentro dos limites da dívida total do Município de Loures definidos na Lei n.º73/2013, de 3 setembro, na sua redação vigente (Anexo VI).* -----

Tenho a honra de propor: -----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º e da alínea f) do n.º1 do artigo 25º ambas do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação vigente: -----

1. *A autorização da assunção dos encargos plurianuais resultantes da adjudicação do empréstimo de médio e longo prazo versado na presente proposta de deliberação, ao abrigo da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro que aprova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do DL n.º127/2012, de 21 de junho, que contempla os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, nos termos do plano de amortização (previsional) constante das atas das reuniões da Comissão de Análise das propostas datadas de 5 de julho e de 18 de novembro de 2022, atualizados com o indexante EURIBOR a 6meses/360 dias a outubro de 2022 (1,997%), conforme quadro infra:* -----

<i>Habitação - Reabilitação dos Edifícios Habitação Municipal - Terraços da Ponte - Sacavém (1.ª fase) e Quinta das Pretas - Prior Velho</i>				
<i>4.871.902,00 €</i>				
<i>2022</i>	<i>2023</i>	<i>2024</i>	<i>2025</i>	<i>2026 e seg.</i>
<i>0,00 €</i>	<i>31.307,84 €</i>	<i>62.615,67 €</i>	<i>269.264,53 €</i>	<i>5.354.025,53 €</i>
<i>5.717.213,56 €</i>				

2. A adjudicação, efetuada com base no procedimento de consulta desenvolvido, da contratação do empréstimo de médio e longo prazo, à CGD – Caixa Geral de Depósitos, nas seguintes condições:

- Montante: Até 4.871.902,00€ (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil e novecentos e dois euros). Sendo:
- - 3.720.000,00€ (três milhões e setecentos e vinte mil euros) destinados à reabilitação dos edifícios de habitação municipal dos Terraços da Ponte – Sacavém – intervenção lotes 66 a 85 (1.ª fase);
- - 1.151.902,00€ (um milhão, cento e cinquenta e um mil e novecentos e dois euros) destinado à reabilitação dos edifícios de habitação municipal da Quinta das Pretas – Prior Velho;
- Prazo global: 25 anos;
- Prazo de utilização: 24 meses, com início após visto do Tribunal de Contas;
- Prazo de amortização: 276 meses. A primeira amortização de capital terá de ocorrer de forma a que não seja excedido o prazo máximo de utilização (n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro);
- Reembolso do capital: Prestações semestrais, postecipadas e sucessivas constantes de capital, acrescidas de juros;
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,59%;
- Pagamento de juros: Semestral e postecipadamente;
- Comissões: Isento. (...)"

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, DA SRA. VEREADORA E DOS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. VOTOU CONTRA O SR. VEREADOR DO CHEGA -----

PONTO CINCO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 765/2022 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO A CELEBRAR E VIGORAR NO ANO 2023; - A CONCESSÃO DE PODERES AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA PARA DESENVOLVER O PROCESSO DE CONSULTA PARA CONSTITUIR A COMISSÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS -----

“Considerando que: -----

- A. De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito;-----*
- B. Nos termos do n.º 2 do preceito legal supra invocado, os empréstimos podem ser a curto ou a médio e longo prazo;-----*
- C. Face ao disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 50.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria;-----*
- D. Ao abrigo do estipulado quer no n.º 2 do artigo 49.º, quer na segunda parte do n.º 1 do artigo 50.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra melhor identificada, os empréstimos de curto prazo têm*

maturidade até um ano, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados;-----

- E.** *Os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, visto que até lá terão de ser integralmente amortizados, ficando balizados à sua função “gestão de tesouraria”, devendo-se, portanto, na fixação do seu montante atender à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando-se, sempre, a necessidade de garantir, ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;*-----
- F.** *Importa criar condições para uma eficiente gestão de tesouraria, através da contratação de um empréstimo a curto prazo a celebrar em 2023 e com vigência apenas durante esse ano, enquadrado dentro dos limites da dívida total do Município definidos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra melhor identificada;*-----
- G.** *Nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual e supra melhor identificada, conjugado com a alínea f) do n.º 1 e com o n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, autorizar a contratação de empréstimos, devendo a proposta de autorização ser obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em pelo menos três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;*-----
- H.** *Contudo, o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra melhor identificada, estipula que a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento;*-----

- I.** *O Município de Loures pretende contrair um empréstimo de curto prazo, até ao montante de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), para vigorar durante o ano de 2023, com a finalidade prevista no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em cumprimento dos limites da dívida total do Município (vd. Anexo I da presente proposta de deliberação);-----*
- J.** *É premente que no início do próximo ano estejam reunidas as condições para a celebração do contrato de empréstimo referido na alínea antecedente;-----*

Tenho a honra de propor:-----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, conjugada com alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquela mesma Lei e com o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação vigente, supra melhor identificada, submeter à Assembleia Municipal de Loures:-----

- 1. A autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), a celebrar e a vigorar no ano de 2023, enquadrado dentro dos limites da dívida total do Município (vd. Anexo I da presente proposta de deliberação), observando-se: -----*

 - a) A consulta/convite às instituições financeiras constantes no Anexo II da presente proposta deliberação;-----*
 - b) As condições constantes na ficha técnica (condições do empréstimo a curto prazo), junta como Anexo III, que farão parte do convite a efetuar às instituições financeiras supra identificadas. -----*
- 2. A concessão de poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures para desenvolver o processo de consulta aqui em causa, bem como para constituir a Comissão de Análise das Propostas que assegure o acompanhamento processual e a análise das propostas. (...)”-----*

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ABSTIVERAM-SE A SRA. VEREADORA E OS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SR. VEREADOR DO CHEGA. -----

PONTO SEIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 766/2022 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU À SUA REPROGRAMAÇÃO -----

“Considerando que: -----

- A. O n.º 1 e o n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que estabelece o Regime Jurídico da Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, reprimido pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem a prévia autorização conferida pelo órgão deliberativo, salvo quando: resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos (99.759,58€) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; -----*
- B. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que a prova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, vulgarmente designada*

por Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvidas entidades da administração local; -----

- C. De acordo com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação vigente, que estipula as normas disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação nela prevista, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, com exceção dos casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa;* -----
- D. Ao abrigo do artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, a Administração Pública está vinculada ao princípio da boa administração; devendo pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade;* -----
- E. Por motivos de agilização, simplificação e celeridade processuais de atuação quotidiana da Câmara Municipal de Loures, afigura-se premente que a Assembleia Municipal de Loures emita uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação nos termos dos preceitos legais supra invocados;* -----

Tenho a honra de propor: -----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, submeter à Assembleia Municipal de Loures a presente proposta para: -----

1. *Emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação, nos seguintes casos:*

 - a) *A assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação resulte de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou*
 - b) *Os encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não seja superior a três anos.*
2. *Que a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação ao abrigo da autorização prévia que ora se propõe só possa fazer-se quando, para além das condições previstas no ponto anterior, sejam respeitadas as regras e os procedimentos previstos quer na LCPA, quer no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais da execução de despesas.*
3. *Que o regime de autorização ora proposto se aplique a toda a assunção de compromissos ou à sua reprogramação, desde que respeitadas as condições constantes nos pontos anteriores, com efeitos a 1 de janeiro de 2023.*
4. *Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal de Loures seja presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ou reprogramados ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. (...)"*

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ABSTIVERAM-SE A SRA. VEREADORA E OS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SR. VEREADOR DO CHEGA.

--- **Eram doze horas e cinquenta e cinco minutos quando a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às treze horas e dez minutos.** -----

PONTO SETE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 767/2022 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS, SERVIÇO DE RESÍDUOS URBANOS E SERVIÇOS PRESTADOS A VIGORAR EM 2023, DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR) -----

“Considerando que: -----

- A. *O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) na sua 3.^a reunião extraordinária, de 14 de novembro de 2022, através da Proposta n.^º 366/2022, aprovou a estrutura tarifária para o ano de 2023;* -----
- B. *A proposta de tarifário apresentada atualiza as tarifas para os serviços de abastecimento de água, serviços de águas residuais e serviços de resíduos urbanos em 7,4%, em linha com a previsão da inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) para 2022 e nos termos da proposta da Lei do Orçamento de Estado para 2023;* -----
- C. *Com o atual panorama económico e financeiro das populações residentes nos concelhos de Loures e Odivelas e com o intuito de promover a universalidade do acesso aos serviços públicos essenciais, os SIMAR entendem manter o atual valor da designada “tarifa social”, demonstrando a preocupação em assegurar o abastecimento de água às famílias mais carenciadas dos dois concelhos, sem qualquer aumento de custo;* -----
- D. *Foi atualizado o tarifário relativo a “Outros Serviços Prestados”, em função da previsão da inflação medida pelo IHPC para 2022, no valor de 0,9% e atualizados os valores relativos aos serviços prestados pelo Laboratório, calculados de acordo com os preços médios do mercado,*

designadamente de entidades públicas, por forma a assegurar o cumprimento da legislação em vigor; -----

Tenho a honra de propor: -----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, aprovar a proposta de alteração ao Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Serviço de Águas Residuais e Serviço de Resíduos Urbanos e Serviços Prestados dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), para vigorar em 2023. (...)” -----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Presidente, vou fazer um pequeno enquadramento desta proposta. Nos últimos oito anos o tarifário para a prestação de serviço praticado pelo SIMAR, nomeadamente, no que diz respeito ao aumento da tarifa da água foi, na sua globalidade, de sete por cento. -----

Desde dois mil e dezoito os resultados têm apresentado uma deterioração, sendo que esta degradação dos resultados para o período que estamos aqui a analisar têm, como maior contributo, estes fatores: o aumento dos custos da aquisição da água é alto, aumentou vinte e sete ponto nove por cento. O tratamento das águas residuais, que teve um aumento de quatro ponto nove por cento. O tratamento dos resíduos urbanos aumentou setenta e cinco por cento. O agravamento das taxas de recursos hídricos e de gestão de resíduos. O aumento dos encargos com pessoal, e o aumento de encargos com energias, combustíveis e eletricidade. -----

Em dois mil e vinte e um, quer o Município de Loures, quer o município de Odivelas, foram forçados a contribuir para a cobertura de prejuízos no exercício de dois mil e vinte, no montante que ascendeu os dois milhões e quatrocentos mil euros. -----

No primeiro semestre de dois mil e vinte e dois, não obstante a conjuntura externa, claramente desfavorável, com o agravamento de preços de bens e serviços a rondar os dez por cento, as previsões de preço das empreitadas a rondar mais vinte e cinco por cento, os SIMAR de Loures e Odivelas conseguiram uma redução de prejuízo em cerca de vinte e cinco por cento. Ou seja, menos oitocentos e vinte mil euros, considerando a avaliação do período homólogo. -----

Os SIMAR de Loures e Odivelas disponibilizam tarifários especiais, designadamente o tarifário familiar destinado a famílias numerosas, permitindo que os agregados familiares, com cinco ou mais elementos, tenham acesso a uma maior quantidade de água pelo valor do primeiro escalão. Bem como o tarifário social, destinado a agregados familiares com rendimentos baixos, que isenta os consumidores domésticos de tarifas fixas e aumenta a quantidade de água disponibilizada ao primeiro escalão de consumo. -----

Tem sido assumida pelos SIMAR, ao longo dos anos, a subsidação do preço do metro cúbico de água vendido aos clientes do primeiro escalão de consumo doméstico, face ao preço do metro cúbico de água pago à EPAL, o que se traduz num montante de cerca de dois milhões de euros suportado diretamente pelos SIMAR em prol das famílias dos dois concelhos. -----

A ERSAR recomenda a utilização dos valores da taxa de variação média anual do índice de harmonização de preço ao consumidor para atualização das tarifas um valor que, neste momento, está descontextualizado face à realidade macroeconómica que é conhecida, com uma variação à taxa de inflação que ronda, aos dados de vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e dois, dez ponto dois por cento. -----

A atualização das tarifas a praticar, em dois mil e vinte e três, pelos fornecedores de serviços em alta, designadamente, a Águas Tejo Atlântico que apresenta só nesta variável um acréscimo de mais de um milhão e dezasseis mil euros, o que representa, em termos percentuais, mais oito por cento, e a Valorsul que ainda não se conhecem, até à presente data, as atualizações dos valores a praticar. -----

A proposta que aqui trazemos, tem um aumento de sete ponto quatro por cento ao valor tarifário, e zero por cento de aumento no tarifário social. A proposta

mantém, neste caso, a estrutura tarifária atualmente em vigor para os três serviços, atualizando os valores unitários às taxas fixas em sete ponto quatro por cento, em linha com a previsão da inflação medida para dois mil e vinte e dois na proposta de Lei do Orçamento de Estado de dois mil e vinte e três. Esta proposta prevê uma atualização de zero por cento na tarifa social, constatando-se a preocupação em assegurar o abastecimento de água às famílias mais carenciadas. -----

Com isto queremos dizer que estamos conscientes que vivemos um período difícil, não só para as famílias, mas também muito em particular para os Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas. Com esta alteração que propomos ao tarifário não estamos a dizer que chegando ao final do ano que vem conseguiremos ter o equilíbrio tarifário, entre o custo do serviço que prestamos, versos a receita daquilo que é essa mesma prestação de serviços.

Temos aqui variáveis que não tínhamos à data. Temos a variável dos custos dos bens e serviços e dos custos dos materiais. Os custos energéticos representam nos SIMAR um aumento de trezentos por cento, no que respeita ao custo da energia, e de mais cento e cinquenta por cento de aumento no que respeita aos custos de gás. -----

Aquilo que propomos não era aquilo que certamente nenhum de nós desejaria. Propomos um valor ainda abaixo do valor da inflação prevista para terminar este ano, considerando sempre que aquilo que foi previsto no orçamento do ano de dois mil e vinte e um, para a harmonização de preços, foi de zero ponto nove por cento. Todos sabem que os zero ponto nove por cento há muito tempo que foram ultrapassados no valor da inflação, sendo que aquilo que estamos a propor ainda é abaixo do valor previsto para a inflação, para este ano e para o ano que vem. -----

O VEREADOR, SENHOR PAULO RUI AMADO: Senhor Presidente, relativamente a esta proposta que temos para análise e votação, a mesma enferma de alguma falta de fundamentação, até pelo que o senhor Vereador agora referiu, uma vez que não temos o valor de referência do aumento da tarifa da Valorsul. Essa era uma das questões que tínhamos para colocar, se já

havia este valor de referência, mas já percebemos que não há. Portanto, é uma proposta tecnicamente pouco fundamentada. -----

Relativamente a questões de forma, há alguns erros entre a proposta e a documentação que nos é apresentada pelos SIMAR, porque na alínea B é referido que o aumento, de facto, é de sete vírgula quatro por cento, mas na alínea D há referência ao índice de harmonizado dos preços do consumidor a dois mil e vinte e dois, no valor de zero vírgula nove. Mas esse valor é referente a dois mil e vinte e um e não a dois mil e vinte e dois, de acordo com a informação da ERSAR. Como se costuma dizer é uma questão de números, mas que, se calhar, convinha corrigir. -----

Depois, no texto da proposta dos SIMAR, na alínea C, é referido que esse valor já não é de zero vírgula nove, mas sim de sete vírgula quatro o valor da inflação medida pelo índice de harmonização do preço ao consumidor, para dois mil e vinte e dois. Portanto, não são nem zero vírgula nove, nem cinco vírgula nove que foi, de facto, o valor do ano de dois mil e vinte e dois. Penso que há a necessidade de corrigir e esclarecer esta situação. -----

Relativamente à proposta de aumento do tarifário, esta proposta não reflete, nem tem em conta qualquer preocupação social, como o senhor Vereador aqui nos quer transmitir. Perante o agravamento da situação social das famílias, em particular das famílias do nosso concelho, tendo em conta as características do nosso território, do tecido social e económico que temos no concelho, criando um quadro de maior exposição e de vulnerabilidade tanto para as famílias, como para as micro, pequenas e médias empresas. -----

Sendo a água, como já foi amplamente referido, um bem essencial para as famílias, cujo acesso deve ser garantido universalmente e que a ninguém pode ser negado, com este brutal aumento de sete vírgula quatro por cento no tarifário, muitas famílias e empresas terão dificuldades em pagar a fatura da água, com este aumento sem justificação fundamentada do ponto de vista técnico. -----

É pena que esta introdução que o senhor Vereador Nuno Dias aqui fez não a tenha feito aquando da reprovação do tarifário para dois mil e vinte e um que, como foi referido, há sete anos que se mantém esse índice de aumentos. De facto, esqueceu-se de fazer essa análise. -----

Está estabelecido na lei o princípio da regularização das atividades exercidas pelos SIMAR. O abastecimento de água pública, a coleta de águas residuais e a recolha de resíduos urbanos, a qual é exercida pela ERSAR, tendo esta divulgado uma recomendação para o efeito de atualização da tarifa, que recomenda a utilização dos valores da taxa de variação média anual do índice harmonizado dos preços ao consumidor, o valor de dois vírgula sete por cento para dois mil e vinte e três. Aliás, é neste contexto que a EPAL, cuja atividade é do mesmo modo que a dos SIMAR, que se propõe a praticar, em dois mil e vinte e três, o seu tarifário em concordância com essa recomendação. Ou seja, de dois vírgula sete por cento de aumento do preço na água fornecida. -----

Com este aumento brutal, sete vírgula quatro por cento, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata negam a importância dos serviços de abastecimento de água, para a qualidade de vida das populações e para a dinamização da atividade económica local. -----

Senhor Presidente, compete aos órgãos autárquicos a definição da política tarifária como um instrumento de financiamento das suas políticas, incluindo a política de gestão das águas, saneamento e resíduos. A sustentabilidade dos SIMAR não depende, apenas, nem é a principal questão, da componente tarifária. Cabe às Câmaras Municipais, de Loures e de Odivelas, a compensação e a cobertura dos valores gerados com base nas opções de política local, articuladas com outros instrumentos de caráter local, assumindo, cada uma delas, a sua responsabilidade pelas decisões tomadas do ponto de vista social de apoio às famílias e às empresas. -----

Como pudemos demonstrar aquando da discussão do orçamento municipal, um orçamento superior a duzentos e seis milhões de euros, há margem no orçamento para acomodar verbas não recebidas pelos SIMAR e, dessa forma, não sacrificar mais as famílias, as micro, pequenas e médias empresas do nosso concelho, num ano que será de dificuldades para todos. -----

O VEREADOR, SENHOR JOÃO SILVA COSTA: Senhor Presidente, gostava de chamar a atenção para o seguinte, todos estamos conscientes que a água é um recurso cada vez mais escassos, que tem de ser usado e gerido com muita parcimónia e que o seu custo está a subir imenso. -----

O Partido Social Democrata é um partido que advoga o equilíbrio de contas e, se o custo do preço da água está a subir, a faturação tem de acompanhar o custo real da água. Aliás, esta é uma orientação que a ERSAR vem dando há algum tempo aos Municípios, e advoga que as contas têm de ser equilibradas. Portanto, os serviços de abastecimento de água têm que balancear entre o custo e a que compram a água e a tarifa média da água, para que haja equilíbrio entre despesas e proveitos. -----

Isto não quer dizer, de forma nenhuma, que não haja uma preocupação social na formação da tarifa. É por isso que há escalões. Os escalões visam garantir à população o nível mínimo de consumo de água, o escalão um e, progressivamente, os escalões vão aumentando de custo por metro cúbico, em função do desperdício que as pessoas possam estar a fazer da água. As pessoas têm de entender que a água que consomem em casa é cara, e que é comprada em alta pelos SIMAR à EPAL. -----

Há, também, um fator muito importante de acréscimo, que é a energia. Todos estamos conscientes disto, mas parece que alguns de nós não querem olhar para esta realidade. Os custos da energia estão a subir, e gastamos muita energia para bombear e transportar a água para tratar. Há muitas despesas associadas e não acompanhar, minimamente, da parte da tarifa, o crescimento do custo da água, é irreal e é a morte a curto prazo. É por isso que tem havido défices financeiros tão grandes nos SIMAR e que não estão a ser feitos, até ao momento, pelo menos nos últimos anos, os investimentos que são necessários fazer, para continuar com o serviço nas devidas condições, nomeadamente, na redução das perdas. -----

Acreditando que este aumento de tarifário, que fica aquém daquilo que era necessário para fazer o equilíbrio de contas, é, pelo menos justificável, o Partido Social Democrata acompanha esta proposta do Município, tendo por base a confiança de que a situação da tarifa social salvaguarda as populações mais carenciadas. O atribuir o escalão um às famílias numerosas também as salvaguarda, uma vez que apenas pagarão o tarifário mais baixo. Tarifário esse, como foi aqui referido, que está abaixo do custo de compra da água. Portanto, é preciso sermos realistas nestas situações. Estamos todos a ter que

“apertar o cinto” e, infelizmente, os lourenses também vão ter que o fazer, mas abaixo daquilo que está a crescer o custo geral. -----

O VEREADOR, SENHOR BRUNO NUNES: Senhor Presidente, com todo o respeito pelo Vereador do Partido Social Democrata, o senhor João Silva Costa, estou estupefacto e encantado com o que acabou de ser dito. Ainda para mais um partido de direita. Ou seja, o consumidor que pague o aumento de tarifa de sete ponto quatro, porque temos de ser responsáveis, mas se fossem dez ou quinze por cento não haveria grande problema. -----

O problema dos SIMAR, todos sabemos porque já andamos aqui há algum tempo, e podemos ter visões ideológicas acerca dos SIMAR. Já referi, e repito, que sou contra a privatização dos SIMAR, mas um dos principais problemas que continuamos a ter é, de facto, sustentar o Município de Odivelas da forma como continuamos a sustentar e a forma como quiseram criar, já há muito tempo a esta parte, uma economia de escala na água que não resulta. Vê-se que não resulta, porque todos os anos quem paga é o “mexilhão”. -----

As perdas de água, neste Município continuam elevadíssimas, apesar do esforço que foi feito no anterior Executivo e do esforço que está a ser feito por este Executivo, mas no final do dia alguém tem de pagar. Por isso, quem é que tem de pagar? Vai pagar o mesmo. -----

Temos um orçamento de duzentos e seis milhões de euros, existiam formas de compensação, mas é uma questão de gestão e uma opção política. E a opção política, neste caso, está clara por parte do Partido Socialista e, agora, cada vez mais clara por parte do Partido Social Democrata, que é ainda mais ousada que aquela que ouvi do Partido Socialista. Foi algo fantástico e maravilhoso aquilo que acabei de ouvir. -----

Já foi referido diversas vezes que temos visões ideológicas diferentes, em relação à forma de funcionamento dos SIMAR, e penso que já estamos praticamente todos em sintonia que não existiria privatização, exceto o Partido Social Democrata que, no mandato anterior, defendia a privatização. Mas agora, depois do que ouvi, já não sei se é assim. -----

É uma questão de gestão, já nos devíamos ter sentado com o Município de Odivelas e perceber que este negócio com Odivelas não resulta, que é ruinoso

para Loures, mesmo na recolha dos resíduos, e a montante traz uma outra questão. Portanto, tem que existir, de uma vez por todas, por parte dos Municípios, alguma pressão junto da ERSAR que um dos problemas começa no preço a que a água é vendida. Dizemos que está tudo bem, numa altura em que sabemos que no próximo ano a taxa de inflação vai ser superior àquilo que está anunciado pelo Orçamento de Estado, que vamos estar, certamente, em recessão, devíamos olhar para as famílias, para as pequenas e médias empresas e perceber que o Município, com este orçamento, deveria ir mais além, não onerar as famílias e não onerar as empresas. -----

Este aumento de sete ponto quatro por cento é um absurdo e vamos ter problemas graves porque, neste momento, não é só a miséria quer existe no Município, é, também, a miséria e a pobreza envergonhada que vai acontecer. Portanto, temos de ter a noção que não podemos dizer que vamos ter que “apertar o cinto” e que são mais sete ponto quatro por cento, mas que podiam ser quinze e que ainda tiveram sorte. Penso que devemos ter alguma noção daquilo que estamos a fazer, e estou completamente contra esta proposta. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, de modo a enquadrar o assunto, e dada a última intervenção do senhor Vereador Bruno Nunes que quem paga é sempre o povo, quero dizer-lhe que não é e vou explicar porquê. -----

Fechámos o ano financeiro, de dois mil e vinte e um, com um prejuízo, um resultado negativo dos SIMAR, de cinco ponto quatro milhões de euros, à semelhança do que tinha acontecido em dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte um. Portanto, no ano de dois mil e vinte e um o resultado negativo foi de cinco ponto quatro milhões de euros. Significa que o Município de Loures injetou três milhões de euros na empresa, no montante proporcional ao seu capital na empresa e o Município de Odivelas injetou dois ponto três milhões de euros, de modo a compensar este resultado negativo de cinco ponto quatro milhões de euros. -----

Estamos aqui a falar de duas questões que são uma “*verdade de la palisse*”. Ou seja, estamos a comprar a água à EPAL mais cara que aquela que vendemos à população. Ora, esta situação, só por si, acarreta prejuízo.

Portanto, durante todos estes anos o que é que fizeram os SIMAR e continuam a fazer com este orçamento? Continuam a não imputar os custos à população, para a obtenção de um resultado neutro, continuando o Município a absorver esses custos. Mesmo com esta previsão vamos fechar o ano com resultado negativo e terá que ser o Município de Loures e de Odivelas, novamente, a injetar capital na empresa, para não sobrecarregar a população. As Câmaras de Loures e de Odivelas, neste caso os acionistas, continuam a funcionar como escudo social para a população. -----

O senhor Vereador coloca aqui um problema, e bem, quando diz que o problema está no valor do custo da água que compramos à EPAL, é verdade, e está na dimensão das nossas perdas de água que têm vindo a baixar. As perdas de água não só aquelas que se perdem, de facto, nas nossas condutas por via de roturas, mas, também, a água não faturada. Ou seja, a água dos espaços verdes. Tem havido um grande esforço, e agradeço aos atuais dirigentes dos Serviços Intermunicipalizados que, juntamente com os dois Municípios, estão a fazer uma nova avaliação dos espaços verdes que estavam subavaliados, do ponto de vista da sua dimensão, porque muitos estavam a ser alvo de rega que não estava a ser faturada. Portanto, estamos a fazer uma nova avaliação, em termos de metragem dos espaços verdes, e quem vai assumir a fatura mais elevada vão ser os Municípios de Loures e de Odivelas. Muitos dos espaços verdes estão descentralizados nas Juntas de Freguesia, vamos ter de nos sentar e conversar, mas o que é facto é que os SIMAR não podem continuar a perder esta receita. Esta medida está tomada. - Há, depois, a água que se perde nas condutas da nossa rede, porque está obsoleta e as roturas são sucessivas, mas a solução deste problema só se pode fazer por via de uma engenharia financeira. Primeiro, ela não é possível pelos resultados que a empresa gere, porque a empresa não gere resultados positivos, e não tem capacidade através de orçamentação própria para investir de forma profunda na substituição das condutas. A opção tem sido a contratação de empréstimos bancários, mas de dimensão inferior àquilo que era necessário fazer-se. Portanto, há soluções. Vamos ter que as analisar, mas que não passam, obviamente, pela privatização. Não é isso. Mas a opção da separação do Município de Odivelas, obviamente que todos os dados são

para serem estudados, mas a solução óbvia era encontrarmos uma engenharia financeira que nos permitisse, de uma forma mais curta em termos de tempo, fazer a substituição das condutas que iriam diminuir as roturas e as perdas de água. -----

Pese embora a questão da água não faturada se deva, também, a um conjunto de contadores que existem, em que a sua vida útil já passou há muito tempo, e é necessário fazer a substituição dos mesmos. É importante olharmos, também, para este problema. -----

Portanto, temos de olharmos para a questão dos espaços verdes, para essa nova avaliação, em termos de metragem, e para a questão dos contadores que temos de substituir, mas para isso é necessário que haja verba financeira, porque a grande fatia das perdas de água é por via das roturas. A solução para situação só é possível através de uma engenharia financeira, que teremos de encontrar, e que permitirá olharmos para estes prejuízos de uma outra forma. --

A opção que se coloca é a seguinte: a atual taxa de inflação, dada pelo Instituto Nacional de Estatística, do mês passado, é de dez ponto dois por cento e nós estamos a apresentar uma taxa de inflação de sete ponto quatro por cento. Portanto, abaixo daquela que é a verdadeira taxa de inflação, mas não quisemos deixar de olhar para o impacto que este aumento traz para as famílias. O senhor Vereador pode ter a certeza que mesmo com este aumento de sete ponto quatro por cento os Municípios de Loures e de Odivelas vão continuar a financiar os SIMAR. Não tenha a menor dúvida quanto a isso. -----

Este aumento é para equiparar um pouco mais a taxa de inflação, que não é a taxa real, mas não quisemos, como o senhor Vereador quis transparecer no seu discurso, imputar tudo à população. Vamos ter oportunidade, no final do exercício financeiro de dois mil e vinte e três, de analisar os prejuízos que teremos, mas para os não imputar à população vão ter que ser os Municípios de Loures e de Odivelas, de forma indireta, a injetar capital, novamente, na empresa. -----

Mas vamos falar sobre a questão do ano socialmente difícil que as famílias vão atravessar. Assim, quero dizer que o aumento de sete ponto quatro por cento não se aplica à tarifa social, que são aqueles que mais necessitam, pese embora comprovadamente, porque terá que haver comprovativo do seu estado

financeiro, enquanto agregado, para estar no universo da tarifa social. Atualmente existem duas mil cento e vinte e quatro famílias com tarifário social, sendo que o Município de Loures tem mil e duzentas e o Município de Odivelas novecentas e vinte e quatro. As famílias que comprovarem a sua situação financeira para integrar, ou continuar, com esta tarifa social, não vão ter um aumento de sete ponto quatro por cento. O aumento, neste caso, vai ser zero. Portanto, há aqui uma preocupação social relativamente às famílias do nosso concelho. -----

Quanto à questão do impacto verdadeiro desta medida, dizer que temos uma grande quantidade de famílias no concelho de Loures que estão, nos clientes domésticos, no primeiro escalão que tem consumos até cinco metros cúbicos. Ora, neste caso, o aumento mensal dos sete ponto quatro por cento significa um euro e catorze céntimos por mês. É este o aumento para quem está no escalão um. -----

Quem está no segundo escalão, que não é a grande maioria, o aumento mensal é de dois euros e vinte céntimos. Para clientes no segundo escalão com consumos até sete metros cúbicos, é neste tarifário que está a grande maioria dos clientes, o aumento é de um euro e cinquenta céntimos por mês. Portanto, para a grande maioria dos municípios do concelho de Loures o aumento será de um euro e cinquenta céntimos por mês. -----

Temos, também, o tarifário familiar, um tarifário para famílias numerosas e que mantém uma grande preocupação em relação a estas famílias. De facto, uma família que consuma até nove metros cúbicos, é aqui que se encontra a maioria das famílias, o aumento é de um euro e cinquenta e cinco céntimos. --- Relativamente a esta matéria, o que estamos verdadeiramente a imputar à maioria dos clientes dos SIMAR é um euro e cinquenta céntimos por mês. Mas este aumento não resolve o problema da exploração negativa que vai acontecer, porque se quiséssemos ter essa visão "*o povo que pague*", tínhamos de aumentar, muito, mas muito mais que sete ponto quatro por cento, para chegarmos ao final do ano de dois mil e vinte e três e termos um resultado neutro. Já nem digo positivo. Como não quisemos imputar esse resultado negativo à população, vamos continuar a ser escudo social e a absorver o resultado negativo que a empresa irá ter em dois mil e vinte e três. Portanto, no

final do ano estaremos aqui novamente para injetar capital na empresa, quer Loures, quer Odivelas. -----

No entanto, as medidas de fundo vão ter que ser tomadas, e elas passam por aquilo que referi, que é: temos de encontrar uma engenharia financeira para fazer uma remodelação das nossas redes, de forma mais rápida e mais profunda, temos de substituir os contadores de modo a fazerem uma leitura correta, porque muitos dos que existem já passou a sua vida útil, para que não sejam sempre os municípios a injetar capital na empresa. Se conseguirmos levar isto a cabo será uma forma de não serem sempre os Municípios a injetarem capital na empresa. Isso já era um salto que se dava muito importante. -----

Portanto, o que se está aqui a dizer não é que a população pague, o que se está a propor é um aumento de sete ponto quatro por cento, quando há uma taxa de inflação de dez ponto quatro por cento que os SIMAR estão a suportar. A preocupação social da nossa parte existe e mantém-se, porque estamos a falar de um aumento de um euro e cinquenta céntimos, sendo que o tarifário social, onde estão duas mil e cem famílias, terá um aumento de zero por cento.

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: O senhor Vereador Paulo Rui Amado diz, e bem, que o Município tem que ter a consciência que deve subsidiar e cobrir os resultados dos SIMAR. Mas não deve ser só o Executivo do Partido Socialista, porque em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove já os SIMAR apresentavam resultados negativos, mas não foram cobertos nem pelo Município de Loures, nem pelo Município de Odivelas. -----

Portanto, vem agora pregar que devemos assumir esse encargo e fazer a cobertura de resultados. Mas isso nós já fizemos, pena temos que enquanto estiveram na gestão do Município esses resultados negativos não tivessem sido cobertos. -----

Depois diz, também que devíamos acompanhar o índice harmonizado de preços ao consumidor, que foi a recomendação da ERSAR, no valor de dois ponto sete por cento. Pois, mas para aceitar a recomendação da ERSAR teria de a aceitar na sua totalidade, e posso dizer-lhe quais os valores do tarifário dos SIMAR com a recomendação da ERSAR na sua totalidade. Portanto, o

primeiro escalão ao invés de um ponto catorze, que é a previsão para o aumento da água, aumentaria um ponto quarenta e oito. O segundo escalão ao invés de dois ponto vinte e um, aumentaria dois ponto oitenta e três. O tarifário social, em que a nossa proposta é de aumento zero, aumentaria quatro ponto trinta e cinco, oito ponto oitenta e nove, ou vinte e dois ponto zero cinco. Era este o aumento do tarifário social. -----

Não podemos olhar para a recomendação da ERSAR e ver só aquilo de que gostamos nessa recomendação, porque, ou fazemos cumprir o total das recomendações da ERSAR, mas garantir-lhe que o aumento na fatura do cliente ficaria bem mais elevada. -----

Como referiu o senhor Presidente, às vezes temos de nomear e chamar pelos nomes aquilo de que estamos a falar. Portanto, estamos a prever, com este aumento, que o custo do metro cúbico da água que vendemos ao cliente final, no primeiro escalão, ficará a zero ponto cinquenta e quatro cêntimos, mas compramos essa mesma água a zero ponto sessenta e dois cêntimos. Ou seja, estamos a subsidiar diretamente, tal como disse o senhor Presidente, quase dois milhões de euros por ano. Não estou a dizer que não deve ser feito. Sim, devemos fazê-lo. -----

Quero dar uma outra nota que é importante: o Partido Socialista não aprovou o tarifário, nem o orçamento de dois mil e vinte e um, pelo mesmo motivo que não aprovou o tarifário e orçamento de dois mil e dezoito, porque a prepotência da Coligação Democrata Unitária quando estava a gerir o Município achava que, em minoria, não tinha de falar com ninguém para aprovar o orçamento e o tarifário dos SIMAR. Foi por isto. Não tenha dúvidas. -----

Para além disso, depois de, nesta Câmara, estava eu sentado nesse lado, depois de ter sido chumbado e depois das medidas que a Câmara disse que iria tomar, desafiei na altura o administrador dos SIMAR a trazer o tarifário e o orçamento. Mas quiseram fazer o “síndrome do calimero”, em que os “bandidos” chumbaram o orçamento e não conseguiram gerir os SIMAR. Mas não conseguiram gerir por ineficácia. -----

Não temos prazer nenhum em apresentar um aumento de tarifário seja do que for. Mas a questão que se coloca é que estamos com um índice acima do custo daquilo que conseguimos suportar e que é suportável, e temos de fazer uma

aproximação ao valor da inflação de sete ponto quatro por cento, quando se prevê que a inflação, em outubro deste ano, seja de dez ponto dois. Portanto, estamos a assumir muito do encargo financeiro com a operação. -----
Como sabe, muitos sistemas de distribuição de água fizeram alterações ao tarifário a meio do ano, para poderem assimilar, ou assumir alguma parte dos custos, mas nós não o fizemos. O único aumento e atualização ao tarifário, foi de zero ponto nove por cento, aprovado nesta Câmara em dezembro do ano passado. O que significa que os SIMAR, e por sua vez a Câmara Municipal, estiveram a assumir essa subsidiação cruzada a todos os nossos utilizadores. - Portanto, para assimilar as opções da ERSAR tinha de a assimilar na sua totalidade e, entre o deve e o haver, ou as recomendações eram todas postas em cima do tarifário ou, então, pensámos que seria prudente fazer uma revisão em baixa daquilo que seriam as recomendações globais da ERSAR e aprovar apenas uma parte dessa matéria, apresentando o aumento de sete ponto quatro por cento. -----

O VEREADOR, SENHOR PAULO RUI AMADO: Senhor Vereador Nuno Dias, já percebi que a recusa do tarifário e do orçamento dos SIMAR para dois mil e vinte e um foi por uma questão de “*birra*”. Mesmo nessa altura já se refletia um agravamento da diferença entre o pago por metro cúbico de água e o cobrado por esse mesmo metro cúbico de água, mas estávamos a falar apenas num aumento de zero vírgula oito por cento de aumento das tarifas. Portanto, já percebemos que foi por uma questão de “*birra*” e por estratégia política, independentemente do Partido Socialista dizer que quer manter os SIMAR como estão, mas nessa fase contribuiu para que o défice dos SIMAR se viesse a agravar no final do ano, recusando essa atualização da tarifa em zero vírgula oito por cento. Qual é o espanto, quando vêm agora propor que essa atualização seja de sete ponto quatro por cento da tarifa, independentemente das questões em algumas tarifas, nomeadamente, no caso da tarifa social. De acordo com os números que o senhor Presidente aqui apresentou as duas mil e cem famílias que têm tarifário social equivale a dois mil e cem consumidores, num universo de noventa e cinco mil consumidores, estamos a falar em dois por cento de consumidores abrangidos por esse tarifário. Mas, em Odivelas, só

um por cento das famílias é que são abrangidas por essa tarifa social. Portanto, podemos sempre usar o paralelismo de dar com uma mão e tirar com a outra. Ou seja, quando discutimos a carga fiscal municipal e se fez a redução do IRS naquele valor, os consumidores que têm tarifa social como já não pagam IRS não são abrangidos pela devolução de parte da verba desse imposto, mas como gostam muito de números, fazendo essas contas, a partir do mês de março lá se foi o desconto do IRS que só vai ter repercussão, em dois mil e vinte e quatro, mas começam já em janeiro de dois mil e vinte e três a pagar mais pela água. Isto equivale a que, a partir do mês de março, o desconto feito no IRS já se consumiu todo. Portanto, dá-se com uma mão e tira-se com as duas mãos. -----

Podia ler tanto a declaração de voto do senhor Vereador Nuno Botelho, na altura Vereador do Partido Social Democrata, como a declaração de voto do senhor Vereador Nuno Dias, que condizem exatamente com as propostas que agora fazemos de recusa deste aumento da taxa de atualização da água em sete ponto quatro por cento. Mas na altura o aumento era de zero vírgula oito por cento, e não este brutal aumento de sete ponto quatro por cento. -----

O VEREADOR, SENHOR BRUNO NUNES: O senhor Presidente hoje fez-me lembrar António Costa e a forma hábil e mágica como coloca as contas, mas penso que, no fundo, estamos todos a dizer o mesmo. Ou seja, para além da questão da escala com o Município de Odivelas que é discutível, o grande problema que não é discutível é o problema das roturas e dos contadores. Este é um problema que, ao longo dos últimos anos, os consecutivos executivos não tiveram capacidade de resolver. Portanto, os SIMAR, enquanto fornecedor, não conseguem resolver o problema das perdas de água na sua rede e colocam este ónus para cima do contribuinte. -----

O senhor Vereador Nuno Dias diz que não, mas se não existissem estas perdas de água, mesmo tendo, à partida e a montante, um défice porque o valor da compra da água é superior àquele que vende. No entanto, a tal barreira social era muito menor do que aquela que é hoje em dia, porque existem logo mais de vinte ou trinta por cento da água que é perdida, mas

alguém a paga. Ora, quem a paga, é o consumidor. Não tenhamos dúvidas disso. -----

Portanto, existe um problema que temos de pensar mais à frente e perceber, de uma vez por todas, antes de pensarmos em determinadas obras no concelho, porque é uma questão de estratégia e de gestão, devíamos pensar que é urgente fazer a renovação da rede. Não será fácil, obviamente, porque estamos a falar de centenas e centenas de quilómetros de rede e de um custo elevadíssimo para que isso seja feito. Pode dizer que é só um euro, ou um euro e meio, o valor até pode ser residual, mas a questão é o sinal que se dá às famílias. O sinal é o de continuarmos a gerir os SIMAR com uma macroestrutura que é incompatível da forma como é gerida, e a forma como tentaram fazer escala com o Município de Odivelas é incompatível. Desde o início que a associação com o Município de Odivelas, desde a génesis dos SIMAR, foi mal feita, porque Odivelas nunca teve a participação financeira com que Loures entrou no início. Por isso, hoje em dia temos um apêndice e não nos conseguimos livrar dele. -----

Mas, a questão é que sendo um euro, ou um euro e meio, e é verdade aquilo que a Coligação Democrática Unitária acabou de dizer, estamos a falar de dois e meio por cento da população que tem direito à taxa social, o resto não tem. Portanto, é um valor residual, mas é, no entanto, um sinal que se devia ter dado. Eu percebo porque já estamos a suportar dois milhões de euros de prejuízo e ainda a água não correu na torneira, mas deixe-me ser populista, que é aquilo que vocês acusam tantas vezes o meu partido, e dizer que só a dívida da habitação municipal dava para suportar isso cinco vezes. Portanto, é uma questão de opção e de gestão. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, é um facto que ao longo dos anos, sucessivos Governos, primeiro do Partido Social Democrata e continuados pelo Partido Socialista, criaram as condições para impor aumentos absolutamente proibitivos aos serviços que os SIMAR têm que adquirir. É assim na compra da água à EPAL, no tratamento de águas residuais, neste caso agora à Águas do Tejo Atlântico, e com a Valorsul que já levou ao aumento da tarifa para percentagens muito elevadas. Questiono: qual

é o valor de percentagem de aumento com que estamos a trabalhar neste orçamento para a entrega de resíduos na Valorsul? Bem sei que a Valorsul não definiu ainda o valor, mas estamos com certeza a trabalhar com uma percentagem de aumento previsível. Assim, gostaríamos de saber qual é essa percentagem de aumento com que estamos a trabalhar nesta proposta. -----

A EPAL, que há dois anos teve cinquenta milhões de euros de lucro, é uma empresa pública que ao longo destes anos nunca se coibiu de aumentar, brutalmente, a água que vende ao Município, mesmo quando não fazia esses aumentos em Lisboa. Mas pasme-se, este ano, a EPAL tem mais pensamento social nas decisões que toma do que este Município, porque decidiu aumentar a água que vende ao Município em dois vírgula sete por cento, mas o Município decidiu aumentar aos municíipes a água em sete vírgula quatro por cento. Portanto, até a EPAL teve algum discernimento em perceber que o ano de dois mil e vinte e três vai ser um ano muito difícil. Mas o que é que os SIMAR fazem para aproveitar essa possibilidade que a EPAL dá este ano, que nunca deu, é aumentar em sete vírgula quatro por cento a tarifa da água. -----

Estas opções, que têm sido mantidas por sucessivos Governos, têm feito com que a receita gerada pelos SIMAR seja cada vez mais curta. Principalmente quando se toma uma opção, como se tomou ao longo de muitos anos, de não onerar a população. Ou seja, aumentos à taxa de inflação prevista de um por cento, abaixo de um por cento, ou de pouco mais de um por cento. Isso teve, e continua a ter, consequências no orçamento dos SIMAR, porque se se paga cada vez mais pelos serviços que são prestados e se decidimos defender os municíipes, é evidente que o orçamento não chega e é necessário injetar dinheiro. -----

Sobre a questão das perdas de água continuamos à espera que haja, da parte do Governo, uma aposta na substituição das condutas, porque não é possível, e quem diz isso está a enganar as pessoas, é discurso demagógico, e nenhum sistema com a dimensão dos SIMAR procede à substituição das condutas de água sem qualquer tipo de financiamento externo. Não é possível. Aquilo que foi feito em Santo António dos Cavaleiros com a gestão da Coligação Democrática Unitária, em Sacavém, em Bucelas, em Loures e que agora se continua, nalguns casos, com os projetos que deixámos porque não há nada

de novo, só foi possível com um empréstimo. Mas isso é muito pouco para aquilo que é necessário. O investimento da rede faz com que isto seja cada vez mais premente e as opções que são tomadas no nosso país, que são sentidas por este tipo de sistema, em particular dos SIMAR, fazem com que a situação se vá degradar. -----

Queremos dizer, claramente, que se existe a opção de sucessivos Governos em onerar estes sistemas e se é possível não imputar aos municípios essa oneração, devemos aplicar todas as medidas necessárias para que isso não aconteça. Por isso é que dizemos, claramente, num ano difícil como vai ser o ano de dois mil e vinte e três, que as opções políticas do atual Executivo são erradas e deveria haver uma diminuição desta taxa que está a ser proposta, com a entrada de verbas por parte dos Municípios. Isto é claro e é esse o papel social que os Municípios devem ter, porque quanto mais anos passarmos neste ciclo de aumento de todos os serviços que são prestados aos SIMAR e de não haver uma resposta para a substituição das condutas no nosso concelho, esta situação vai piorar cada vez mais, até se tornar completamente insuportável. --

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Vereador Paulo Rui Amado, não foi “*birra*”, foi falta de respeito de quem estava a gerir o Município, à data. Não foi “*birra*” do Partido Socialista, foi falta de respeito. Da mesma forma que os senhores não gostam de ser desrespeitados, nós também não gostamos. Aquilo que aconteceu foi isso, não foi mais nada. Não foi “*birra*”, sentimo-nos acossados pela falta de respeito que houve, e foram avisados inúmeras vezes para que isso não se repetisse. Mas foi o efeito de se acharem as “*últimas bolachas do pacote*” e parece que o pacote estava estragado. -----

Senhor Vereador Bruno Nunes, estamos a falar de coisas diferentes, porque quando vendemos água aos municíipes já estamos a perder oito céntimos em cada litro de água. Não tem a ver com água não faturada. A água não faturada entra na parcela, mas não entra na parcela da água que compramos à EPAL. Ou seja, pagamos a água toda, mas só faturamos parte. -----

Quero dar nota, também, que com a reformulação das fórmulas de cálculo das áreas verdes, com a nova fórmula de cálculo e com a nova forma de analisar o consumo das zonas verdes, já conseguimos baixar em dois ponto quinze por

cento o seu valor. Ou seja, atingimos o valor mínimo de sempre em perdas de água no concelho de Loures, num ano de gestão deste Executivo. Portanto, estamos a trabalhar nesse sentido. Focámo-nos, numa primeira fase, em dar alguma solvabilidade financeira a uma empresa que estava com cinco ponto três milhões de euros de prejuízos que, em resultado negativo acumulado, são praticamente oito milhões de euros. -----

O senhor Vereador Gonçalo Caroço diz, e muito bem, que é responsabilidade do Município, nestas alturas, injetar solvabilidade na empresa. Mas continuo a dizer que é pena que não tenha sido esse o objetivo, em dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, porque estiveram até ao final de dois mil e vinte e um sem apresentar uma proposta para repor prejuízos na empresa. Estamos a falar em três momentos importantes e quando chegámos ao Conselho de Administração dos SIMAR uma das primeiras opções que tomámos, foi solicitar aos Municípios que fizessem a cobertura de prejuízos, o que não foi feito em anterior administração, nem pelo Município anteriormente. É importante que esta situação fique esclarecida. -----

Senhores Vereadores, não podemos comparar o incomparável. Ou seja, o aumento de zero ponto nove por cento em anos em anteriores, quando a taxa de inflação também se verificava por estes valores, para o aumento de sete ponto quatro por cento, valor para o qual estamos a solicitar a autorização e a alteração do tarifário, quando o valor da inflação está em dez ponto quatro. Ora juntando o valor dos custos energéticos, que para quem conhece a nossa rede sabe que são muito importantes no fornecimento de água, considerando a orografia do nosso terreno, considerando o que temos de ter de bombagens, considerando a energia que gastamos, estamos a falar que o aumento passa de um milhão e meio de euros de eletricidade quase para quatro milhões de euros. É disto que estamos a falar, não estamos a falar de outra coisa. Estamos a falar que o custo do gás ultrapassa os cento e cinquenta por cento de aumento, mas podemos ponderar outro tipo de soluções. Mas para haver solvabilidade financeira na empresa e para podermos continuar a prestar o apoio social que praticamos, porque sabemos à priori que no dia um de janeiro vamos ter dois milhões de euros de prejuízo, que é o valor que subsidiamos na água e não tem a ver com as perdas, é apenas a diferença entre a compra e a

venda e os Municípios já estão a assumir esse valor. Compete ao gestor saber o que anda a fazer e nós estamos a dar provas, e vamos dar ainda mais provas, que sabemos o que estamos a fazer. Não estamos a propor um aumento igual ao valor da inflação, mas também não assumimos a totalidade das recomendações da ERSAR, porque se assumíssemos o total das recomendações da ERSAR o tarifário aumentaria, para alguns escalões, quase quarenta por cento do valor, ou escolhemos só a recomendação que interessa. Portanto, não tenho nenhum prazer em dizer que vamos aumentar o tarifário em sete ponto quatro por cento. Mas considerando a estrutura macroeconómica do país e a situação financeira e débil que herdámos nos SIMAR, não vejo outra forma que não seja a de não imputar a totalidade dos custos ao nosso utilizador, mas parcialmente temos de fazer esta afetação. ----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, percebi que o senhor Vereador Nuno Dias referiu que existe, neste momento, um défice entre aquilo que se gasta com a compra da água e o que se recebe com a venda da água, de dois milhões de euros. Gostaria de confirmar se é isso mesmo o que está a acontecer nos SIMAR. O senhor Vereador referiu que a diferença entre o que se paga para comprar a água, e aquilo que se recebe da venda da água há um défice de dois milhões de euros. Foi isto que o senhor Vereador referiu. Portanto, gostaria de confirmar se este valor é, de facto, de dois milhões de euros. -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Vereador, considerando o valor a que adquirimos a água à EPAL, no primeiro escalão, a zero sessenta e um cêntimos o metro cúbico e vendemos esse mesmo metro cúbico a zero cinquenta e três cêntimos, este é o défice de exploração imediato. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Há coisas que se ouvem que pensava que não se podiam ouvir. Primeira questão: não cobram tarifa fixa nesse escalão? Esse escalão não tem tarifa fixa? Então paga-se uma tarifa fixa. Mas essa tarifa não entra para as contas? -----

Segunda questão, pretendo saber, entre aquilo que os SIMAR pagam à EPAL pela compra da água e aquilo que recebe da sua venda, qual é, neste momento, o défice, ou qual é o lucro. Não questionei se era para o escalão um, dois ou três. Aquilo que quero saber, neste momento, é a diferença entre aquilo que os SIMAR pagam à EPAL e aquilo que os SIMAR recebem com a venda de água neste concelho. -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Vereador, eu falei sempre na compra da água, goste, ou não goste e não é por misturar as coisas que vou falar outra coisa. Eu referi-me ao metro cúbico de água, em que a compra se paga a zero sessenta e um e a venda é a zero cinquenta e três. Mas posso enviar-lhe a conta corrente da fatura da EPAL, não tenho qualquer tipo de problema com isso. Mas referi sempre, na comparação do que compramos à EPAL, em metro cúbico, e do que vendemos no primeiro escalão do serviço doméstico. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Senhor Vereador, estão presentes vários técnicos dos SIMAR que, de certeza, sabem qual é esse número. Portanto, penso que o mínimo que pode fazer é solicitar a algum deles que possa dizer, neste momento, qual é a diferença entre aquilo que os SIMAR pagam e aquilo que recebem. -----

Quer dizer, estamos a discutir o tarifário dos SIMAR, um aumento de sete vírgula quatro por cento e eu coloco uma questão muito simples, mas não é possível obter a resposta. Então responda. É possível saber, neste momento, quanto é que os SIMAR pagam de água e quanto é que recebem? É isto que queremos saber. Ou seja, se há défice, ou se há lucro. -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Vereador, de cabeça não tenho os valores, mas estão no orçamento. Portanto, se quiser desfolhe as notas que foram distribuídas que estão lá os recebimentos, aquilo que se prevê de receita e aquilo que se prevê de despesa. Ou seja, estão lá os valores previstos para a arrecadação e para a venda. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: Registamos que o senhor Vereador não sabe se os SIMAR lucram, ou não, com a venda de água e faz questão em dizer que não sabe. -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Se o senhor Vereador não sabe o que é uma contabilidade de custos eu explico-lhe: o valor a que compramos a água e o valor a que vendemos são duas equações que não podem ser vistas da mesma forma, porque ao valor pago para vender a água têm de estar associados todos os custos de manutenção e todos os custos de estrutura. Quer que lhe explique melhor? É fácil, porque na venda direta a EPAL vende a sessenta e nós vendemos a cinquenta e três, mas não nos podemos esquecer que nesta parcela da venda a cinquenta e três temos de ter associado toda a despesa e a contabilidade de custos. No orçamento dos SIMAR, entre proveitos e despesas, está lá aquilo que pretende, mas não estamos a discutir o orçamento dos SIMAR, estamos a discutir o tarifário. -----

O VEREADOR, SENHOR GONÇALO CAROÇO: O senhor Vereador pode dar as voltas que quiser, mas registo que pela primeira vez há um Vereador desta Câmara que manda outro Vereador ir ver ao orçamento o valor que está a ser solicitado e que os serviços sabem muito bem qual é. Registo isto. Nunca tinha acontecido e é a primeira vez que está a acontecer. -----

A minha questão, e iremos apresentá-la em forma de requerimento já que o senhor Vereador não sabe e não responde, porque não sabe, meteu os pés pelas mãos, se confundiu completamente, quis entrar por um caminho que não podia ter entrado, como é evidente, e só agora é que se apercebeu que não o devia ter feito. Portanto, a minha questão, que vamos colocar por escrito, é: qual a diferença entre o valor pago pelos SIMAR à EPAL e o valor que é recebido pela venda da água por parte dos SIMAR. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL

DEMOCRATA. VOTARAM CONTRA A SRA. VEREADORA E OS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SR. VEREADOR DO CHEGA -----

----- DECLARAÇÃO DE VOTO -----

O VEREADOR, SENHOR PAULO RUI AMADO: a CDU votou contra esta proposta de agravamento do tarifário dos SIMAR, porque não reflete nem tem em conta qualquer preocupação social, perante o agravamento da situação social das famílias, e em particular as famílias do nosso concelho, tendo em conta as características do território, do tecido social e económico, criando um quadro de maior exposição e vulnerabilidade, tanto para as famílias como para as micro, pequenas e médias empresas do nosso concelho.-----

Sendo a água um bem essencial para as famílias, cujo acesso deve ser garantido universalmente e que a ninguém pode ser negado, com este brutal aumento de 7,4 % no tarifário muitas famílias e empresas terão dificuldade de pagar a fatura da água.-----

Com este aumento brutal de 7,4%, o PS e o PSD ficam ligados e associados ao maior aumento da história dos SIMAR no tarifário da água e desta forma sacrificar mais as famílias e as micro, pequenas e médias empresas do nosso concelho num ano que será de dificuldades para todos.-----

PONTO OITO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 768/2022 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O MAPA DE PESSOAL PARA 2023 DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR) -----

“Considerando que:-----

A. A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, prevê a existência de mapas de pessoal enquanto instrumento de gestão dos Serviços;-----

- B. Nos termos do artigo 29.º do anexo ao citado diploma legal, os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução; -----
- C. O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 3.ª reunião extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2022, deliberou aprovar a proposta do mapa de pessoal para 2023, de acordo com o estipulado no artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua última redação e nos termos da proposta n.º 368/2022, que se anexa ao presente documento; -----

Tenho a honra de propor: -----
Que, a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Mapa de Pessoal dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, para o ano de 2023, aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com a proposta n.º 368/2022. (...)"-----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ABSTIVERAM-SE A SRA. VEREADORA E OS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SR. VEREADOR DO CHEGA -----

PONTO NOVE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 769/2022 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS, CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 354/2022, REFERENTE À COBERTURA DO RESULTADO LÍQUIDO NEGATIVO DO EXERCÍCIO DE 2021 -----

“Considerando que: -----

- A.** *Foi remetida à Câmara Municipal de Loures a aprovação da proposta de deliberação n.º 354/2022 do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 24.ª reunião ordinária, realizada em 3 de novembro de 2022, referente à aplicação de Resultado Líquido do Exercício de 2021; -----*
- B.** *O resultado líquido dos SIMAR, no ano de 2021, se traduziu, antes de impostos, a 31 de dezembro de 2021, num prejuízo de 5.368.592,75 € (cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois euros e setenta e cinco céntimos); -----*
- C.** *Nos termos do disposto pelo n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, na sua redação atual, “As perdas ou resultados positivos dos serviços intermunicipalizados são distribuídos pelos municípios nos termos definidos em acordo celebrado para o efeito ...”;* -----
- D.** *Nos termos do n.º 1 da Cláusula 4.ª do Acordo de Gestão dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas, aprovado na 4.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Loures realizada em 24 de setembro de 2014 e na 9.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Loures realizada em 30 de setembro de 2014, dispõe-se que “Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 16.º (...) a distribuição (...) é efetuada a cada um dos Municípios com base no número de clientes existentes em 31.12.2013 nos seguintes termos e condições percentuais: Município de Loures – (...), a que corresponderá 57%; Município de Odivelas – (...), a que corresponderá 43%”; -----*

E. De acordo com a repartição enunciada no considerando D., incumbe ao Município de Loures a cobertura do resultado líquido negativo do exercício de 2021, no montante de 3.060.097,87€ (três milhões, sessenta mil e noventa e sete euros e oitenta e sete cêntimos); -----

Tenho a honra de propor:-----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos do n.º 4 artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, na sua redação atual, e da Cláusula 4.ª do Acordo de Gestão dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas, aprovar a cobertura do resultado líquido negativo do exercício de 2021, no montante de 3.060.097,87€ (três milhões, sessenta mil e noventa e sete euros e oitenta e sete cêntimos), valor a transferir para os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas. (...)"-----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, DA SRA. VEREADORA E DOS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ABSTEVE-SE O SR. VEREADOR DO CHEGA -----

PONTO DEZ - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 770/2022 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2023 DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)

"Considerando que:-----

A. O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua reunião 3.ª reunião

*extraordinária, de 14 de novembro de 2022, através da Proposta n.º 367/2022 aprovou os Documentos Previsionais para o ano de 2023; -----
Tenho a honra de propor: -----*

A Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Loures, os Documentos Previsionais para o ano de 2023 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas. (...)"-----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----

O VEREADOR, SENHOR NUNO DIAS: Senhor Presidente, quero informar, relativamente a este ponto, que o orçamento para dois mil e vinte e três tem um valor de noventa e sete milhões novecentos e sessenta e dois mil seiscentos e dezasseis euros, para o ano de dois mil e vinte e três. -----

No que diz respeito à previsão de receita, estão identificadas as devidas origens em orçamento e com a mesma receita já efetivamente lançada, com a receita em três áreas distintas: abastecimento, águas residuais e resíduos urbanos, onde prevemos que nesta mesma área teremos trinta e nove milhões novecentos e noventa e três euros de receita. -----

No que respeita às taxas de recursos hídricos, abastecimento, saneamento e gestão de resíduos, foram estimadas, de acordo com a legislação em vigor e para que os valores que se esperam vir a cobrar possam cobrir os gastos com as taxas a pagar em dois mil e vinte e três, dos nossos fornecedores em alta, a previsão de receita na origem das taxas é de dois milhões e setecentos mil euros. -----

Assim, as receitas correntes totalizam noventa e três milhões novecentos e setenta e sete mil trezentos e setenta e quatro euros e as de capital de três milhões novecentos e noventa e cinco mil euros. -----

Relativamente às três grandes áreas de despesa que temos nos SIMAR, dizer que quanto às despesas com pessoal tivemos um incremento da fixação da

base remuneratória na administração pública, de setecentos e sessenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos, que se aplicam a um universo de quatrocentos e sete trabalhadores. O aumento do subsídio de refeição para cinco euros e vinte cêntimos, para todo o universo dos trabalhadores dos SIMAR. As várias valorizações dos técnicos superiores, através de um salto adicional de um nível remuneratório em toda a tabela da carreira, com produção e efeitos a partir de dois mil e vinte e três. A valorização da carreira na categoria de assistente operacional, com a subida de um ou dois níveis remuneratórios, respetivamente, para trabalhadores com quinze ou trinta anos de serviço. -----

Também, decorrente da aplicação destas medidas, há um acréscimo de despesa nos SIMAR, no que concerne aos encargos com a Caixa Geral de Aposentações e com a Segurança Social. -----

No domínio das despesas de aquisições de serviços, deve ser referido o impacto decorrente do maior e expetável aumento da despesa com a energia e, tal como referi anteriormente, temos uma variação de cerca de trezentos por cento com o aumento do preço da energia. -----

Em termos de aquisição de água teremos um acréscimo, tal como já foi aqui mencionado, de dois ponto sete por cento, o que corresponde a uma despesa direta de dezassete milhões de euros. -----

Relativamente ao tratamento de águas residuais, sendo já conhecidos os valores para dois mil e vinte e três, o impacto da despesa traduz-se num acréscimo de um milhão e dezasseis mil euros, em termos percentuais, só para a Águas do Tejo Atlântico, para o tratamento das águas residuais. -----

Nos resíduos sólidos urbanos, e como já foi aqui mencionado, no que diz respeito às despesas com a Valorsul, ainda não recebemos qual será o valor de pagamento do depósito dos resíduos. Mas trabalhámos para este orçamento com o valor de dois ponto sete por cento, como indicativo e assim que soubermos esse valor teremos de fazer essa correção. Mas é este o valor de despesa que considerámos. -----

No que diz respeito às despesas de capital, vamos manter os investimentos não só deste mandato, como de mandatos anteriores. Prosseguir o esforço de investimento nas águas residuais, investimento em equipamentos de deposição

de resíduos, aquisição de viaturas de resíduos, substituição de contadores, sendo que a substituição de contadores terá um incremento fundamental na ordem dos seiscentos mil euros para dois mil e vinte e três. Vamos manter, também, a beneficiação dos equipamentos destinados aos trabalhadores, dos quais destaco, e já está a ser lançado o procedimento para que seja possível a realização das obras nos balneários do Fanqueiro. -----

Assim, a nível de repartição de investimentos, com financiamento já definido, temos o investimento na área de abastecimento de água de cinco ponto oito milhões de euros, o investimento na área das águas residuais de um ponto catorze milhões de euros, o investimento na área dos resíduos urbanos de dois ponto um milhões de euros, e em outras áreas de negócio o investimento de dois milhões de euros. -----

Portanto, a despesa totaliza oitenta e seis milhões novecentos e onze mil euros de despesa corrente, e onze milhões e cinquenta e um mil euros para as despesas de capital. -----

O VEREADOR, SENHOR PAULO RUI AMADO: Senhor Presidente, relativamente aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e três dos SIMAR, tendo-se já feito alguma discussão desta matéria aquando da discussão do aumento da tarifa de sete vírgula quatro por cento, gostaria de dar algumas notas nesta matéria. -----

Tal como já tínhamos verificado o valor que se prevê para a deposição dos resíduos na Valorsul também é de dois ponto sete por cento, o que é estranho. Os Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e três dos SIMAR, que nos é apresentado pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, segue o caminho do orçamento da Câmara Municipal, de subvalorização com previsões da receita corrente, para dois mil e vinte e três, cujo valor está definido em noventa e três milhões e novecentos mil euros. -----

Este valor da receita tem subjacente a valorização em oitenta e sete ponto um milhões de euros para venda de bens e prestações de serviço, valor este superior ao que tem a projeção de rendimentos de dois mil e vinte e dois, que é de setenta e um ponto seis milhões de euros. Majorados à taxa do aumento aprovado anteriormente de sete ponto quatro por cento, deverá proporcionar

um encaixe de cinco ponto três milhões, o que levaria a projetar um valor de rendimento na ordem dos setenta e seis vírgula nove milhões, inferior ao valor orçamentado de noventa e três ponto nove milhões de euros. -----

O orçamento apresentado, em matéria de investimento, tem um valor fixado em onze milhões e assume uma continuidade do orçamento de dois mil e vinte e dois, com a conclusão dos investimentos em infraestruturas de água e meios de equipamento para a recolha dos resíduos, iniciados por via do empréstimo contraído em dois mil e vinte. -----

Quanto às perdas de água, trata-se de uma matéria em que este orçamento não faz qualquer abordagem, para além de se limitar à substituição de dezasseis mil contadores de água e de cento e sessenta e cinco contadores de grandes consumidores. O que significa a substituição de, apenas, dez por cento dos consumidores do universo dos SIMAR. -----

Numa estrutura onde existe uma grande carência de infraestruturas de apoio aos serviços e aos trabalhadores, instalações dispersas, exíguas e com elevado grau de insalubridade, expressa-se como uma das grandes opções do plano, a única pretensão de relevo, o arranjo dos balneários do Fanqueiro. -----

Este orçamento não é, ao contrário do afirmado, pensado para as famílias do concelho, quando impõe um aumento brutal do tarifário de sete ponto quatro por cento, que irá afetar a maioria da população. Opções erradas que não servem quem mais irá precisar do apoio do Município, num ano que se afigura muito difícil. -----

O VEREADOR, SENHOR JOÃO SILVA COSTA: Senhor Presidente, gostaria de pegar no ponto das perdas de água para chamar a atenção para algumas inovações que aparecem na previsão para o próximo ano. -----

Trinta por cento de perdas de água é um número, de facto, significativo, mas olhe-se para a panorâmica nacional onde os números, em muitos casos, estão acima disso. É um facto que não podemos continuar com este valor, mas dessas perdas quero referir que quatro por cento dizem respeito, essencialmente, a erros de medição. Portanto, quando temos dezasseis mil contadores para substituir, penso que já é um primeiro passo, muito significativo, para a melhoria desta situação, que são as perdas de água

aparentes, não são perdas reais, por défice de medição. Em relação às perdas reais, elas andarão na ordem dos vinte e sete por cento e, como já aqui foi dito, é preciso dinheiro para fazer investimentos. -----

Em relação aos financiamentos comunitários, está a ser difícil obtê-los, mas espera-se que a nível nacional haja algum financiamento comunitário para essa matéria, mas, como sabemos, é escasso. -----

O senhor Presidente já referiu que provavelmente terá de se obter algum financiamento próprio, através de empréstimos, mas concordamos que a grande solução, ou o principal problema, tem de ser a redução das perdas. Não pode haver uma outra área mais urgente do que essa. Portanto, fazer as obras é importante, porque ao fazer essas obras nas redes em baixa e nos ramais se pode economizar muito, não só na água que se compra como na energia que se gasta, como já aqui foi referido. Também vejo com algum otimismo algumas renovações de redes, previstas para dois mil e vinte e três. Digamos que estamos no bom caminho. Ainda estamos longe, mas estamos a caminhar nesse sentido e esperamos que, nos próximos anos, se consiga ir um pouco mais longe. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. VOTARAM CONTRA A SRA. VEREADORA E OS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SR. VEREADOR DO CHEGA -----

----- DECLARAÇÕES DE VOTO -----

O VEREADOR, SENHOR PAULO RUI AMADO: Os Documentos Previsionais para o ano de 2023 dos SIMAR que nos são apresentados por PS e PSD seguem o caminho do Orçamento Câmara Municipal de sobrevalorização, com previsão da receita corrente para 2023, cujo valor está definido em 93,9 M€. ----

Este valor de receita tem subjacente a valorização em 87,1 M€ para vendas de bens e prestação de serviços, valor este muito superior ao que se obtém da projeção dos rendimentos de 2022 (71,6 M€), majorados da taxa de aumento do tarifário de 7,4% e que deverá proporcionar um encaixe de 5.0 / 5,3 M€, o que levaria a projetar um valor de rendimentos da ordem dos 76.9M€ muito inferior ao valor orçamentado.-----

O orçamento apresentado, em matéria de investimentos, com um valor fixado em 11.0 M€, assume-se como uma continuidade do orçamento de 2022, com a conclusão dos investimentos em infraestruturas de água e meios e equipamento para os resíduos iniciados por via do empréstimo contraído em 2020!!!-----

Quanto às perdas de água, trata-se de matéria em que este orçamento não faz qualquer abordagem, para além de se limitar á substituição de 16.000 contadores de água e de 165 contadores nos grandes consumidores.-----

Numa estrutura onde existe uma grande carência de infraestruturas de apoio aos serviços e aos trabalhadores - instalações dispersas, exíguas e com elevado grau de insalubridade - expressa-se como uma das Grandes Opções do Plano e única pretensão de relevo o “arranjo dos balneários do Fanqueiro”! - Este orçamento claramente não é, ao contrário do afirmado, pensado para as famílias do concelho, quando impõe um aumento brutal do tarifário da água de 7,4% que irá afetar a maioria da população. Opções erradas que não servem quem mais irá precisar do apoio do município num ano que se afigura muito difícil. -----

O VEREADOR, SENHOR BRUNO NUNES: Senhor Presidente, votei contra esta proposta na sequência da intervenção que proferi anteriormente e da visão que tenho, ao nível da gestão desta empresa, não poderia aceitar o orçamento da forma como foi apresentado. -----

PONTO ONZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 771/2022- SUBSCRITA PELO SR. VEREADOR NELSON BATISTA, PARA APROVAR O ACORDO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES, A

ROTAMUTÁVEL, UNIPESSOAL LDA. E A VALORSUL- VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, S.A., NO ÂMBITO DO EVENTO MERCADO DE NATAL 2022-----

“Considerando que: -----

- A. O Município de Loures tem como objetivo promover, desenvolver e valorizar o turismo ao serviço do crescimento económico; -----
- B. É essencial, nesta área, estabelecer com entidades públicas e privadas, otimizando as valências de cada uma e dando lugar à criação de projetos sustentáveis e com dimensão capaz de fomentar atração turística e chegar a públicos diversificados; -----
- C. O “MERCADO DE NATAL” é um evento anual alusivo à quadra natalícia, promovido pelo Município de Loures com o objetivo de tornar Loures um concelho apetecível de visitar e permanecer nesta época festiva, com impacto no turismo e na atividade económica local; -----
- D. Para a materialização deste evento, e tendo em consideração o que este representa para a comunidade, há a intenção de celebrar um acordo de colaboração para a sua realização, com o objetivo de o tornar num Ecoevento, de complementar a sua oferta e de reduzir os custos da sua concretização para o Município. -----

Tenho a honra de propor: -----

Ao abrigo do disposto no artigo 23.º e do artigo 33.º, n.º 1 al. ff) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal de Loures delibere aprovar a minuta do acordo de colaboração no âmbito do evento “MERCADO DE NATAL 2022”. (...)”-----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----

O VEREADOR, SENHOR TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, quando há disponibilização ao Município, neste caso ao primeiro outorgante, de um conjunto de fichas de utilização, no âmbito do protocolo, gostaria de saber a quem é que essas fichas se destinam, se as escolas do nosso concelho vão

poder ter esse benefício de poderem utilizar não só a pista mas, também, um conjunto de brinquedos propostos. -----

Gostaria de saber, também, qual o preço final para o utilizador, não só do acesso à pista, mas também o acesso aos brinquedos. -----

O VEREADOR, SENHOR NELSON BATISTA: Senhor Presidente, mil fichas estão destinadas ao comércio local e novecentas são para a pista de gelo e estão destinadas para um sorteio. -----

O VEREADOR, SENHOR TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, não foi respondida a segunda questão que coloquei que é saber qual é o valor que o segundo outorgante cobrará pelo acesso à pista e a todos os brinquedos aos munícipes que não utilizem as fichas. -----

O VEREADOR, SENHOR NELSON BATISTA: Não tem qualquer tipo de custo para o Município. -----

A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Senhor Vereador, de acordo com o que nos foi informado relativamente à utilização dos divertimentos o preço é aquele que normalmente é praticado, que é de três euros cada viagem. ----- Relativamente à pista de gelo, a utilização está alocada ao tempo e utilização da pista, que pode ser de quinze minutos, ou trinta minutos, que começa nos três euros e penso que o máximo são cinco euros. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRA. VICE-PRESIDENTE, DA SRA. VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ABSTIVERAM-SE A SRA. VEREADORA E OS SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SR. VEREADOR DO CHEGA -----

II) ASSUNTO PARA CONHECIMENTO

- Ofício com o registo de entrada nº E/153210/2022 de 04.11.2022, dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR) relativo à previsão do resultado líquido de 2022 – cobertura de prejuízo de 2022.
-
-

IV - ARQUIVO DE DOCUMENTOS:

--- Nos termos do artigo quinto do Decreto-Lei nº 45.362, de 21 de novembro de 1963, todos os documentos referenciados nas propostas e não reproduzidos na Ata dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados, em suporte digital, na plataforma eletrónica “Acesso à Ordem do Dia”, com exceção dos documentos a seguir identificados, que ficam arquivados, em suporte papel, junto às propostas, em pasta anexa ao Livro de Atas:

- Proposta de Deliberação nº 762/2022 – Orçamento Municipal para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, da Câmara Municipal de Loures; - a atualização dos valores das taxas previstas nos capítulos III, IV, V, XII do Regulamento de Taxas do Município de Loures.

- Proposta de Deliberação nº 770/2022 - Documentos Previsionais para 2023 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR)

- Relatório de execução trimestral da Associação Techari (Informação nº. 20/GAP, de 2022.05.24, registo E/71322/2022)

--- SEGUIDAMENTE, POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, AO ABRIGO DO ESTATUÍDO NO N.º 3 DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO N.º 4 DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, FORAM APROVADAS EM MINUTA AS PROPOSTAS DELIBERADAS NA PRESENTE REUNIÃO, APÓS PRÉVIA DISTRIBUIÇÃO, EM SUPORTE DIGITAL, A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

--- Eram catorze horas e trinta e três minutos quando foram encerrados os trabalhos constantes da Ordem do Dia, nos termos que ficam descritos.

--- A Reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Gestão e Modernização Administrativa.

--- A PRESENTE ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, JANEIRO, DEZOITO, NÃO TENDO PARTICIPADO NA VOTAÇÃO O SR. VEREADOR VASCO ANTÓNIO PINHÃO RAMOS TELES TOGUINHA, POR NÃO TER ESTADO PRESENTE NA REUNIÃO. FOI DISPENSADA A SUA LEITURA UMA VEZ QUE A MESMA HAVIA SIDO DISTRIBUÍDA PELOS MEMBROS DO EXECUTIVO, COM ANTECEDÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 4.º DO DECRETO-LEI N.º 45 362, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1963.

O Presidente da Câmara,

O Secretário,